

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS ESTRATÉGICOS
INTERNACIONAIS

ALEXANDRE PIAMOLINI

**O INGRESSO DA POLÔNIA NA OTAN (1999): BALANCING OU
BANDWAGONING?**

Porto Alegre

2020

ALEXANDRE PIAMOLINI

**O INGRESSO DA POLÔNIA NA OTAN (1999): BALANCING OU
BANDWAGONING?**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Estudos Estratégicos Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Fabiano Pellin
Mielniczuk

Porto Alegre

2020

CIP - Catalogação na Publicação

Piamolini, Alexandre
O ingresso da Polônia na OTAN (1999) : balancing ou
bandwagoning? / Alexandre Piamolini. -- 2020.
146 f.
Orientador: Fabiano Pellin Mielniczuk.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas,
Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos
Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2020.

1. Polônia. 2. OTAN. 3. Guerra Fria. 4. Balancing.
5. Bandwagoning. I. Mielniczuk, Fabiano Pellin,
orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

ALEXANDRE PIAMOLINI

**O INGRESSO DA POLÔNIA NA OTAN (1999): BALANCING OU
BANDWAGONING?**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Estudos Estratégicos Internacionais.

Aprovada em: Porto Alegre, 6 de março de 2020.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Fabiano Pellin Mielniczuk – Orientador

UFRGS

Prof. Dr. Eduardo Munhoz Svartmann

UFRGS

Prof. Dr. Guilherme Ziebell de Oliveira

UFRGS

Prof. Dr. Gabriel Pessin Adam

ESPM-Sul

AGRADECIMENTOS

Primeiramente devo agradecer, e muito, aos meus pais, pois foram eles que investiram nos meus estudos, me proporcionando uma grande oportunidade para concluir o curso de Relações Internacionais. À minha irmã, pelos conselhos e pelo apoio desde o início de minha graduação. A vocês devo um grande agradecimento por todo o apoio, seja pelo lado financeiro, assim como pelo apoio emocional para vencer os obstáculos da vida acadêmica. Agradeço à minha namorada e grande companheira pela sua paciência com o processo de desenvolvimento deste trabalho.

Agradeço aos meus professores que me deram aula durante a graduação em Relações Internacionais na UniRitter, pois foi com vocês que dei os primeiros passos rumo à vida acadêmica, além de adquirir experiência com pesquisas. Professores que tenho um grande respeito pelo profissionalismo e o domínio em suas respectivas áreas de pesquisa.

Aos professores doutores Pedro Brites e Naiane Inez Cossul, além dos colegas que fazem parte do Laboratório de Estudos em Defesa e Segurança (LEDS), grupo de pesquisa criado na UniRitter. Fiz parte da criação deste grupo e tenho a grande felicidade de continuar contribuindo com o seu desenvolvimento em pesquisa. Por fim, agradeço imensamente pelas críticas e reflexões em relação ao meu trabalho nesta dissertação.

Agradeço imensamente ao meu orientador, Prof. Dr. Fabiano P. Mielniczuk, pelas orientações, críticas e reflexões sobre o desenvolvimento deste trabalho. Sem dúvida nenhuma, as conversas foram imprescindíveis para a qualificação. Agradeço também pelas conversas sobre o meu trabalho, pois me levaram a pensar sobre pesquisas futuras em relação à minha agenda de pesquisa.

À professora Ellen Garber, que contribuiu com a parte de revisão, além de sua paciência e dedicação com uma leitura crítica para melhorar a redação do trabalho. À Lóris, pelo grande apoio que recebi nos últimos anos para o meu crescimento pessoal e profissional.

Além disso, devo os meus agradecimentos à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), pela grande oportunidade em ter feito parte como aluno de pós-graduação, universidade federal caracterizada pelo seu nível de excelência com ensino, pesquisa e seu corpo docente. Também ficam os meus agradecimentos ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais (PPGEEI), pelas disciplinas realizadas, pelo grande aprendizado e pelas trocas de conhecimento. Não posso me esquecer de agradecer aos colegas que tive durante o mestrado. Pelo compartilhamento de conversas sobre os nossos referidos

trabalhos, sempre com o intuito de contribuir um pouco para o crescimento de cada um. Aqui deixo os meus agradecimentos aos meus colegas do PPGEEI, pelas ricas conversas acadêmicas e pela parceria na troca de ideias sobre nossas áreas de pesquisa, bem como pelas conversas cotidianas.

Deixo minha gratidão aos meus amigos de longa data, pela paciência que tiveram diante de minhas angústias e temores para o desenvolvimento da dissertação.

Por fim, agradeço a CAPES, pelo financiamento desta pesquisa, valor recebido que fora de imensa importância, pois além de dar seguimento à pesquisa tive a oportunidade de participar de eventos (regional e nacional) para a apresentação de trabalhos. Além disso, fica como minha contribuição, as minhas pesquisas e desenvolvimento de artigos acadêmicos que espero que possam contribuir com a área acadêmica das Relações Internacionais no Brasil.

RESUMO

Este trabalho tem por propósito analisar os interesses políticos da Polônia em prol de seu ingresso na OTAN, após a retomada de sua soberania política em 1989. As negociações para essa admissão iniciaram em 1990, culminando na sua filiação somente em 1999. Sendo assim, estudaremos as ações que se deram somente no período que compreende o ano de 1989 até 1999. Por hipótese, o ingresso na OTAN era um objetivo estratégico da Polônia, um assunto de caráter nacional que sempre representava um grande dilema para os poloneses. Após estabelecer a Terceira República em 1989, o governo polonês priorizou aprofundar as suas relações políticas com a OTAN – ao longo da década de 90, a Polônia participou das cúpulas da OTAN, o que lhe permitiu avançar nos contatos políticos, até que em 1997 a Aliança Atlântica formaliza à Polônia um convite de ingresso na OTAN. Assim, analisaremos a transição política na Polônia pós-1989, as relações regionais no caso do grupo de Visegrad, o processo de desenvolvimento de uma política do governo polonês em prol da OTAN, além de como os contatos se intensificaram nas participações nas suas cúpulas. Para analisar como se deu esse ingresso, encontraremos abrigo nas concepções neorrealista e do realismo neoclássico, e nos conceitos de balancing e de bandwagoning, demonstrando qual desses conceitos (ou se ambos) melhor explica como se desenvolveram as políticas de ingresso da Polônia na OTAN.

Palavras-chave: Polônia. OTAN. Guerra Fria. Balancing. Bandwagoning.

ABSTRACT

The objective of this dissertation is to analyze Poland's political interests in favor to joining NATO membership, after acquired of its political sovereignty in 1989. These negotiations for this admission started in 1990, culminating with your membership only in 1999. Therefore, we will study the actions that took place only in the period from 1989 to 1999. For hypothese, joining NATO was a strategic goal for Poland, a national issue that always posed a huge dilemma for Poles. After establishing the Third Republic in 1989, the Polish government gave priority to deepening your political relations with NATO – throughout the 1990s, Poland participated in NATO summits, which allowed it to advance in political contacts, until 1997 the Atlantic Alliance formalizes Poland with an invitation to join NATO. Thus, we will analyze the political transition in Poland after 1989, regional relations in the case of the Visegrad Group, the process of developing a policy of the Polish government in favor of NATO, as well as the how the contacts were intensified for the participations in the summits. To analyze how occurred this joining, we will find shelter between the neorealist conceptions and neoclassical realism, and in the concepts of balancing and bandwagoning, demonstrating which concepts (or if both) best explain how Poland's policies to membership in NATO were developed.

Keywords: Poland. NATO. Cold War. Balancing. Bandwagoning.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CJTF	Combined Joint Task Force
FTCC	Forças de Trabalho Conjuntas Combinadas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
MAP	Membership Action Plan
NACC	North Atlantic Council Cooperation
NATO	North Atlantic Treaty Organization
PFP	Programa Parceria para a Paz
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa da República da Polônia.....	73
Figura 2 – Mapa dos países-membros da OTAN.....	97
Figura 3 – Mapa do enclave de Kaliningrado.....	115

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
1.2	METODOLOGIA.....	15
1.3	ESTRUTURA DO TRABALHO.....	17
1.4	JUSTIFICATIVA DO TRABALHO.....	18
2	ABORDAGEM TEÓRICA DO NEORREALISMO E DO NEORREALISMO CLÁSSICO: OS CONCEITOS DE BALANCING E DE BANDWAGONING	20
2.1	INTRODUÇÃO.....	20
2.2	A ESCOLA NEORREALISTA	21
2.2.1	Kenneth Waltz e a Teoria do Equilíbrio de Poder (1979).....	21
2.3	O REALISMO NEOCLÁSSICO	25
2.4	OS CONCEITOS DE BALANCING E DE BANDWAGONING	30
2.4.1	Equilíbrio de Poder, estabelecimento de alianças militares: o conceito de balancing.....	32
2.4.2	Aderir ao “lado mais forte”: o conceito de bandwagoning	34
2.5	ANÁLISES DOS CONCEITOS DE BALANCING E DE BANDWAGONING PARA O INGRESSO DA POLÔNIA NA OTAN (1999)	38
2.5.1	A admissão da Polônia na OTAN (1999): uma análise para os capítulos seguintes	40
3	A CRIAÇÃO DA TERCEIRA REPÚBLICA DA POLÔNIA PÓS-1989....	45
3.1	INTRODUÇÃO.....	45
3.2	AS REVOLUÇÕES DE 1989 NO LESTE EUROPEU: A TERCEIRA REPÚBLICA DA POLÔNIA PÓS-1989	46
3.2.1	O novo governo na Polônia independente (1990)	51
3.3	AS RELAÇÕES REGIONAIS DA POLÔNIA PÓS-1989: A BUSCA PELA COOPERAÇÃO E A ESTABILIDADE REGIONAL.....	54
3.4	A CRIAÇÃO DO GRUPO DE VISEGRAD (1991).....	59
3.5	O GOVERNO DE ALEKSANDER KWASNIEWSKI (1995-2005): A ESCOLHA PELA INTEGRAÇÃO À EUROPA (OTAN E A UNIÃO EUROPEIA).....	64
3.6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	67
4	O ESTABELECIMENTO DAS RELAÇÕES POLÍTICAS DA POLÔNIA COM A OTAN NO PÓS-1989.....	69

4.1	INTRODUÇÃO.....	69
4.1.1	A Geopolítica da Polônia: localizada entre duas grandes potências.....	70
4.2	AS RELAÇÕES BILATERAIS ENTRE A POLÔNIA E A OTAN	74
4.2.1	As relações políticas da Polônia com a OTAN sob o mandato presidencial de Aleksander Kwasniewski.....	82
4.3	A EXPANSÃO DA OTAN NO PÓS-GUERRA FRIA (1991) E A REALIZAÇÃO DAS CÚPULAS DA OTAN NA DÉCADA DE 90	85
4.4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	100
5	AS RELAÇÕES POLÍTICAS DA POLÔNIA COM A UNIÃO SOVIÉTICA/RÚSSIA NO PERÍODO DE 1989-1999	102
5.1	INTRODUÇÃO.....	102
5.2	AS RELAÇÕES POLÍTICAS ENTRE A POLÔNIA E A UNIÃO SOVIÉTICA ENTRE 1989 ATÉ 1991.....	103
5.3	AS RELAÇÕES POLÍTICAS ENTRE A POLÔNIA E A RÚSSIA A PARTIR DE 1992: DOIS NOVOS ATORES NO SISTEMA INTERNACIONAL NO PÓS-GUERRA FRIA	109
5.3.1	A ascensão de Evgeny Primakov na Rússia: a transição de bandwagoning para balancing da Polônia com a OTAN.....	119
5.3.2	O período de 1997 a 1999: a criação do Ato Fundador OTAN-Rússia e o convite para a Polônia ingressar na OTAN.....	122
5.4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	125
6	À GUIA DE CONCLUSÃO: A ADMISSÃO DA TERCEIRA REPÚBLICA DA POLÔNIA NA ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DO ATLÂNTICO NORTE (OTAN) EM 1999.....	127
	REFERÊNCIAS	135

1 INTRODUÇÃO

A história da República da Polônia está atrelada numa série de eventos políticos e militares nos últimos séculos. A nação polonesa foi alvo de invasões e consequente partilha de seu território por parte das potências europeias vizinhas, principalmente pela Alemanha e a Rússia. Para a Polônia, o tema relacionado à segurança nacional é um assunto de ampla preocupação, principalmente desde meados do século XIV, período em que o Reino da Polônia buscou desenvolver uma união política com o Grão Ducado da Lituânia. Nesse mesmo período, a Rússia Imperial almejava adquirir influência política na faixa leste da Europa. Entre os séculos XVI e o XVII, o *Tsar* da Rússia travou uma longa guerra com a Comunidade Polonesa-Lituana, uma disputa voltada aos interesses pelo controle do território ucraniano. Essa guerra ocasionou a queda do Reino da Polônia sob domínio russo no século XVIII; a união polonesa-lituana foi dissolvida em 1795 (LISIAKIEWICZ, 2018).

Cabe mencionar aqui que a comunidade polono-lituana não apenas foi desmembrada pelo Império Russo; houve também o envolvimento militar da Prússia e da Monarquia Habsburgo (SNYDER, 2019, p. 144). Diante disso, a nação polonesa lutou bravamente em prol de sua sobrevivência, bem como por manter viva a sua identidade, idioma, povo e cultura. Por volta de 123 anos (entre 1795 até 1918), a Polônia esteve ausente no mapa político europeu, permanecendo, portanto, sem a sua soberania.

Um fator crucial para mencionarmos a respeito da vulnerabilidade da Polônia é sua localização geoestratégica. A geografia polonesa no mapa da Europa permite construir relações em inúmeras áreas com os Estados fronteiriços no seu entorno regional; no entanto, dado que a Polónia situa-se diante de duas grandes potências (Alemanha e a Rússia), o assunto relativo à temática da segurança nacional tornou-se um objetivo político primordial para a Polónia, em detrimento da vulnerabilidade geopolítica (SECURITY..., 1993).

Durante um curto intervalo de tempo na sua história política e nacional, a Polónia não esteve sob domínio externo, ou mesmo com o seu território sob ocupação. Com a exceção da curta guerra travada com os bolcheviques soviéticos (1919-1921) no período caracterizado entre 1921 até 1939, o povo polonês readquiriu a sua plena independência, criou a sua Segunda República e usufruiu por um curto período como um país soberano. Contudo, o desencadeamento da Segunda Grande Guerra em 1939 teve como epicentro a invasão alemã no território polonês. A Polónia permaneceu ocupada e partilhada

novamente, dessa vez pela Alemanha nazista e a União Soviética até 1945. Com o término da Segunda Grande Guerra Mundial, o território polonês permaneceu novamente sob influência externa. Os soviéticos puderam estender o seu império externo para as repúblicas do Leste Europeu e próximas de sua fronteira geográfica. Assim, os seguintes países se tornaram satélites soviéticos: Polônia, Romênia, Hungria, Tchecoslováquia e a Bulgária (SNYDER, 2019, p. 54).

A fase seguinte a 1945, o Sistema Internacional esteve sob a Guerra Fria, período no qual as superpotências (Estados Unidos e a União Soviética) emularam por áreas de influência. No período compreendido entre 1945 até 1989, as repúblicas do Leste Europeu permaneceram sob a tutela da União Soviética, através de um controle político e ideológico nos assuntos domésticos de cada nação. Somente em 1989, após o desencadeamento das revoluções populares que se espalharam para todas as repúblicas do Leste Europeu, a Polônia pôde almejar pela retomada de sua plena independência. A negociação da Mesa Redonda ratificou pela realização das primeiras eleições políticas; o sindicato Solidariedade (um movimento político antagônico ao comunismo na Polônia) venceu as eleições e impactou para o término da ideologia comunista que havia sido imposta pela União Soviética nas últimas décadas.

Logo, a partir de 1990, a República da Polônia entrou numa nova fase na sua história como nação, pois a criação da Terceira República reverberou na retomada de sua plena soberania nacional e na sua autonomia para desenvolver uma agenda política independente e sem a interferência externa de nenhum Estado. Por fim, ao desenvolvermos uma análise sobre a nova Polónia pós-1989, é indubitável recorrermos à história como uma ferramenta imprescindível para trazermos para o debate empírico sobre a importância do tema da segurança nacional para o governo de Varsóvia.

No campo regional, o governo de Varsóvia procurou restabelecer a sua agenda política para com as suas nações vizinhas a partir de 1989. As mudanças na geopolítica do Leste Europeu levaram a Polónia a estar cercada por novos vizinhos: Federação Russa, Lituânia, Bielorrússia, Ucrânia, República Tcheca, Eslováquia, além da Alemanha recém-reunificada (CHELMINIAK; KOTOWICZ, 2012). Além disso, entre 1989 até 1991, o Leste Europeu testemunhou inúmeros eventos. Houve a transição política nos países satélites de governos comunistas para sistemas democráticos e de livre mercado. A Queda do Muro de Berlim em novembro de 1989 marcou o fim do símbolo da Guerra Fria, e os efeitos políticos foram o processo para a unificação da Alemanha. Houve o término da

organização de segurança soviética (o Pacto de Varsóvia), e por fim ocorreu o processo de dissolução da União Soviética, ambos os eventos que ocorrem em 1991.

Para a cooperação regional, a Polônia contribuiu para a criação dos “Três de Visegrad”. Esse grupo é renomeado para Grupo de Visegrad a partir de 1993, uma vez que a Tchecoslováquia é desmembrada, tornando-se República Tcheca e a Eslováquia. Por fim, esses dois países juntamente com a Polônia e a Hungria procuraram desenvolver as suas cooperações entre si para que o retorno de suas nações para a integração na esfera de influência ocidental fosse possível. Aqui cabe mencionar, desde a fundação da parceria de Visegrad, as quatro nações membros convergiam no seguinte propósito político: o seu “retorno à Europa”.

No assunto referente às relações políticas entre a Polônia e a Aliança Atlântica, a década de 90 testemunhou os primeiros passos dado pelo governo de Varsóvia e os líderes da zona de segurança atlântica. De início, ampliar a OTAN para a Europa Oriental era um grande desafio, uma vez que as ex-repúblicas satélites encontravam-se com tropas russas em seus territórios. Segundo Kuzniar (2009):

O próprio Wałęsa teve um papel importante neste domínio, uma vez que conseguiu chegar a acordo com Boris Ieltsin (que na altura manifestou uma grande amizade para com a Polónia). O acordo, assinado a 22 de Maio de 1992, previa a retirada de todas as unidades soviéticas de combate até 15 de Novembro de 1992 e a retirada das restantes tropas até ao final de 1993. Na realidade o prazo final foi mais do que cumprido. O último soldado russo deixou o solo polaco a 16 de Setembro de 1993 (no dia anterior ao aniversário do ataque soviético em 1939) (KUZNIAR, 2009, p. 36).

Além disso, esses governos necessitavam adquirir as capacidades necessárias para tornarem-se aspirantes à Aliança Atlântica. As dúvidas pairavam em relação dos impactos geopolíticos de ampliar a aliança militar ocidental, cooptando ex-repúblicas satélites que possuem uma fronteira geográfica próxima da Federação Russa.

De certo modo, a declaração da “mão da amizade da OTAN” reverberou no interesse da organização militar atlântica para com as repúblicas do Leste Europeu, decisões políticas que prosseguiram durante cada realização das reuniões de cúpula¹ da aliança ocidental. Por fim, a Polónia e a Hungria e a República Tcheca, durante a reunião da aliança militar em 1997, receberam o *status* de nações pré-ingressantes na OTAN. A

¹ Na década de 90, a OTAN realizou as seguintes cúpulas: Londres (1990); Roma (1991); Bruxelas (1994); Madrid (1997) e Washington (1999).

oficialização como novos países-membros ocorreu em 1999, na reunião em Washington, ano que simbolizou o 50º ano de fundação da Aliança Atlântica.

A OTAN, sistema de segurança ocidental representou para a Polônia o principal pilar de estabilidade e segurança na Europa. O governo polonês buscou expandir os contatos políticos, a cooperação e as consultas, visando estabelecer acordos bilaterais nas áreas de defesa e de segurança com os países-membros da OTAN (SECURITY..., 1993).

Visando expandir um relacionamento com os líderes da OTAN, o governo democrático polonês, eleito após o término da influência comunista soviética, encabeçado pelo presidente Lech Wałęsa (1990-1995), além de sua alta cúpula política, representada pelo Ministro das Relações Exteriores Krzysztof Skubiszewski (1989-1993) e pelo Primeiro-Ministro Tadeusz Mazowiecki, trabalhou em prol da reorganização da agenda política polonesa. Cabe ressaltar que os políticos mencionados acima desenvolvem os primeiros passos tomados para que a República da Polônia almejasse adquirir a sua futura filiação na OTAN. As relações políticas com a Aliança Atlântica são oficializadas em 1990, no momento em que os ministros Skubiszewski e Mazowiecki visitam a sede oficial da Organização do Tratado do Atlântico Norte (POLAND, 2019). O passo seguinte foi dado em 1992 pelo então primeiro ministro polonês Jan Olszewski, após declarar a abertura do primeiro gabinete polonês voltado aos esforços por expandir as relações políticas entre Varsóvia com a Aliança Atlântica.

Na medida em que o governo de Varsóvia estabelecia o seu relacionamento com os líderes da OTAN, em 1992 a Polônia destaca que a sua candidatura para tornar-se um país-membro da zona de segurança atlântica reverbera numa estratégia nacional para a sua segurança. Por fim, no campo estratégico e da defesa nacional, dois importantes documentos são criados com o objetivo de incorporar as mudanças para a doutrina de defesa da Polónia. Em 1990, o governo polonês lançou o documento *“Defense Doctrine of the Polish Republic”*, enquanto o segundo saiu em 1992, *“Security Policy and Defense Strategy of the Republic of Poland”*. Ambos os documentos tiveram como objetivo os esforços com o intuito de atender às exigências necessárias para o campo da segurança na nova ordem política polonesa (RUTKOWSKI, 2002, p. 7).

A relação entre poloneses e russos na década de 90 pouco avançou, caracterizando-se por relações pífias entre os governos. Devido aos anseios do governo de Varsóvia expandir o seu relacionamento com a OTAN, as autoridades políticas e militares russas adquiriram uma postura antagônica frente aos objetivos estratégicos de algumas nações do Leste Europeu em relação do interesse pela incorporação de seus países na Aliança

Atlântica. Enquanto Bóris Iéltsin e seu Ministro do Exterior Andrei Kozyrev não adotavam uma postura mais rígida a respeito dos estudos de ampliação da OTAN, o político Evgeny Primakov readequou uma nova agenda para a política exterior russa, após ser nomeado como o novo ministro do Exterior russo, em 1996.

Essa grande mudança no panorama da política externa russa reverbera para a análise a respeito dos conceitos empregados nesse trabalho: *balancing* e *bandwagoning*. A Polônia inicia um processo de contatos políticos com a Aliança Atlântica através da estratégia de *bandwagoning*, pois se unir ao lado da potência militar mais forte possibilitaria adquirir garantias para a sua segurança territorial. Contudo, o processo de expansão nos contatos políticos com a OTAN, bem como as mudanças na política externa russa após Primakov assumir as Relações Exteriores, houve uma inflexão referente ao processo de inserção teórica. A República da Polônia desejava não somente permanecer ao lado da potência militar atlântica, como também trabalhar no desenvolvimento de uma cooperação bilateral com a Aliança Atlântica, o que condiciona na criação de uma aliança militar.

A razão da mudança teórica consiste, em primeiro lugar, pela ratificação, em 1997, acerca do processo de filiação em andamento da Polônia como nação aspirante à zona de segurança atlântica. Fazer parte da OTAN como um país-membro e expandir o seu relacionamento é um comportamento caracterizado num estabelecimento de alianças (*balancing*). Além disso, o *balancing* se encaixa no momento da declaração do novo conceito geopolítico da nova política externa russa liderada por Primakov, defensor de uma Rússia atuante na geopolítica mundial e antagônico ao processo de ampliação da OTAN para o Leste Europeu. Os temores do passado histórico polonês de uma reemergência russa no cenário internacional levou a Polônia para reforçar as suas relações com a zona atlântica. É possível concluir que, a partir da chegada de Primakov na política exterior russa, o conceito de *balancing* explica melhor o relacionamento entre Varsóvia e a Aliança Atlântica, pois os poloneses ingressaram na área de influência militar atlântica, além de buscar estabelecer vínculos políticos e militares duradouros com os Estados Unidos, vide OTAN.

1.2 METODOLOGIA

O processo metodológico deste trabalho estará assentado num trabalho de caráter descritivo, com um método qualitativo da pesquisa e constituído por uma variedade bibliográfica de inúmeros artigos pesquisados, capítulos de livros e livros. Os temas

possuem como foco de discussão o período temporal de 1989 até 1999 relacionados à etapa de transição política da Polônia a partir de 1989 e o início das relações políticas com a zona militar atlântica, que culminou na sua adesão em 1999. Por fontes primárias, abordamos uma análise documental referente *Security Policy and Defense Strategy*, lançado em 1993. Aqui também cabe mencionar que houve uma breve análise sobre o livro branco da República da Polônia, lançado em 2013, que relata a etapa temporal que esse trabalho se ocupa.

Nas fontes secundárias, utilizamos inúmeros artigos e capítulos de livros que nortearam o processo de caminho da construção deste trabalho. Sendo assim, (TERRY, 2000; KUZNIAR, 2009; WALT, 1985; SCHWELLER, 1994) são artigos empíricos e teóricos sobre os conceitos de *balancing* e *bandwagoning* que contribuíram muito para o andamento da pesquisa. Além disso, os seguintes livros deram um grande suporte para a pesquisa: (SNYDER, 2003; KUPIECKI, 2019; SIMON, 1995, 1996; HAMILTON; SPOHR, 2019; ZAGORSKI, 2015; WALT, 1987). Os respectivos livros contribuíram muito para os capítulos da dissertação, uma vez que o assunto aprofundava o debate relativo ao tema central deste trabalho. Além disso, recorreremos em alguns sites de pesquisa para este trabalho: *Visegrad Group*; *Ministry of National Defence of Poland*; *Ministry of National Defence Strategy of Poland* e pelo *North Atlantic Treaty Organization*.

Quanto ao desenho temporal, o propósito de análise inicia a partir de 1989, ano em que a Polônia estabelece a sua Terceira República, até 1999, quando ingressa como novo país-membro da OTAN. Dentre esta análise temporal, a delimitação do tema compreenderá o processo de relações políticas da Polônia com a esfera de segurança atlântica, avaliação da criação dos acordos políticos com as nações vizinhas, assim como o processo de reconciliação e consequente resolução de litígios fronteiriços com a Alemanha, e o processo pela retirada das tropas russas do território polonês. Analisaremos de que forma as relações políticas entre poloneses e russos foram conduzidas durante a década de 90. Por fim, a questão central que permeia o presente trabalho é analisar sob qual conceito teórico em que se baseia a adesão da Polônia na OTAN (1999): *balancing* ou *bandwagoning*?

Como parte hipotética frente ao tema central deste trabalho, complementamos uma mudança do conceito teórico para explicar o ingresso da Polônia na OTAN em 1999. De início, o governo de Varsóvia procurou se aproximar da zona de segurança atlântica, através de contatos políticos com o intuito de permanecer ao lado da grande potência militar ocidental. Essa decisão condiciona uma estratégia de *bandwagoning*. A perspectiva teórica muda com a nomeação de Evgeny Primakov para a chancelaria russa em 1997, pois

a Polônia aprofunda o seu relacionamento com a Aliança Atlântica, recebe o *status* em 1997 de país aspirante ao ingresso nessa aliança, buscando estreitar relacionamentos para alcançar tal objetivo. Assim, vemos uma mudança para um *balancing* como a melhor forma de explicar o processo de entrada dos poloneses na esfera de segurança atlântica.

1.3 ESTRUTURA DO TRABALHO

O presente trabalho compreende quatro capítulos, além da parte introdutória e a conclusão. O capítulo um aborda as escolas teóricas do Neorealismo (ou realismo estrutural) e o Realismo Neoclássico das Relações Internacionais. Para tanto, analisaremos a teoria do Equilíbrio de Poder proposto por Kenneth Waltz, através de sua *“Theory of International Politics”*. Exporemos, ainda, o Realismo Neoclássico, teoria caracterizada como uma extensão da Escola Realista, que converge nas suas premissas centrais. Além disso, o tema central do Realismo Neoclássico é a maneira como os governos conduzem a política externa de suas nações no Sistema Internacional. Com isso, recorreremos às obras *“Neoclassical Realism, the State, and Foreign Policy”*, assim como *“Neoclassical Realist Theory of International Politics”*, obras publicadas pelos autores Steven Lobell, Norrin M. Ripsman e Jeffrey W. Taliaferro.

Em seguida, ainda no capítulo teórico, traremos à luz da discussão os conceitos de *balancing* e *bandwagoning*, para compreendermos sob qual desses conceitos (ou se ambos) é possível elaborar a análise sobre a adesão da Polônia na OTAN. A partir dos demais capítulos, o foco de discussão será a abordagem empírica.

O segundo capítulo apresenta o processo de mudanças políticas na Polônia em 1989, evidenciada pelo processo de transição de um governo comunista para um sistema democrático e de livre mercado. Além disso, pretende-se discutir o papel das mudanças na política interna polonesa, as relações regionais, e como os respectivos governos reorientaram os objetivos estratégicos para a década de 90.

O terceiro capítulo analisa o processo de desenvolvimento das relações políticas entre o governo de Varsóvia com a Aliança Atlântica; o primeiro passo dessas relações foi dado em 1990, e desde então a Polônia se esforçou para adquirir os requisitos imprescindíveis para se tornar um país aspirante a ingressar nessa aliança. Cabe ressaltar que a análise das reuniões de cúpula da OTAN na década de 90 tem o objetivo de esclarecer como o governo de Varsóvia conduziu o seu posicionamento político para ingressar na esfera de segurança atlântica.

O quarto capítulo examina as relações políticas entre os governos de Moscou e Varsóvia ao longo da década de 90. Esse capítulo trará uma análise referente aos impactos nas relações entre poloneses e russos após o político russo Evgeny Primakov ser nomeado para conduzir a política exterior do Kremlin e traçar as suas visões referentes à OTAN e à Rússia no Sistema Internacional. Por fim, a parte final do trabalho estará caracterizada pela conclusão.

1.4 JUSTIFICATIVA DO TRABALHO

Este trabalho procura trazer para a Academia Brasileira de Relações Internacionais uma análise de uma região do Sistema Internacional ainda pouco explorada: o Leste Europeu. Os motivos de a delimitação temporal explorar somente o período entre 1989 até 1999 consiste por compreender melhor o processo de mudanças políticas que ocorreram nos regimes até então satélites e controlados pela União Soviética. Neste caso, foi decidido por esse objeto de estudo com o intuito de analisar mais detalhadamente apenas uma nação da Europa Oriental, a Polônia, deixando as demais repúblicas para pesquisas futuras.

Ao analisarmos a conjuntura política e militar das nações membros da Aliança Atlântica no Leste da Europa, o atual governo polonês desempenha um grande esforço para modernizar as suas Forças Armadas. O presidente Andrzej Duda e o seu círculo de políticos e militares reforçam uma posição política em ascensão na Polônia como pró-OTAN e Estados Unidos. Além disso, no fator geográfico, a geopolítica da Polônia possibilita que os Estados Unidos, através da Aliança Atlântica, consigam expandir a sua zona de influência geoestratégica no Leste Europeu. Recentemente, argumenta-se que a Polônia vem adquirindo a posição como um Estado pivô da OTAN; com isso, a presente proposta de recorte temporal desta dissertação (1989-1999) torna-se primordial. As razões são que podemos analisar com mais detalhe todo o processo de transição política no pós-1989 e como os políticos poloneses pioneiros de uma Polônia em direção à zona de segurança atlântica elaboraram, ao longo da década de 90, os seus argumentos para tornar a Polónia um país-membro da OTAN.

Por fim, ressaltamos a importância que essa região adquiriu no Sistema Internacional. Mesmo que existam os percalços do idioma local de cada nação do Leste Europeu, bem como os desafios para descobrir os caminhos em direção às fontes bibliográficas (como artigos, documentos e livros, elaborados pelos autores locais), é imprescindível o esforço para que demais profissionais das Relações Internacionais

explorem esta região. As razões estão pela proximidade geográfica com a Alemanha e a Rússia, e em desvelar como as relações entre essas repúblicas são conduzidas nas áreas política, militar e econômica. Sob um ponto de vista geopolítico, o Leste Europeu está atrelado aos interesses (político, militar e econômico) de Washington e de Moscou.

Por se tratar de uma região marcada por um histórico de conflitos e guerras travadas nos últimos séculos, os interesses desta porção oriental da Europa são exemplificados pelo anseio dos Estados Unidos reforçarem a sua presença militar (através da OTAN). Além disso, essa região já pertenceu à zona de influência russa; atualmente, o governo de Moscou se vê cada vez mais cercado por governos populistas e nacionalistas, além de um cinturão de repúblicas caracterizadas por fazerem parte do bloco de segurança atlântico e de manifestarem uma posição pró-OTAN (principalmente a Polônia e as nações bálticas).

2 ABORDAGEM TEÓRICA DO NEORREALISMO E DO NEORREALISMO CLÁSSICO: OS CONCEITOS DE BALANCING E DE BANDWAGONING

Em muitas discussões políticas levantadas na reunião de Londres (1990), questionaram se a OTAN poderia estender as relações a países que recentemente tinham deixado de ser Estados satélites em 1989 para se tornarem países soberanos. Nessa cúpula, a OTAN decidiu estender a “mão da amizade” para as repúblicas do Leste Europeu; e a Polônia aproveita essa oportunidade para estabelecer, a partir de 1990, seus primeiros contatos políticos com a OTAN.

2.1 INTRODUÇÃO

Para melhor analisar o nexos e a interação entre as unidades, trataremos neste capítulo sobre os conceitos de *balancing* e de *bandwagoning*. Segundo a teoria realista das Relações Internacionais, um Estado, diante da existência de uma ameaça externa, defronta-se entre duas escolhas a seguir: pode optar por contrabalancear o poder diante de uma grande potência (equilíbrio ou *balancing*, em inglês), ou pode realizar o *bandwagoning*, conceito que leva o Estado a tomar a decisão de se aliar a um Estado mais forte. Logo após o término da Guerra Fria (1991), a adesão da Polônia foi conquistada por qual estratégia, *balancing* ou *bandwagoning*? Por que o governo polonês pós-1989 priorizou pelas relações políticas com a OTAN?

Quanto ao referencial teórico, recorreremos à escola neorrealista e ao realismo neoclássico para subsidiar a discussão sobre quais instituições internacionais são capazes de alterar fundamentalmente as dinâmicas da política internacional. Para tanto, utilizaremos as obras “*Neoclassical Realism, the State, and Foreign Policy*” e “*Neoclassical Realist Theory of International Politics*”, dos autores Steven Lobell, Norrin M. Ripsman e Jeffrey W. Taliaferro, respectivamente; além dessa bibliografia, analisaremos a obra de Kenneth Waltz (1979) “*Theory of International Politics*”, que contempla a análise do conceito de Waltz sobre a Balança de Poder, a ser desenvolvida na primeira seção deste capítulo.

Na segunda seção, abordaremos o conceito de realismo neoclássico, analisando as principais características desta escola teórica. Na terceira parte, discutiremos os conceitos teóricos de *balancing* e de *bandwagoning*, pois terão um papel central para a análise teórica

e compreensão dos objetivos políticos que motivaram a Polônia a ter interesse em se tornar um país-membro da OTAN.

Por fim, na última sessão, pretendemos analisar, com base nos conceitos teóricos de *balancing* e de *bandwagoning*, o ingresso da Polônia na Aliança Atlântica em 1999, buscando identificar qual conceito melhor explica a admissão da Polônia pela OTAN. Além disso, faremos uma breve análise empírica frente aos anseios da Polônia para ingressar na Aliança Atlântica.

2.2 A ESCOLA NEORREALISTA

O objetivo desta seção é discutir em que consiste o neorrealismo, conceito que guia grande parte dos estudos em Relações Internacionais. Estabelecida em 1979, com a divulgação da obra de Kenneth Waltz "*Theory of International Politics*" (1979), o neorrealismo passa a fazer parte dos debates e a influenciar as produções teóricas de Relações Internacionais. Entre suas premissas na construção do conhecimento, o realismo considera os Estados como atores principais na política mundial. Os teóricos realistas centram-se nas grandes potências, uma vez que são estes Estados que dominam e moldam a política internacional, além de desencadear as grandes guerras. Entretanto, é importante notar que o comportamento das grandes potências é influenciado pelo ambiente externo, neste caso o Sistema Internacional, e não pelas características internas (MEARSHEIMER, 2007, p. 33).

2.2.1 Kenneth Waltz e a Teoria do Equilíbrio de Poder (1979)

Primordialmente, os Estados objetivavam assegurar a sua sobrevivência, base de ação em um mundo em que a segurança dos Estados não estão garantidas, além de almejar conquistar o mundo, ou de simplesmente ter o interesse de "ser deixado em paz" (WALTZ, 2002, p. 130). Porém, os Estados podem também buscar objetivos que são valorizados mais do que a sua própria sobrevivência, como a soberania, poder, domínio; e, nesse caso, procuram estabelecer uma união com demais Estados com a intenção de lhes prover e garantir segurança, e por consequência sua sobrevivência (WALTZ, 2002, p. 130).

Segundo o realismo, o Estado é o elemento central nas Relações Internacionais, e sua realidade é dividida entre a política interna e a política externa. Na política interna, o Estado é soberano, dotado de uma autoridade e de legitimidade para impor as suas decisões

políticas. Na política externa, a principal função de um Estado consiste pela defesa de seu interesse nacional, além da preservação do Estado como um ator político nas Relações Internacionais (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p. 25). No nível sistêmico, as considerações quanto à segurança são tomadas como uma das principais pressões que moldam o comportamento dos Estados; no nível unitário, entretanto, no processo decisório as pressões sistêmicas são filtradas por variáveis domésticas. O realismo (*Realpolitik*, ou política de poder) é a teoria mais antiga a ser utilizada no estudo das Relações Internacionais (BURCHILL *et al.*, 2005, p. 29).

O neorealismo, que surgiu durante o período da Guerra Fria (1945-1991), principalmente entre meados da década de 70, após um período de grande acirramento de tensões entre as superpotências, incorpora tanto as variáveis externas quanto as internas, atualizando e sistematizando certas visões traçadas pelo realismo. Conforme considera Waltz (2002, p. 114), a estrutura consiste em um sistema composto por uma estrutura e por unidades que se encontram em interação – as unidades são os Estados, que interagem no Sistema Internacional.

Para Waltz, há apenas dois possíveis princípios de ordenação das unidades para qualquer sistema político: a hierarquia e a anarquia (RIPSMAN; TALIAFERRO; LOBELL, 2016, p. 38). As unidades (no caso, os Estados) estabelecem relações hierárquicas tanto de autoridade como de subordinação (BURCHILL *et al.*, 2005, p. 35). Na anarquia, segundo Waltz (1979, p. 126), a segurança é o ponto mais alto. Diante das garantias da sobrevivência é que os Estados poderão buscar com mais segurança outros objetivos, tais como a tranquilidade, lucros e o poder. Waltz (1988) aponta também que o realismo estrutural apresenta um retrato sistêmico da política internacional, descrevendo as unidades como componentes de acordo com a maneira de seu arranjo. Tendo como propósito o desenvolvimento de uma teoria, os Estados são lançados como atores unitários; são essas unidades que fazem parte do Sistema Internacional. Essa estrutura se organiza pela anarquia, pela ausência de um Estado que domine todos os demais, tenha monopólio central em prol do controle da força legítima. Em seu livro *Teoria das Relações Internacionais*, mudanças de estrutura bem como de sistema ocorrem através das variações no número de grandes potências existentes no Sistema Internacional.

A estrutura política existente no Sistema Internacional é caracterizada por Waltz em três níveis de análise: o princípio ordenador, as características das unidades e a distribuição dos recursos, ou melhor, das capacidades entre as unidades no sistema (CORRÊA, 2016, p. 44-45). Quanto à característica das unidades, considera que “ou todas as unidades cumprem

as mesmas funções ou podem se especializar e, com isso, cumprir funções diferentes” (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p. 44). No terceiro nível de análise, Waltz afirma que a distribuição das capacidades das unidades no Sistema Internacional é centrada através da chamada “Balança de Poder” no Sistema Internacional. Esse conceito baseia-se nos pressupostos de que os Estados são os atores unitários e priorizam preservar a sua sobrevivência, e no máximo impulsionam a dominação universal. Os Estados, para Waltz, ou aqueles que agem por eles, procuram de maneira mais ou menos sensata utilizar os meios disponíveis para alcançar os fins em vista (WALTZ, 1979, p. 118).

E, diante dessas capacidades entre as unidades do sistema, encontra-se o terceiro nível de análise. Waltz explica como as capacidades dos Estados estão distribuídas no Sistema Internacional. Há apenas dois tipos de distribuição das capacidades: o sistema bipolar e o sistema multipolar. A bipolar é a mais estável, pois há, além de maior organização entre os Estados, apenas um inimigo; assim, a manutenção da paz é estável, dificulta o jogo duplo e as alianças não declaradas entre os Estados, tornando o Sistema Internacional mais transparente. No sistema multipolar, o ambiente anárquico é menos previsível e mais instável, sendo, por fim, mais difícil para que os Estados consigam definir quais são os aliados e os não aliados (CORRÊA, 2016, p. 47).

Conforme a teoria da balança de poder, os Estados procuram desenvolver um equilíbrio diante do momento em que algum Estado almeja pela dominação universal (WALTZ, 1979, p. 119). De acordo com Paul, Wirtz, Fortmann (2004), o conceito teórico da balança de poder de Waltz, caracterizado pela seguinte perspectiva:

Embora o conceito do equilíbrio de poder seja uma das ideias mais proeminente na teoria e na prática das Relações Internacionais é também um dos mais ambíguos e intratáveis. Enquanto alguns teóricos utilizam o conceito para descrever a distribuição real de poder para o Sistema Internacional; outros utilizam para referir-se a uma distribuição ideal de poder ou para um tipo particular de sistema; sendo que outros ainda o veem o equilíbrio de poder como uma estratégia estatal e não como um resultado internacional. Muitos tratam o equilíbrio de poder como uma teoria da política internacional, ainda que alguns teóricos não concordem com as suposições ou as proposições chaves da teoria ou mesmo de que a teoria pretende explicar. Alguns dizem que o equilíbrio de poder ajuda a manter a paz; já outros argumentam que isso contribui para o início de uma guerra; e outros ainda afirmam de que a teoria não faz previsões determinantes sobre guerra e paz² (PAUL; WIRTZ; FORTMANN, 2004, p. 29-30, tradução nossa).

² Do original em inglês: While the balance of power concept is one of the most prominent ideas in the theory and practice of international relations, it also is one of the most ambiguous and intractable ones. While some theorists use the concept to describe the actual distribution of power in the international system, others use it to refer to an ideal distribution of power or a particular kind of system, and still others see balance of power as a state strategy rather than as an international outcome. Many treat balance of power as a theory of international politics, yet theorists do not agree on the key assumptions or

Waltz (1979, p. 118) afirma que os Estados buscam, de maneira mais ou menos sensata, alcançar seus objetivos utilizando o equilíbrio de poder. Para alcançá-lo, são necessários esforços internos (movimentos para aumentar a capacidade econômica, a força militar, bem como desenvolver estratégias inteligentes), e esforços externos, movimento para fortalecer e ampliar a sua própria aliança, ou até mesmo enfraquecer uma aliança oposta.

No realismo estrutural, os formuladores de política se preocupam com a segurança dos Estados. Para Lieber e Alexander (2005, p. 111), diante da necessidade de manter a sua segurança, os Estados, através da convivência em um mundo anárquico, buscam estabelecer um equilíbrio com demais Estados que concentram poder. Os Estados, diante da oportunidade de escolha, poderão migrar para o lado mais fraco, uma vez que o lado mais forte pode ameaçá-los. Neste caso, a maneira mais lógica para alcançar o equilíbrio de poder é os Estados menores alinharem-se entre si, junto com os oponentes da grande potência ameaçadora (PAUL; WIRTZ; FORTMANN, 2004, p. 6). O equilíbrio significa que os teóricos mencionam que a paz é preservada somente quando há a existência de um equilíbrio de poder entre as grandes potências. No momento em que os Estados estabelecem um equilíbrio de poder, nenhum Estado, e nem mesmo uma coalizão de Estados terão grande capacidade de um poder avassalador, além de decidirem desencadear uma guerra contra os Estados mais fracos. A existência de uma paridade de poder provocará que não ocorra uma guerra, pois nenhum Estado poderá sair vencedor, porque mesmo o defensor poderá ter uma vantagem em relação ao Estado agressor (PAUL; WIRTZ; FORTMANN, 2004, p. 5).

Para Waltz e demais realistas estruturais, o Estado que detiver mais poder será sempre considerado ameaçador, pois os Estados mais fracos nunca terão a plena certeza das intenções dos Estados poderosos, como por exemplo, violar a sua soberania, ou ameaçar a sua própria sobrevivência. Entre os conceitos muito abordados, a sobrevivência é considerada para os Estados um objetivo primordial. Para Waltz (2002):

Além do motivo da sobrevivência, os objetivos dos estados podem ser muito variados; podem ir desde a ambição de conquistar o mundo ao mero desejo de serem deixados em paz. A sobrevivência é um pré-requisito para alcançar qualquer objetivo que os estados possam ter, excluindo a promoção do seu

propositions of the theory or even what the theory purports to explain. Some say a balance of power helps maintain the peace; others say it contributes to the onset of war; still others claim that the theory makes no determinant predictions about war and peace at all (PAUL; WIRTZ; FORTMANN, 2004, p. 29-30).

próprio desaparecimento como entidades políticas. O motivo da sobrevivência é visto como a base de ação num mundo onde a segurança dos estados não é garantida e não como uma descrição realista do impulso que está por detrás de qualquer ato do estado. A premissa toma em consideração o fato de nenhum estado atuar sempre exclusivamente para assegurar a sua sobrevivência. Toma em consideração o fato de que alguns estados possam persistentemente procurar objetivos que valorizam mais do que a própria sobrevivência; podem, por exemplo, preferir a fusão com outros estados à sua própria sobrevivência (WALTZ, 2002, p. 130).

Os Estados entre si, como é dito frequentemente, conduzem os seus negócios no período sombrio da violência (WALTZ, 1979, p. 102). Alguns Estados podem, em qualquer momento, utilizar a sua força. Os demais Estados deverão estar preparados para utilizá-la; caso contrário, correrão o risco de viver à mercê de seus poderosos vizinhos. Entre os Estados, o estado de natureza é um estado de guerra. Contudo, não significa que a guerra ocorrerá constantemente, e sim que, como cada Estado pode decidir ou não o uso da força, a guerra poderá ser desencadeada a qualquer momento (WALTZ, 1979, p. 102). Com isso, os Estados procuram trabalhar com o objetivo de aumentar a sua própria força, ou buscam combinar força com outros Estados diante de uma ameaça (WALTZ, 1979, p. 126).

Waltz (1979, p. 126) afirma que, caso os Estados almejem maximizar o seu poder, decidiriam se unir ao lado mais forte; nesse caso, veríamos não apenas o estabelecimento de equilíbrios, como também uma hegemonia mundial sendo forjada. Entretanto, isso não ocorre, pois o equilíbrio (*balancing*), e não o *bandwagoning* é o comportamento induzido no sistema internacional. A primeira preocupação dos Estados não é maximizar o seu poder, mas manter as suas posições no sistema.

Os conceitos de *balancing* e de *bandwagoning*, analisados em uma seção deste capítulo, serão definidos para refletirmos qual deles melhor explica a adesão da Polônia na OTAN em 1999.

2.3 O REALISMO NEOCLÁSSICO

O realismo neoclássico não é *sui generis* (de seu próprio gênero); porém, é uma extensão da escola tradicional realista das Relações Internacionais. Embora apresente uma alternativa para o construtivismo, assim como para as abordagens liberais, o realismo neoclássico foi criado em resposta às deficiências do realismo estrutural, identificadas pelos realistas e pelos críticos do realismo (RIPSMAN; TALIAFERRO; LOBELL, 2016, p. 16). A escola realista neoclássica assenta-se na compreensão das decisões tomadas pelos Estados na política exterior – esta teoria incorpora tanto as variáveis sistêmicas como as

unidades de análise. Em relação ao nível sistêmico, o realismo neoclássico se assemelha às ideias presentes no realismo tradicional, tais como a temática da segurança, tomada como uma das principais pressões sistêmicas que moldam o comportamento dos Estados, principalmente durante a existência de uma crise internacional. Em relação ao nível unitário, o modelo indica que, durante o processo decisório, as pressões de caráter sistêmico são filtradas por variáveis domésticas (LARABURU, 2014).

Como dito em passagem anterior, assim como na percepção do neorealismo, a escola realista neoclássica identifica os Estados como os atores mais importantes no cenário internacional (LOBELL; RIPSAN; TALIAFERRO, 2009, p. 24):

Entre as premissas centrais que não a deixam desprender-se de sua linhagem realista, figura a importância conferida ao poder relativo do Estado, traduzido em termos de capacidades materiais, para a orientação geral de seu projeto de inserção internacional. Em outras palavras, a formulação da política externa corresponderia, em última instância, a uma leitura da posição do país no sistema internacional, levando-se em conta, sobretudo, questões relacionadas com a sua segurança, para a qual são indispensáveis considerações a respeito das diferenças de poder material entre os atores estatais (LAMEIRAS, 2016, p. 138).

A escola realista neoclássica representa a combinação de elementos do sistema, a estrutura e a política doméstica, com fatores materiais e ideacionais, realizando a análise das relações internacionais mediante uma perspectiva plural (KITCHEN, 2010, p. 119). Inclui percepções por parte dos líderes políticos na tomada de decisão política empregada por um Estado para explicar o seu comportamento, bem como as decisões e as escolhas políticas tomadas com o intuito de serem empregadas para a política exterior (RIPSAN; TALIAFERRO; LOBELL, 2016, p. 58).

Na teoria realista neoclássica, visa-se ao estudo sobre a condução da política externa e a estratégia de que lança mão um Estado em sua política exterior. Em sua essência, é uma teoria que pode explicar como se conduz a política externa de um Estado, como os Estados elaboram as suas respostas políticas diante das circunstâncias internacionais (RIPSAN; TALIAFERRO; LOBELL, 2016, p. 80-81). Para Rose (1998), os realistas neoclássicos argumentam que, para compreendermos os vínculos existentes entre o poder e a política, é indubitável analisarmos de maneira atenta os contextos relativos à formulação e à implementação da política externa desenvolvida por um Estado (ROSE, 1998, p. 147).

Em “*Neoclassical Realism and Theories of Foreign Policy*”, Rose (1998) explora as vertentes criadas cujo interesse baseia-se por compreendermos, sob uma lente teórica, as tomadas de decisão na política externa dos Estados. A primeira, e a mais comum, são as

teorias de *Innenpolitik*, que enfatiza a influência sob os fatores domésticos na política externa. Entre as demais variantes do realismo, têm-se outras duas escolas. O “realismo ofensivo” (comumente chamado também por realismo agressivo) se baseia na influência que o Sistema Internacional ocasiona para o comportamento dos Estados. Esse conceito inverte a lógica de *Innenpolitik*: os fatores sistêmicos são sempre os dominantes. O realismo de caráter “defensivo” adota uma linha mais amena, argumentando na prática que fatores sistêmicos direcionam para variados tipos de comportamento executados pelos Estados. Por fim, Rose (1998) considera uma quarta escola, notadamente classificada como realismo neoclássico (ROSE, 1998, p. 146).

Para os realistas neoclássicos, o Estado é caracterizado como um ator potencialmente autônomo no Sistema Internacional. Na política externa, é representado por políticos, tais como o chefe de governo e os seus ministros, que são encarregados de conduzir a política externa do Estado (RIPSMAN; TALIAFERRO; LOBELL, 2016, p. 281). A ambição de um Estado na política externa está condicionada principalmente ao lugar que ocupam no Sistema Internacional, especificamente diante das capacidades materiais de poder relativas. O impacto das capacidades de poder na política externa é indireto e complexo, pois as pressões sistêmicas devem ser traduzidas diante das variáveis intervenientes para o nível da unidade (ROSE, 1998, 2010, p. 117). Tanto no realismo clássico quanto no neorealismo, há uma convergência de ideias de que a política internacional é representada como uma luta interminável entre os Estados, e entre os principais motivos figuram a disputa de poder e a influência em um mundo onde os recursos são finitos. As disputas pelo poder ocorrem diante da incerteza que uns Estados têm em relação aos outros, bem como das intenções e das capacidades dos demais Estados (RIPSMAN; TALIAFERRO; LOBELL, 2016, p. 43).

O realismo neoclássico sugere que as estratégias eficientes e oportunas de equilíbrio são consideradas como as mais difíceis de serem adotadas pelos Estados, além de provavelmente fazerem parte de um fenômeno incomum na política internacional, em relação às estratégias utilizadas visando à paridade, ao equilíbrio de poder. Em vez de ser uma resposta estratégica para as mudanças agregadas no poder relativo ou mesmo na existência de um nível de ameaça externa, a capacidade e a disposição dos Estados ameaçadores de equilibrar dependerão de fatores sistêmicos e de unidade (LOBELL; RIPSMAN; TALIAFERRO, 2016, p. 142).

Nota-se que, diferentemente da busca pela paridade, igualdade, o *balancing* e o *bandwagoning* são estratégias por que, segundo Stephen Walt e Kenneth Waltz, os Estados

optam para buscar a segurança. A escolha de uma ou outra estratégia pelos Estados é determinada por um alinhamento com referência no ambiente externo (notadamente o Sistema Internacional).

Em vez de simplesmente explicar as previsões existentes entre as teorias do equilíbrio de poder e da balança de ameaças, o realismo neoclássico responsabiliza-se pela variação no tempo, na intensidade e nos componentes específicos que compõem a estratégia de equilíbrio (de poder ou ameaças) adotada por um Estado (RIPSMAN; TALIAFERRO; LOBELL, 2016, p. 143). Esses fatores poderão influenciar na tomada de decisão dos governos em suas respectivas política externa; através da percepção e do consenso por parte da elite em relação à existência de uma ameaça externa, estas questões levam os Estados a analisarem as pré-condições para que desenvolvam as suas estratégias de balanceamento.

O realismo neoclássico contribui para a análise do debate sobre os conceitos de *balancing* e de *bandwagoning*, estando baseadas nas políticas dos Estados referentes à extração de recursos e da mobilização política doméstica. Em vista disso, as teorias de equilíbrio de poder e da balança de ameaças mencionam que os Estados podem apenas mobilizar os seus recursos materiais (poder ser econômico ou militar) e humanos como uma resposta diante das ameaças, ou mesmo do surgimento de oportunidades internacionais, como por exemplo, político, econômico ou militar (RIPSMAN; TALIAFERRO; LOBELL, 2016, p. 144).

Cabe mencionar aqui que, diante dos interesses nacionais, os líderes (chefe de Estado, governo) de Estado definem quais são os seus maiores interesses nacionais, assim como de que forma orientam a sua política externa em detrimento das suas respectivas avaliações de poder relativo. Além disso, procura analisar quais são as intenções políticas dos demais Estados (LOBELL; RIPSMAN; TALIAFERRO, 2009, p. 25-26).

A teoria realista neoclássica emprega inúmeras variáveis intervenientes, tais como a política doméstica, as percepções por parte dos líderes políticos, na tomada de decisão política empregada por um Estado para explicar o seu comportamento, bem como as decisões e as escolhas políticas tomadas com o intuito de serem empregadas para a política exterior (RIPSMAN; TALIAFERRO; LOBELL, 2016, p. 58). A teoria realista neoclássica é caracterizada como uma abordagem em prol dos estudos referentes à condução da política externa e da grande estratégia de um Estado. Com base nessas considerações, argumenta-se que o realismo neoclássico tem em sua essência uma teoria para a política externa, por meio

da qual se explica a maneira como os Estados elaboram as suas respostas políticas diante das circunstâncias internacionais (RIPSMAN; TALIAFERRO; LOBELL, 2016, p. 80-81).

Há uma convergência na visão dos realistas neoclássicos e dos neorrealistas em relação ao modo como os Estados constroem as suas políticas em detrimento das ameaças, bem como de oportunidades (política, econômica) que os beneficiem quanto a questões que poderão surgir no Sistema Internacional (RIPSMAN; TALIAFERRO; LOBELL, 2016, p. 19). Em relação à segurança, os realistas neoclássicos aproximam-se das ideias do realismo estrutural no nível sistêmico: a segurança é representada como uma das principais pressões sistêmicas que impacta no comportamento dos Estados no Sistema Internacional (DALL'AGNOL, 2015, p. 16).

Segundo Lobell, Ripsman, Taliaferro (2009):

Primeiro, como uma teoria da política externa, o realismo neoclássico explica a política externa e de segurança das grandes potências, mas também podem explicar as características distintivas de potências regionais e pequenas, países em desenvolvimento, ou divididos, em guerra ou falidos, para mencionar alguns outros tipos de Estados. Segundo, os realistas neoclássicos incluem variáveis externas e internas em seus modelos. Enquanto as mudanças de poder no sistema internacional dominam, as ameaças podem também emanar de ambientes subsistêmicos ou regionais e domésticos³ (LOBELL; RIPSMAN; TALIAFERRO, 2009, p. 43, tradução nossa).

É preciso mencionar que há uma convergência de visões em detrimento do termo polaridade existente no Sistema Internacional. Seguindo esta lógica, o realismo neoclássico, assim como o neorrealismo, também estabelece que o termo polaridade é caracterizado pela quantidade de grandes potências, ou mesmo pela existência de Estados no Sistema Internacional. Caracterizam-se pelo controle diante dos componentes sobre materiais de poder, assim como pelos meios políticos e burocráticos para extrair ou mesmo por mobilizar os seus recursos na medida em que for necessária (RIPSMAN; TALIAFERRO; LOBELL, 2016, p. 45).

Nesta seção, discutimos o realismo neoclássico, uma extensão da escola realista, com o objetivo de mostrar uma de suas premissas: um Estado caracterizado como o principal ator nas Relações Internacionais. Os Estados conduzem sua política externa

³ Do original em inglês: First, as a theory of foreign policy, neoclassical realism explains the foreign and security policy of great powers, but can also account for the distinctive characteristics of regional and small powers, developing countries, or divided, warring, or failed states to mention a few other types of states. Second, neoclassical realists include both external and internal variables in their models. While shifts in power at the international system dominate, threats can also emanate from the subsystemic or regional and domestic environments (LOBELL; RIPSMAN; TALIAFERRO, 2009, p. 43).

visando aos seus interesses políticos, além da elaboração de políticas em prol de sua segurança. Assim como analisa Rose (1998, p. 146), o escopo e a ambição dos Estados nas suas políticas externas estão impulsionadas pela posição em detrimento de seu poder (político, econômico e militar) no Sistema Internacional. Para a próxima seção, analisaremos os conceitos de *balancing* e de *bandwagoning*.

2.4 OS CONCEITOS DE BALANCING E DE BANDWAGONING

Nesta seção, analisaremos os conceitos de *balancing* e de *bandwagoning*, tão indispensáveis para explicarmos por que a Polônia optou por fazer parte da OTAN. Entre os objetivos de análise, pretendemos explicar cada um destes conceitos de maneira detalhada. Para tanto, alicerçaremos à discussão o livro de Stephen Walt “*The Origins of Alliances*” (1987), além do artigo de sua autoria “*Alliance Formation and the Balance of World Power*” (1985). Este autor (Stephen Walt) desenvolveu a teoria conhecida como Teoria da Balança de Ameaças. Acrescenta-se para esta seção o autor Randall Schweller, e a análise do artigo de sua autoria “*Bandwagoning for Profit*” (1994). Cada um desses autores será mencionado em subseções, de maneira separada, para explicarmos os conceitos teóricos de cada um. Mencionaremos também outros autores (as) nesta seção, bem como nas subseções; o objetivo consiste em diversificar demais textos em prol do entendimento dos conceitos de *balancing* e de *bandwagoning*.

O autor neorrealista Kenneth Waltz desenvolveu a sua “Teoria da Balança de Poder” (*Balance of Power Theory*), teoria que se tornou amplamente estudada nas Relações Internacionais. Além disso, o campo teórico também foi contemplado com o desenvolvimento da “Teoria da Balança de Ameaças” (*Balance of Threat Theory*), de autoria de Stephen Walt. Neste conceito teórico, Walt argumenta que os Estados geralmente optam pela estratégia do equilíbrio (*balance*), em vez de tomar decidir se unir ao lado do país mais forte (*bandwagon*) (WALT, 1985, p. 75).

Balancing é uma estratégia por meio da qual um Estado decide se unir com outro mais fraco; e *bandwagoning* se um Estado decide se unir a outro mais forte, aliar-se ao mais forte, neste caso uma grande potência (WALT, 1985, p. 8). Conforme Walt (1985, p. 4), alianças militares tendem a se formar no momento em que há uma possível ameaça externa real; ao aderir a uma aliança, os Estados poderão equilibrar-se (se aliar com demais Estados para se oporem a uma grande ameaça), ou optar pela estratégia de *bandwagoning*,

caracterizada por um Estado se unir a um Estado poderoso que representa uma grande ameaça.

Alguns Estados estabelecem alianças com o propósito de evitar que seja dominado pelas potências mais fortes, um princípio que é tradicional da Teoria da “Balança de Poder⁴”. Como indica Walt, os Estados se unem mediante alianças militares, por exemplo, como uma forma de aumentar a sua proteção diante de Estados poderosos, ou formam uma coalizão em que os recursos militar, econômico, energético tornam-os superiores, assim podendo representar uma ameaça para um Estado poderoso (WALT, 1985, p. 5). Segundo Lieber e Alexander (2005, p. 112), Walt considera que as ameaças percebidas pelos Estados diante de uma grande potência, ou mesmo de uma coalizão de Estados, são geradas por quatro fatores: combinação do poder agregado, geografia, tecnologia, além das intenções e o comportamento dos Estados em relação à política externa.

Sobre o poder agregado, Walt (1985, p. 9-12) analisa que quanto maior for a totalidade de recursos do Estado (a população, as capacidades industrial e a militar, além das capacidades tecnológicas), maior será a ameaça potencial que um Estado representará para os demais. Em detrimento da capacidade de poder que um Estado possui, os demais Estados optam por criar alianças como uma resposta diante das ameaças externas. Como a capacidade para projetar poder diminui com a distância geográfica - ou melhor, será mais custoso para um Estado se mover para longas distâncias -, os Estados que estão mais próximos geograficamente podem representar uma ameaça ainda maior em relação aos Estados poderosos que estão mais distantes. O poder ofensivo caracteriza-se pelas grandes capacidades ofensivas que um Estado detém, pois assim os demais estarão mais propensos a estabelecer alianças militares. No caso de um Estado mais fraco militarmente, dificilmente demais nações buscarão criar alianças, devido ao seu baixo poder ofensivo. Constata-se que, diante dos interesses de um Estado ofensivo, os que são notadamente mais vulneráveis terão pouca esperança em resistir contra a investida militar de um país ofensivo. Por fim, as intenções ofensivas de um Estado impactam para a decisão de os demais Estados estabelecerem um equilíbrio de forças.

⁴ O conceito da Teoria da Balança de Poder é um dos conceitos mais antigos; porém, fundamentais no campo de estudo das Relações Internacionais. Enquanto o conceito é proeminente na teoria e na prática nas Relações Internacionais, acaba sendo também um conceito ambíguo. Os teóricos do Equilíbrio de Poder discordam de inúmeras coisas; no entanto, há dois temas que a maioria concorda, sendo: hegemonias dificilmente surgem em sistemas multiestados; e uma coalizão ocorrerá diante qualquer indício de que um Estado ameace obter a posição de Estado hegemônico, podendo impor a sua vontade frente dos demais (PAUL; WIRTZ; FORTMANN, 2004, p. 29 e 35).

Essas quatro ameaças condizem sob a interação dos Estados no Sistema Internacional. Para as próximas subseções, explicaremos os conceitos de *balancing* e de *bandwagoning*, além de concluirmos, sob olhar teórico, qual conceito melhor explica o ingresso da Polônia na OTAN (1999).

2.4.1 Balanceamento, estabelecimento de alianças: o conceito de *Balancing*

O objetivo desta subseção será de analisarmos o modo como os Estados optam pela estratégia de *balancing*. O *balancing* (equilíbrio) é um conceito teórico amplamente discutido, além de ser fundamental para os estudos na área das Relações Internacionais (PAUL; WIRTZ; FORTMANN, 2004, p. 29). Ao adotar a estratégia de *balancing*, um Estado procura preservar a sua segurança, bem como promover os seus interesses (político, econômico, militar), procurando, por fim, aumentar o seu próprio poder em relação aos Estados constituídos por uma grande capacidade de poder e um tanto ameaçadores (IAN, 2003, p. 5). Ao optar pela estratégia de *balancing*, os Estados são levados a criar uma aliança militar juntamente com outros Estados a fim de evitar que um Estado poderoso adquira o domínio diante dos demais Estados. Essa estratégia exemplifica o cerne da teoria tradicional do equilíbrio de poder (WALT, 1985, p. 5). Em detrimento disso, os Estados realizam um movimento que os leva a arriscar a sua própria sobrevivência no momento em que não conseguem conter a ascensão de um potencial Estado hegemônico no Sistema Internacional (WALT, 1985, p. 5).

Sobre as alianças militares, Walt (1985) considera que são criadas no momento em que a união com um Estado mais vulnerável aumenta a influência do novo Estado-membro, pois o Estado mais fraco necessita de maior assistência dos demais. O alinhamento com o lado mais fraco, para Walt (1985, p. 5-6), é a melhor decisão tomada por um Estado, pois esta decisão ocasiona para a estratégia de *balancing*.

Um sistema em que há equilíbrio de poder entre os Estados possibilita que o poder esteja mantido entre eles, além de o Sistema Internacional permanecer sob vigilância dos Estados. No momento em que um Estado ascende ao poder ao ponto de ameaçar as demais nações poderosas, surge como efeito político e militar uma coalizão de Estados com o objetivo estratégico de contrapeso, ou seja, de restringir o poder do Estado que está em ascensão, uma vez que qualquer tentativa de uma hegemonia mundial poderá ser autodestrutiva (SCHWELLER, 2016). Para Schweller (2016), os requisitos indispensáveis para um sistema de equilíbrio de poder incluem pelo menos dois ou mais Estados

constituídos por uma força semelhante; Estados que almejam a sua sobrevivência, além de sua preservação e autonomia como Estado para poder ter flexibilidade de criar alianças, assim como, caso seja necessário, de recorrer à guerra.

Embora não exista um governo mundial que proteja os Estados uns dos outros, cada Estado procura confiar nos seus próprios recursos, assim como executar estratégias direcionadas para evitar que sejam conquistados por outros Estados, coagidos ou até ameaçados por uma potência externa. Se for necessário enfrentar um Estado poderoso ou ameaçador, um Estado poderá mobilizar mais recursos, ou mesmo estabelecer alianças militares com outros Estados que enfrentam o mesmo perigo, procurando encontrar uma maneira de realizar uma mudança para alcançar o equilíbrio de poder em detrimento de seus interesses políticos e estratégicos para o seu favor (WALT, 2017).

O equilíbrio de poder não somente busca a manutenção da paz e da estabilidade internacional, como também a preservação e a integridade do sistema caracterizado por inúmeros Estados, impedindo que um Estado ascenda no Sistema Internacional com intenções ambiciosas de dominar os seus Estados vizinhos. Os Estados - desconfiados e um tanto temerosos sobre as reais intenções dos demais Estados, como supremacia, conquista de poder - poderão ameaçar os demais no Sistema Internacional. Uma grande potência, considerada predatória, pode conquistar boa parte dos recursos do sistema, e adquirir poder ao ponto de subjugar os demais Estados (SCHWELLER, 2016, p. 4). Uma grande potência, ao almejar pela maximização de seu poder, provocará uma reação dos demais Estados que temem uma mudança no equilíbrio de poder. Como já dito, no momento em que há uma ameaça real, os demais Estados, interessados pela sua sobrevivência, tomarão medidas políticas e militares (seja individual ou através de alianças militares), para aumentar o seu poderio militar, bem como para adquirir capacidades o suficiente para combater o Estado ameaçador (SCHWELLER, 2016).

Para Levy (1998, p. 147), o equilíbrio de poder centra-se na análise para explicarmos às estratégias nacionais dos Estados, assim como as coalizões militares entre os Estados, a prevenção da hegemonia e a estabilidade do Sistema Internacional, em vez do desencadeamento das guerras travadas entre os Estados. Grande parte dos teóricos do equilíbrio de poder concorda que a formação de equilíbrio por meio das capacidades militares aumenta a estabilidade do sistema (definida como a ausência de guerras).

Em sua publicação “*Alliance Formation and the Balance of World Power*”, Walt (1985) caracteriza as decisões que utilizam a estratégia de *balancing*, em vez de *bandwagoning*. Para Walt (1985), a opção por utilizar a estratégia de *balancing* se dá

principalmente porque é preferível cada Estado preservar a sua liberdade de ação, a aceitar a subordinação a um Estado hegemônico (WALT, 1985, p. 15). Além disso, argumenta que as intenções e percepções de um Estado podem não permanecer as mesmas, não mais se tornando confiáveis. Assim, torna-se mais seguro que os Estados se equilibrem diante das ameaças provenientes de Estados poderosos (WALT, 1985).

Um dos objetivos de todos os Estados é a sua própria sobrevivência no Sistema Internacional, definida através de alguma combinação para manter sua integridade territorial e autonomia, para tanto adotando metas de segurança. Entretanto, o principal objetivo dos Estados consiste em evitar a hegemonia caracterizada como um Estado detentor de poder suficiente ao ponto de conseguir dominar os demais Estados, o que levaria ao fim de um sistema multiestado no Sistema Internacional (PAUL; WIRTZ; FORTMANN, 2004, p. 32).

Diante da opção em adotar a estratégia de *balancing*, o Estado estabelece alianças militares com demais Estados, devido à percepção de que uma grande potência, ou até mesmo uma poderosa aliança militar, acabe se tornando uma grande ameaça. Por essa razão, o movimento de *balancing* é caracterizado pelo estabelecimento de alianças militares, que podem ser desfeitas, ou também os Estados que uniram as suas forças em prol de uma aliança poderão se tornar inimigos no futuro. O conceito de *balancing* diferencia-se do conceito de *bandwagoning*, caracterizado quando um Estado assume a decisão de manter ao lado do Estado mais forte, ou poderoso.

2.4.2 Aderir ao lado “mais forte”: o conceito de *bandwagoning*

A proposta desta subseção consiste em trazer para discussão o conceito de *bandwagoning*, com o intuito de compreender suas principais características. Segundo Walt (1985, p. 7), há dois motivos que fazem com que os Estados decidam aderir à estratégia de *bandwagoning*. Em primeiro lugar, adotam o *bandwagoner* como uma forma de apaziguamento, ao se aliar a um Estado, ou mesmo formar uma coalizão com Estados ameaçadores. O Estado que opta por essa estratégia almeja que o seu território fique incólume frente a uma ofensiva militar. Em segundo lugar, um Estado, ao decidir se juntar através de uma aliança com o lado dominante durante uma guerra almeja participar no compartilhamento dos ganhos da vitória. Segundo Schweller (1994, p. 93), as expectativas para participar destes ganhos podem ser caracterizadas como a conquista de território, ou mesmo de riquezas materiais.

O conceito de *bandwagoning* é uma estratégia geralmente adotada pelos Estados mais fracos (em questões econômicas ou militares), para isso, buscam se unir ao lado dos Estados mais fortes. Esta decisão é tomada pelo fato que o Estado reconhece que seria inútil tentar resistir militarmente diante de uma potência mais forte. Além disso, há o interesse estratégico de participar dos lucros no momento em que decide se juntar ao lado do Estado poderoso. Estes lucros podem ser compartilhados no momento que o Estado mais forte conquiste demais Estados (PAUL; WIRTZ; FORTMANN, 2004, p. 55). Portanto, unirem-se a um Estado mais forte através do *bandwagoning* consiste por participar dos ganhos, seja por ganhos territoriais, segurança e proteção, ou benefícios e acordos políticos (GUNASEKARA, 2015, p. 217). Para Cladi e Locatelli (2012, p. 281), estratégia de *bandwagoning* é muito clara: a sua definição baseia-se em ficar ao lado do Estado mais forte. Além disso, ao tomar a decisão de adotar essa estratégia, há também os riscos que um Estado poderá enfrentar principalmente no caso de o Estado poderoso demonstrar uma atitude mais agressiva.

A estratégia de *bandwagoning* está voltada para a preservação de sua segurança, o que leva os Estados a decidirem por procurar proteção contra um poder mais forte e ameaçador (IAN, 2003, p. 5). Gunasekara (2015), ao mencionar Levy (1989, p. 60), comenta que as grandes potências buscam estabelecer um equilíbrio de poder diante das potências hegemônicas. Enquanto isso, os Estados considerados mais fracos que se localizam geograficamente perto de grandes potências objetivam fazer o necessário em prol de sua sobrevivência como um Estado soberano no Sistema Internacional. Há Estados que aderem à estratégia de *bandwagoning* para permanecerem ao lado das potências mais poderosas, em vez de tomar a decisão política de aderir ao *balancing* formando uma aliança com uma grande potência. No momento em que um Estado decide aderir ao *bandwagoning*, este Estado (o *bandwagoner*) poderá assumir um compromisso com uma grande potência (IAN, 2003, p. 4).

Stephen Walt (1985, p. 17) realizou uma análise sobre os motivos que levam os Estados a decidirem a optar pela estratégia de *bandwagoning*. Em primeiro lugar, Walt afirma que especialmente os Estados considerados como os mais fracos geralmente irão aderir ao conceito de *bandwagoning*, devido às condições políticas e militares que os tornam mais vulneráveis no Sistema Internacional. De acordo com outra análise desenvolvida por Walt, os Estados fracos são mais propensos ao *bandwagoning* no momento em que os Estados considerados aliados não estão disponíveis para estabelecer uma aliança. Mesmo assim, os Estados fracos poderão ser persuadidos a desenvolver um

equilíbrio quando seus aliados lhes possibilitam garantias de apoio. Caso não se concretize as garantias para este equilíbrio, o Estado acaba optando por se unir ao lado do Estado ameaçador, única alternativa viável para sua sobrevivência e defesa (WALT, 1985, p. 17). Diante disso, Walt (1985, p. 17) explica que, no momento em que o Estado fraco não percebe que é possível receber assistência por parte de demais Estados, o alinhamento com um Estado poderoso tende a ser a última escolha.

Sobre os Estados caracterizados como “pequenos” ou mesmo “fracos” no Sistema Internacional, Walt (1985, p. 18) considera que, caso um Estado tenha uma grande potência como vizinho, este Estado mais fraco geralmente se inclinará para a estratégia de *bandwagoning*. Pela proximidade geográfica com um Estado poderoso, os Estados mais fracos sempre se tornarão o primeiro alvo sobre uma investida militar desencadeada por uma grande potência vizinha. Para Walt (1985, p. 18), mesmo que o Estado fraco possua aliados no seu entorno geográfico, estes aliados regional podem ser caracterizados por adquirir ínfimos recursos (neste caso, podendo ser caracterizado pelo poder militar, econômico, ou energético, por exemplo). Além disso, em caso de alianças com outros Estados que se encontram distantes geograficamente, um Estado fraco, portanto, haveria poucas capacidades de se manter sozinho, ou de até mesmo alterar o equilíbrio de equilíbrio de poder.

Em relação aos Estados vizinhos, um Estado poderá ter aliados regionais ou até mesmo a existência de ameaças externas. Neste caso, Stephen Walt (1985, p. 36) realiza uma análise acerca das relações entre países vizinhos referindo-se no caso da União Soviética. Segundo Walt (1985), as relações de caráter regional que ocorreu durante a existência da União Soviética foi caracterizada de maneira imperial ou hostil. Os países vizinhos, no caso as repúblicas do Leste Europeu, que compartilhavam com os soviéticos pela proximidade geográfica, estavam, de certo modo, sob influência política soviética; ou eram aliados dos Estados Unidos (WALT, 1985, p. 36).

Em relação ao entorno regional dos Estados Unidos, Walt (1985) exemplifica que os dois únicos Estados que compartilham uma delimitação de fronteira com Estados Unidos (Canadá e México) não são considerados como Estados poderosos, ou mesmo Estados que poderão ameaçar o território americano. Deste modo, canadenses e mexicanos optaram por aderir ao *bandwagoning* com os Estados Unidos. Em suma, Stephen Walt (1985) analisa sobre a interação que os Estados localizados no entorno regional das superpotências (Estados Unidos e União Soviética) tiveram durante a Guerra Fria, além de qual estratégia

que os Estados vizinhos adotaram conforme a proximidade geográfica de seu território com uma superpotência.

Com o propósito de exemplificar outras características do *bandwagoning*, Schweller menciona em seu texto “*Bandwagoning for Profit*” (1994), alguns termos com o intuito de explicar como os Estados se comportam diante do *bandwagoning*. O termo “*Jackal bandwagoning*”, ou mesmo “chacal”, Schweller (1994, p. 93) se refere a este termo para explicar uma situação que um Estado expansionista, ou mesmo uma coalizão de Estados, procura derrubar o *status quo*, tendo o interesse de diminuir a estabilidade do sistema. Por outro lado, o termo “*piling on*” (empilhar) – uma estratégia de *bandwagoning* com a coalizão mais forte do *status quo* – os Estados aderem a este conceito para buscar tornar mais estável o Sistema Internacional. Apesar disso, outras formas de *bandwagoning* podem ter efeitos variados na estabilidade do sistema. Por fim, Schweller (1994) conclui que há algo comum entre as referidas formas de *bandwagoning*: todas elas estão direcionadas com o intuito dos ganhos (por exemplo, pode ser político, econômico, militar, território).

Por *bandwagoning* “chacal”, Schweller utiliza o exemplo que, assim como um leão atrai chacais, um poderoso Estado, ou mesmo uma coalizão composta por poderosos Estados, o interesse consiste por atrair para si os poderes revisionistas. O interesse por parte do conceito de *bandwagoning* “chacal” consiste pelo objetivo de receber lucros, o que condiz com o fato de os Estados que aderem ao *bandwagon* compartilharem os despojos da vitória (SCHWELLER, 1994, p. 93). Além do desejo de conquistar território adicional, Schweller (1994) menciona que o *bandwagoning* “chacal” pode também ser caracterizado como pela segurança do próprio leão. Ainda, contudo, Schweller (1994, p. 94) explica que o “chacal” não é um verdadeiro predador, o que leva a este tipo de *bandwagoning* a se tornar uma forma predatória de “*buck-passing*”⁵: o “chacal” busca andar livremente diante dos esforços ofensivos dos demais. Poderíamos dizer que, no ingresso da Polônia na OTAN, a Polônia torna-se o chacal, enquanto que a Aliança Atlântica é o leão, assumindo as atividades predatórias, ou mesmo assumindo a liderança nas questões envolvendo a segurança internacional.

A estratégia “*piling on*” (empilhar) de *bandwagoning* ocorre quando o resultado de uma guerra já está determinado. Inclusive, os Estados tipicamente aderem ao *bandwagon* para permanecer ao lado do vencedor, em prol da reivindicação pela participação não merecida dos despojos. Constata-se, portanto, que esta estratégia adotada como o

⁵ Por *buck-passing*, “passar o balde”, significa quando um Estado procura delegar as responsabilidades de neutralização de uma possível ameaça externa para outro Estado (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p. 54).

movimento de “*piling on*” é caracterizada simplesmente como um “chacal” *bandwagoning* que participa somente no final das guerras (SCHWELLER, 1994, p. 95). Por outro lado, os Estados podem se unir devido ao seu temor que os Estados vencedores possam puni-los no caso de não se posicionarem contra os perdedores. Qualquer que seja a motivação, por fim, a estratégia de “*piling on*” é uma forma predatória de “*buck-passing*” em relação à coalizão vencedora (SCHWELLER, 1994, p. 95).

Nesta presente subseção, o objetivo foi de analisarmos o conceito de *bandwagoning*. Para a seção seguinte, discutiremos o ingresso da Polônia na OTAN (1999) sob a análise teórica dos conceitos de *balancing* e de *bandwagoning*. É preciso mencionar que a análise referente aos processos que levam a Polônia ingressar na OTAN será analisada nos capítulos seguintes.

2.5 ANÁLISES DOS CONCEITOS DE *BALANCING* E DE *BANDWAGONING* PARA O INGRESSO DA POLÔNIA NA OTAN (1999)

Este capítulo procurou trazer para a luz da discussão o referencial teórico do neorrealismo e o realismo neoclássico, bem como os conceitos de *balancing* e de *bandwagoning*, estratégias que serão utilizadas com o objetivo de explicarmos qual (ou se ambos) conceitos se encaixam para entendermos, sob uma lente teórica, o ingresso da Polônia na OTAN. Para isso, cabe questionar: qual o conceito que se encaixa para explicar o ingresso dos poloneses na OTAN em 1999? Conforme Schweller (1994, p. 93) há diferenças estratégicas entre *bandwagoning* e *balancing*. A estratégia de *balancing* condiz com uma atividade extremamente onerosa, sendo que a maioria dos Estados opta por não se envolver neste tipo de estratégia de equilíbrio. Porém, pode haver a necessidade de um Estado, durante algum momento, ter que aderir à estratégia de *balancing* para a sua sobrevivência. Em relação do conceito de *bandwagoning*, esta estratégia dificilmente envolve custos para um Estado, pois esta estratégia é geralmente utilizada pelos Estados na expectativa de participar de ganhos, como território, riquezas e etc (SCHWELLER, 1994, p. 93).

Também, Stephen Walt realizou uma análise em seu livro “*The Origins of Alliances*” (1987), acerca das principais diferenças que há entre os conceitos de *balancing* e *bandwagoning*. Assim, conforme um Estado se vê diante de uma ameaça, Walt explica que os Estados poderão adotar o balanceamento (estabelecer alianças com demais Estados); ou

mesmo por decidir de unir através do *bandwagoning*, ou seja, ficar ao lado do Estado mais forte.

A fim de exemplificar melhor os dois conceitos mencionados acima, Walt (1987) desenvolve uma análise dividida através de seis prováveis hipóteses acerca dos motivos que os Estados optam pela estratégia de *balancing*.

Primeiro, quando os Estados estão diante de uma ameaça externa, a primeira decisão consiste por se unir com demais Estados com o intuito de equilibrar as forças e se oporem da presente ameaça. Segundo, quanto maior for a capacidade de poder do Estado ameaçador, a tendência de os Estados se unirem será maior. Terceiro, em relação à característica geográfica, quanto mais próxima houver a presença de um Estado poderoso, maior será a tendência do Estado que estiver localizado perto de uma grande potência, ao se sentir ameaçado, buscará se unir com outros Estados para diante da proximidade geográfica do Estado ameaçador e poderoso. Além disso, mesmo assim, Walt menciona que há menos probabilidade que os Estados vizinhos optem por se tornar aliados. Porém, haverá maiores chances no momento que os Estados se encontram separados geograficamente, além da existência de um Estado vizinho poderoso, em detrimento disso, aumenta as chances de os Estados se sentirem ameaçados pelo Estado poderoso, levando-os a decidir por juntarem as suas forças. Quarto, quanto maior for a capacidade ofensiva de um Estado, maior será a tendência de os demais Estados decidirem pela união entre si. Aqui as capacidades militares de um Estado poderão provocar numa aliança entre os Estados em prol da formação de uma coalizão defensiva. Quinto, quanto maiores forem às intenções agressivas por parte de um Estado, e conseqüentemente vistas pelos demais Estados, maior serão as chances de destes Estados se unirem. Por fim, em sexto lugar, as alianças estabelecidas mesmo em tempos de guerra poderão ser desfeitas logo após a derrota do inimigo (WALT, 1987, p. 32).

Em relação ao *bandwagoning*, Walt (1987) elabora as seguintes hipóteses: primeiro, os Estados que se veem diante de uma ameaça externa buscarão se aliar junto com o poder ameaçador. Segundo, quanto maior forem às capacidades de poder agregado de um Estado, maior será a tendência de os Estados decidirem por se unir com o Estado poderoso. Terceiro, quanto mais próximo geograficamente houver a existência de um Estado poderoso, maior será a tendência de os Estados se aliarem. Quarto, quanto maior forem as capacidades ofensivas de um Estado, maior será a tendência de outros Estados se aliarem. Quinto, quanto maior forem as intenções agressivas percebidas por um Estado, menores serão as chances de demais Estados se alinharem contra a potência agressiva. Sexto,

alianças estabelecidas com vistas a se opor a uma ameaça se desintegram quando a ameaça se torna grave (WALT, 1987, p. 32-33).

Para Walt (1987), a sexta hipótese de *balancing* condiz que as alianças tendem a serem desfeitas após a derrota do inimigo. No entanto, Walt (1987) menciona em sua terceira hipótese que, diante de um Estado vizinho e poderoso, os Estados buscam desenvolver uma aliança contra o Estado que está próximo geograficamente, além de ser considerado como poderoso. Em relação ao *bandwagoning*, Walt (1987) argumenta o inverso sobre a terceira hipótese do *balancing*: os Estados se aliam com a potência vizinha. A Polônia ingressou na OTAN em 1999, permanecendo desde então na Aliança Atlântica. Em suma, os poloneses não apenas se aliaram com a OTAN, como também trabalharam em prol do estabelecimento de laços nas áreas política e militar com a aliança.

Acrescenta-se para o debate a respeito da posição geográfica, Walt (1987) menciona que os Estados fracos tendem a ser sensíveis, ou mesmo ameaçados, diante de um Estado poderoso e próximo. Conforme os interesses e as capacidades globais das grandes potências, os Estados fracos se preocuparão diante dos eventos (políticos ou militares) que podem ocorrer na sua vizinhança geográfica (WALT, 1987, p. 30). É importante lembrar que, o passado histórico da Polônia ficou marcado pela alta polarização nas relações política e militar entre poloneses e russos, a saber, devido das inúmeras vezes que a Polônia esteve sob ocupação por parte de alguma grande potência vizinha, ou mesmo dos momentos que houve o envolvimento de alemães e russos partilharem o território polonês sob áreas de influência.

Em consonância às hipóteses mencionadas acima e descritas por Stephen Walt, condiz com o processo de entrada da Polônia na OTAN, onde se constata que a estratégia de *balancing* melhor explica a interação e o conseqüente envolvimento da Polônia com a Aliança Atlântica. No entanto, durante a década de 1990, as ameaças de uma possível intervenção na Polônia eram, de certo modo, teoricamente difíceis, pois a década de 90 foi para a Federação Russa, sucessora da União Soviética, caracterizada como um período difícil na sua história, devido a grave crise política e econômica que os russos enfrentavam.

2.5.1 A admissão da Polônia na OTAN (1999): uma análise para os capítulos seguintes

Por fim, seguem as hipóteses elaboradas por Walt (1987) caracterizando as diferenças existentes entre *balancing* e o *bandwagoning*:

- a) *balancing* é uma estratégia mais comum de ser implementada pelos Estados do que o *bandwagoning*;
- b) quanto mais forte for um Estado, maior será a tendência de os Estados realizar um equilíbrio. Estados tidos fracos se procuram se equilibrar junto com demais Estados fracos; contudo, podem também adotar o *bandwagon* quando se sentirem ameaçados por grandes potências;
- c) quanto maior for a chance de receber apoio de um aliado, maior será a tendência para o equilíbrio;
- d) conforme um Estado for considerado como mais agressivo, aumenta as chances de demais Estados se equilibrarem diante do Estado caracterizado como agressivo;
- e) durante um período de guerra, quanto mais próximo um Estado, ou coalizão de Estado, estiver perto da vitória, as chances de os Estados aderirem ao *bandwagoning* aumentam em detrimento dos espólios conquistados diante dos Estados derrotados (WALT, 1987, p. 33).

É preciso lembrar que alguns autores poderão convergir (ou mesmo divergir) sobre os conceitos exemplificados de *balancing* e de *bandwagoning*, assim como defendem os seus pontos de vista analítico diante destes conceitos mencionados. Assim como foi analisado acima as características presentes em *balancing* e *bandwagoning*, desenvolvidos por Stephen Walt, os autores mencionados abaixo argumentam que há uma clara decisão estratégica que os países europeus adotam o *bandwagoning* com os Estados Unidos, ao invés de realizar o *balancing*.

No que condiz à estratégia de *balancing*, Wivel (2008) aponta que nenhum Estado Europeu estabeleceu um balanceamento contra os Estados Unidos. No campo de análise sobre a Aliança Atlântica, os países europeus pertencentes à OTAN gastam de forma moderada em defesa, além de trabalhar conjuntamente com os Estados Unidos através da OTAN. Este comportamento dos países membros da OTAN, para Wivel (2008), é mais precisamente caracterizado como aderir à estratégia de *bandwagoning* (WIVEL, 2008, p. 296). A cooperação com a OTAN posiciona vantajosamente em direção aos mecanismos de segurança ocidentais. Esses Estados consideram a Aliança Atlântica como uma organização de segurança mais antiga, além de ser a mais confiável na Europa (SPERO, 1992, p. 70).

Segundo apontam Cladi e Locatelli (2012, p. 268), assim como Layne reconhece, devido à superioridade militar americana, os países Europeus têm mais incentivo em estabelecer a estratégia de *bandwagoning*, ao invés de aderir ao equilíbrio com os Estados

Unidos. Além disso, Posen concorda que a estratégia de *bandwagoning* é a única opção para a maioria dos países da União Europeia. Contudo, ambos os autores destacados por Cladi e Locatelli (2012) alertam que a estratégia de *bandwagoning* pode se tornar arriscada. Os países Europeus acabam confiando o seu destino para os Estados Unidos; sendo assim, os países Europeus podem ser levados a tornarem-se dependentes de um ponto de vista de segurança, dos Estados Unidos. Quando os Estados da Europa Ocidental ingressaram na OTAN, por exemplo, eles estavam realizando a estratégia de *balancing* contra a União Soviética, e por fim *bandwagoning* com os Estados Unidos. Após o término da Guerra Fria e o fim da União Soviética – ambos os eventos ocorridos em 1991–, a Aliança Atlântica tornou-se mais claramente caracterizada como um agente de *bandwagoning* (MOWLE; SACKO, 2007, p. 608). Para os autores mencionados acima, os países europeus, através de seu ingresso na OTAN, aderem ao *bandwagoning* com os Estados Unidos, o país líder da Aliança Atlântica.

Diante das transformações políticas ocorridas na Europa Central e na Oriental em 1989, Grosse (2018, p. 176) menciona que a pedra angular da doutrina geopolítica da Polônia tem sido de certo modo caracterizada Atlanticista, ou seja, está baseada numa política externa com estreita aliança com os Estados Unidos. De acordo com Grosse (2018, p. 179), a Polônia não parece possuir a estratégia de equilíbrio, por meio do qual os poloneses buscariam tentar equilibrar o poder da Rússia, vinculando-se ainda mais com a União Europeia. O que mais se parece, na visão teórica de Grosse, é que a Polônia segue uma estratégia de *bandwagoning*, se ligando com os Estados Unidos, de forma muito estreita com o seu parceiro dominante. Grosse (2018, p. 177) aponta o forte apoio exercido pela Polônia em prol das relações transatlânticas entre a União Europeia e os Estados Unidos, incluindo a presença de tropas da OTAN e americanas na Europa. Para a Polônia, a OTAN desempenha um papel de liderança na manutenção da segurança na Europa. Por fim, a posição polonesa é de Estado favorável pela expansão da Aliança Atlântica, buscando admitir novos países, no caso da Geórgia, Ucrânia, Moldávia e de Estados Balcânicos Ocidentais.

O estabelecimento desta aliança com os Estados Unidos tornou-se uma pedra angular da política externa da Polônia desde as transformações políticas de 1989, e a estratégia de *bandwagoning* com relação à América como o parceiro dominante ocupou o centro, ofuscando as demais ações estratégicas. Além disso, tornou-se, de longe, mais importante do que a aliança com Berlim além das tentativas de construir um centro geopolítico com ênfase regional de poder na Europa Central. Para Grosse (2018), a

confiança da Polônia pela estratégia de *bandwagoning* pode ser considerada como bem-sucedida; contudo, poderá haver um custo elevado, dando maiores riscos para a segurança nacional (GROSSE, 2018, p. 181).

Se para Grosse (2018) a estratégia de *bandwagoning* se encaixa na análise referente ao ingresso da Polônia na OTAN, conforme explanado na subseção anterior, a estratégia de *balancing* é, de certo modo, mais adequada para analisarmos a filiação da Polônia à Aliança Atlântica. Isso porque, ao ingressar no ano de 1999, o Estado que mais poderia ameaçar a segurança nacional da Polônia seria a Federação Russa, Estado que sucedeu a União Soviética.

Em *Poland's geopolitical strategy (2004-2015)*, Grosse (2018) menciona que o relacionamento político e militar entre o governo de Varsóvia com a Aliança Atlântica remete num movimento teórico caracterizado pelo *bandwagoning*. Destaca-se que um Estado *bandwagoner* caracteriza-se por permanecer ao lado de uma grande potência poderosa (quando não há a possibilidade de criar alianças militares com demais Estados). O Estado *bandwagoner* torna-se submisso aos interesses da grande potência que optou por se unir; ao mesmo tempo em que almeja que esse Estado não ameace o seu território. Logo, aderir ao *bandwagoning* é estar atrelado aos interesses da potência forte e dominante. No que tange à Aliança Atlântica, o bloco de segurança da OTAN não era considerado como uma ameaça para a Polônia.

Ao divergir sobre a análise de Grosse (2018), a razão parte-se que o movimento teórico de *balancing* se encaixa melhor, pois após a filiação da Polônia no bloco de segurança Atlântico, o relacionamento entre o governo de Varsóvia com a OTAN se aprofundou através de uma cooperação política e militar. Desde então, os poloneses cooperam em exercícios militares, trabalham juntamente com os Estados Unidos e os demais países do bloco de segurança da OTAN em temas pertinentes da aliança militar Atlântica. Na área da defesa, o governo polonês busca modernizar as suas forças armadas, procurando deixá-la conforme os padrões da Aliança Atlântica, o que remete num aprofundamento da parceria no setor da defesa.

O conceito de *balancing* consiste pela criação de um equilíbrio entre nações contra uma ameaça externa. Além disso, Estados que aderem ao *balancing* não ficam atrelados diante de uma potência mais forte; as nações são soberanas e independentes, e exercem as suas cooperações entre si em inúmeras áreas. Para Stephen Walt (1987), *balancing* é uma abordagem teórica mais comum de ser empregada pelos Estados do que o *bandwagoning*.

Infere-se que o movimento de *balance* (equilíbrio) condiz com uma melhor estratégia a ser empregada por um Estado. Além de desenvolver um sistema de alianças militares com demais Estados, há a possibilidade de a aliança aprofundar a sua cooperação em demais áreas, como exemplo, o estabelecimento de uma organização de segurança. Outro ponto a ser inferido é o fator relativo à soberania que os Estados mantêm mesmo quando exercem um *balance* com demais Estados.

Sobre o *bandwagoning*, um Estado decide ficar junto com uma potência forte, cujo interesse consiste que essa potência forneça a sua segurança, além de não se tornar um Estado ameaçador. O *bandwagoner* torna-se, portanto, submisso aos interesses de uma grande potência - fica atrelada política e militarmente -, mantendo-se na zona de influência do Estado mais forte. O impacto por aderir ao movimento de *bandwagoning* faz com que o Estado perca a sua autonomia, pois manter-se ao lado de um Estado forte é permanecer sob a sua influência. Por fim, o conceito de *balancing* é mais benéfico do que o *bandwagoning*.

Esse capítulo procurou trazer para a luz da discussão a escola Neorrealista, o Realismo Neoclássico e por fim, os dois conceitos teóricos de *balancing* e *bandwagoning*. O propósito foi por averiguar as referidas escolas teóricas das Relações Internacionais; trazer as principais premissas que norteiam o pensamento de cada escola, e por final analisar qual o conceito que melhor se encaixa para analisarmos o processo de admissão da Polônia na Aliança Atlântica. Averiguamos que os conceitos de *balancing* e *bandwagoning* - teorias amplamente analisadas nas Relações Internacionais - há algumas similaridades de visões relativas a esses conceitos.

A partir daqui, este trabalho busca analisar, nos próximos capítulos, o processo político de mudanças no governo polonês e a criação de sua Terceira República na sua história. Além disso, os capítulos procuram entender o processo de construção das relações políticas entre o governo de Varsóvia com o bloco de segurança Atlântico. No campo das relações regionais, analisaremos o processo de relacionamento em inúmeras áreas da Polônia com as nações vizinhas. Para o último capítulo, as atenções serão voltadas para analisarmos de que modo as relações entre Varsóvia e Moscou foram conduzidas durante a década de 90 e até a decisão que culminou com a filiação da Polônia na esfera de segurança Atlântica.

3 A CRIAÇÃO DA TERCEIRA REPÚBLICA DA POLÔNIA PÓS-1989

Neste capítulo, discutiremos o processo de mudança política no governo de Varsóvia após 1989, saindo da zona de influência soviética para tornar-se um Estado soberano e pertencente ao Sistema Internacional.

3.1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste estudo é analisar a transição política que ocorreu na Polônia em 1989, data de grande importância simbólica e histórica para os poloneses. Neste ano, a Polônia estabeleceu a sua Terceira República, assim como readquiriu a sua soberania política, o que levou o governo a desenvolver sua nova agenda política. No entanto, o ano de 1989 é também marcado por grandes mudanças no Sistema Internacional, uma vez que não apenas a Polônia retomou a sua independência política, como também os demais países representados pelos Estados satélites haviam realizado as suas transições políticas. A “cortina de ferro” deixava de existir, e em novembro de 1989 o Muro de Berlim era derrubado; grande símbolo da Guerra Fria, a queda do Muro marcava o início do fim de uma disputa entre os Estados Unidos e a União Soviética no Sistema Internacional.

Na Polônia, 1989 foi o ano em que houve um acordo histórico na política interna. O então presidente Wojcieh Jaruzelski entrou em comum acordo com a oposição polonesa, ratificando uma decisão que estabeleceria as primeiras eleições democráticas, além de legalizar o sindicato político Solidariedade, que tinha como líder Lech Walesa. A Polônia pós-1989 readquiriu a sua independência política, bem como o próprio Lech Walesa se candidatou para as eleições políticas na Polônia, saindo-se vencedor para um mandato presidencial de 1990 até 1995.

Essa nova fase na política polonesa buscou, no âmbito interno, reestruturar as suas principais diretrizes política, econômica e militar, e criar laços políticos com o seu entorno regional. A partir de 1989, houve as conversações com a Alemanha recém-reunificada para dirimir os litígios em relação às fronteiras com a Polônia; no caso da então União Soviética, o debate político baseava-se pela retirada das últimas tropas militares que ainda se encontravam em território polonês.

A cooperação regional também levou o Estado polonês a estabelecer em 1991 “os três de Visegrad”, grupo criado junto com a Tchecoslováquia e a Hungria, uma parceria regional em inúmeras áreas em prol da cooperação para os fundadores deste grupo. Este

grupo tinha como um dos seus grandes objetivos estratégicos seu “retorno à Europa”, além do interesse em criar acordos regionais em inúmeras áreas com os seus vizinhos.

Na tentativa de alcançar o sentido desses eventos, a primeira seção discutirá brevemente a respeito das mudanças políticas que ocorreram nos países satélites do Leste Europeu. A segunda seção analisará a transição política que ocorreu na Polônia em 1989; mais especificamente o processo de transição de República Popular para a Terceira República da Polônia. Na terceira seção, será examinado o processo de retomada nas negociações políticas com os países do seu entorno regional, tendo como principais Estados que serão analisados (Alemanha e a União Soviética), visto que indubitavelmente necessitavam resolver as pendências de âmbito político, diplomático e estratégico com a Polônia pós-1989.

Seguindo no âmbito das relações de cunho regional, na quarta seção analisaremos outra etapa política externa polonesa em prol da cooperação regional: a criação dos “três de Visegrad”, uma parceria entre a Polônia, Tchecoslováquia e a Hungria, formada em 1991, que a partir de 1993 tornou-se o grupo de Visegrad, após a Tchecoslováquia ser sucedida pela República Tcheca e a Eslováquia. É fundamental discutirmos a criação de Visegrad, devido aos seus anseios pelo estabelecimento de parcerias em inúmeras áreas com o Ocidente, assim como o desejo de seu “retorno à Europa”.

Na quinta seção, discutiremos sobre o governo de Aleksander Kwasniewski, eleito em 1995, como o terceiro presidente da nova Polônia democrática pós-1989. Para esta seção, analisaremos apenas o seu primeiro mandato presidencial (1995-2005), em que deu seguimento à agenda política de Lech Walesa, tendo como objetivo ingressar na OTAN. Por fim, na sexta e última seção, serão realizadas as considerações finais acerca deste capítulo, preparando o trabalho rumo ao terceiro capítulo, em que serão analisadas as relações políticas do governo de Varsóvia com o bloco de segurança Atlântico, iniciadas em 1990, que culminaram com a sua admissão em 1999.

3.2 AS REVOLUÇÕES DE 1989 NO LESTE EUROPEU: A TERCEIRA REPÚBLICA DA POLÔNIA PÓS-1989

A Europa Oriental passou por grandes mudanças políticas em 1989, pois os Estados satélites estavam realizando a transição de suas políticas de Estado sob zona de influência soviética, para Estados soberanos e sem mais interferência externa em suas políticas. Da Polônia até a Bulgária, os países caracterizados como Estados satélites soviéticos

realizaram mudanças na sua política interna. Para esta sessão, serão analisadas as mudanças políticas que ocorreram na Europa Oriental, países que estiveram sob a zona de influência soviética até o ano 1989, data em que eclodiram os processos pela retomada de suas soberanias políticas. Concomitante a isso, discutiremos a transição política realizada na Polônia recém-independente.

Cabe lembrar que as mudanças políticas são motivadas também por um poder ideológico, como refere Eric Hobsbawm (1994) em “Era dos Extremos, o breve século XX 1914-1991”, livro em que faz uma análise sobre as mudanças políticas ocorridas no Leste Europeu e na União Soviética em 1989. Segundo Hobsbawm (1994):

O colapso econômico tornou-se irreversível dentro de uns poucos meses cruciais entre Outubro de 1989 e maio de 1990. Contudo, os olhos do mundo na época estavam fixos num fenômeno relacionado mas secundário: a súbita dissolução dos regimes comunistas satélites na Europa, mais uma vez imprevisita. Entre agosto de 1989 e o fim daquele ano, o poder comunista abdicou ou deixou de existir na Polônia, Tchecoslováquia, Hungria, Romênia, Bulgária e República Democrática Alemã – sem que sequer um tiro fosse disparado, a não ser na Romênia. Pouco depois, os dois Estados balcânicos que não eram satélites soviéticos, Iugoslávia e Albânia, também deixaram de ser regimes comunistas. A República Democrática Alemã logo seria anexada à Alemanha Ocidental e a Iugoslávia logo se desfaria em guerra civil (HOBSBAWM, 1994, p. 470-471).

A queda dos governantes comunistas nos países satélites impactou diretamente para a União Soviética, uma vez que estes países buscavam se afastar da influência política e ideológica dos soviéticos. A nova Polônia inicia as suas mudanças no cenário político interno pela legalização do sindicato político Solidariedade, ocorrido em abril de 1989, após a ratificação do então presidente polonês Wojcieh Jaruzelski, tendo superado a oposição dos militares e dos comunistas poloneses (CALVOCORESSI, 2011, p. 254). Essa decisão tornou-se um marco para a política polonesa, uma vez que a política doméstica passava para uma transição com a intenção de realizar as primeiras eleições de cunho democrático.

Além disso, este período também é marcado pelo discurso de Mikhail S. Gorbachev, proferido na Assembleia Geral das Nações Unidas em dezembro de 1988, sinalizando que os países satélites poderiam estabelecer as suas próprias escolhas na política interna (SNYDER, 2003, p. 233). O fenômeno político que se espalhou para os países satélites em 1989 provocou a queda dos governantes comunistas. A queda do Muro de Berlim, o símbolo da Guerra Fria, impactava diretamente na sobrevivência do comunismo soviético no Leste Europeu; a União Soviética só veio a se desintegrar em 1991, após os soviéticos assistirem às grandes mudanças políticas que estavam ocorrendo no Leste Europeu.

Conforme Simon (1995, p. 1), a primeira mudança geoestratégica entre os países da Europa Oriental foi a euforia resultante de suas próprias revoluções, do otimismo referente à possibilidade de seu “retorno à Europa”, através da admissão na aliança militar (OTAN), além da entrada na Comunidade Europeia, atual União Europeia.

As discussões referentes às relações políticas da Polônia com a OTAN serão o tema central do capítulo seguinte, ficando este centrado em analisarmos a retomada da soberania política da Polônia pós-1989, o estabelecimento das relações de âmbito regional, além da reestruturação da política polonesa.

Em 1989, a Polônia estabeleceu a sua Terceira República na sua história política, após readquirir a sua soberania política e deixar de ser um país satélite soviético. Entre seus principais objetivos políticos para a Terceira República, estão:

O processo de fortalecimento da Terceira República se expressa em particular: pela democratização e o reforço da economia de livre mercado; na busca pela integração gradual com os países da Europa Ocidental nos contextos político, econômico, social e militar, além da estreita cooperação com os Estados Unidos; atividade política em relação aos demais países da região; na promoção pela democracia na Ucrânia e na Bielorrússia; no desenvolvimento da cooperação política e militar com os países vizinhos; iniciativas regionais (Triângulo de Weimar: França, Alemanha e a Polônia; Grupo de Visegrad: República Tcheca, Hungria, Polônia e a Eslováquia), ou esforços para o desenvolvimento de relações de parceria com a Rússia em igualdade de condições⁶ (WHITE BOOK, 2013, p. 34, tradução nossa).

No campo político, o governo polonês ainda se encontrava sob o mandato do General Wojciech Jaruzelski, que permitiu a realização das primeiras eleições democráticas na Polônia em 1989. Segundo Sebestyen (2009, p. 314), em abril de 1989 foi assinado um acordo político histórico entre Lech Walesa, o líder do sindicato Solidariedade⁷, com o general Wojciech Jaruzelski, preparando o caminho para a realização das primeiras eleições democráticas a serem realizadas no bloco soviético, após 45 anos. Essa mudança no cenário

⁶ Do original em inglês: The process of strengthening the Third Republic is expressed in particular in: the democratization and reinforcement of the free market economy; striving for gradual integration with the countries of Western Europe in the political, economic, social, and military contexts as well as close cooperation with the United States; political activity towards other countries in the region; the promotion of democracy in Ukraine and Belarus; the development of political and military cooperation with neighbouring countries; regional initiatives (the Weimar Triangle: France, Germany, and Poland; the Visegrád Group: the Czech Republic, Hungary, Poland and Slovakia), or efforts to develop partnership relations with Russia on equal terms (WHITE BOOK, 2013, p. 34).

⁷ O Sindicato Solidariedade foi criado após o desencadeamento dos protestos de trabalhadores poloneses ocorridos em Gdansk, na Polônia, em 1980. No dia 14 de Agosto de 1980, a greve popular ocorrida no estaleiro em Gdansk inicia, se alastrando para o restante do país. Ficou marcado como o “agosto polonês”. Em 17 de Setembro, representantes de comitês regionais adotam uma resolução que estabeleceu o Sindicato Independente e Autônomo (NSZZ), “Solidarność”. No final do ano de 1980, o sindicato atingia a marca de 9,5 milhões de membros. No entanto, no dia 13 de dezembro de 1981, Wojciech Jaruzelski estabeleceu a Lei Marcial, buscando reprimir o sindicato polonês (SOLIDARNOSC, 2019).

político polonês se deram sem derramamento de sangue e através de acordo político, o que se tornou um motivo de orgulho para muitos poloneses e a maioria de comentaristas internacionais (ŁAZOR; MORAWSKI, 2016, p. 43). A esmagadora vitória do partido político Solidariedade através do voto popular ganhou quase todos os assentos que podiam disputar no *Sejm* (além de noventa e nove das cem cadeiras na Câmara Alta, o senado). Essa ampla vitória reverberou na criação de um senso de que os comunistas não tinham mais mandato político para governar. Por fim, a vitória decisiva do Solidariedade tornou-se uma surpresa para ambos os lados (SNYDER, 2003, p. 233).

Mesmo assim, os comunistas falharam na tentativa de formar um novo governo em agosto de 1989, o *Sejm*⁸ aprovou uma coalizão política, liderada por Tadeusz Mazowiecki. Essa vitória na política interna polonesa tornou-se o primeiro governo de orientação não comunista no Leste Europeu, abrindo um precedente para que as demais repúblicas satélites, tais como a de alemães orientais, húngaros, tchecoslovacos e os búlgaros, seguissem em breve essa formação (SNYDER, 2003, p. 233). Com o estabelecimento de um acordo político no cenário interno, o sindicato Solidariedade pôde participar de eleições democráticas na Polônia. O retorno do sindicato ao palco político polonês bem como a sua vitória nas eleições em 1989 foram viabilizados graças às mudanças no sentimento político com a ascensão de Mikhail S. Gorbachev ao poder (ŁAZOR; MORAWSKI, 2016, p. 43).

Para que ocorressem eleições políticas democráticas na Polônia, houve certo consentimento por parte de Moscou. A oposição, que sobreviveu às perseguições políticas durante o início da década de 80, começou a ascender, reconstruir-se e a organizar-se, propondo diálogo com a oposição para solucionar a crise (KUZNIAR, 2009, p. 24). No campo econômico, a crise, que os poloneses enfrentavam neste período, dava-se pela estagnação da economia, marcando o fim da República Popular da Polônia numa ruptura do Estado; e uma apatia social tomou conta da população, cada vez mais insatisfeita e sem esperança que os processos sociais pudessem melhorar a situação econômica dos poloneses (KUZNIAR, 2009, p. 24).

Nessa fase política, ainda houve a eleição do General Wojciech Jaruzelski para presidente da Polônia, durante a realização do compromisso da Mesa Redonda, após as eleições, que foram parcialmente livres, em 4 de junho de 1989 (ŁAZOR; MORAWSKI, 2016, p. 43). Diante disso, conforme Skórzynski (2012):

⁸ O Sejm é representado pela Câmara Baixa no Parlamento da Polônia, sendo constituído pelos deputados (as).

As eleições de 4 de junho de 1989 deram uma clara resposta. O Solidariedade ganhou quase todos os lugares para os quais concorria. A vitória foi tão grande que mudou o equilíbrio de poder, apesar de o Partido Comunista e dos seus aliados manterem ainda uma maioria no Parlamento. Lech Walesa recusou juntar-se a um governo liderado pelos comunistas. Em meados de agosto, criou uma coligação com dois pequenos partidos no Parlamento (até aí aliados dos comunistas) e declarou que o Solidariedade estava pronto para formar um governo. Jaruzelski, o presidente eleito, agora encostado contra a parede, aceitou o novo primeiro-ministro – Tadeusz Mazowiecki, um membro da oposição. Foi o fim da ditadura e do comunismo na Polónia (SKÓRZYNSKI, 2012, p. 79).

Na parte leste do *Oder*, local onde havia ocorrido o colapso da velha Ordem Mundial, o povo polonês havia iniciado a construção de narrativa da própria emancipação democrática, com o Acordo da Mesa Redonda em abril de 1989 (SZEWCZAK, 2015, p. 105). Nas negociações da Mesa Redonda, uma série de reuniões foi realizada entre o governo comunista polonês e a oposição democrática (SZEWCZAK, 2015, p. 106).

Esse período de 1989 ainda é marcado, no cenário doméstico polonês, por um governo sob o comando de comunistas. Durante as eleições de 1989, embora os comunistas tivessem se saídos vencedores devido à estipulação do sistema eleitoral, expuseram a verdade em relação à total falta de apoio público ao regime. O controle estatal apresentava cada vez mais um rápido declínio. Enquanto isso, a influência soviética na política doméstica polonesa estava menos pronunciada, pois os soviéticos precisavam dar atenção aos seus problemas internos (SZEWCZAK, 2015, p. 107).

Essa fase de transição na política doméstica da Polónia, entre o ano 1989 para 1990, ficou marcada pela perda de espaço no cenário político doméstico dos comunistas poloneses, tendo em vista que Lech Walesa tornou-se o primeiro presidente eleito da Polónia pós-comunista no mês de dezembro de 1990. A sua vitória nas eleições proporcionou o desmantelamento dos acordos da Mesa Redonda de 1989, mediados em reuniões entre o partido comunista (Partido dos Trabalhadores Poloneses Unidos⁹) e a oposição do Solidariedade (MILLARD, 2000, p. 43).

Além disso, como impacto da realização do acordo de Mesa Redonda, o Sindicato Solidariedade adquiriu uma vez mais o seu *status* de partido político legalizado na Polónia. Com isso, o movimento permitiu que candidatos políticos pudessem concorrer nas eleições para um número limitado de cadeiras no parlamento polonês. No mês de junho de 1989, Solidariedade conquistou 35% das cadeiras na Câmara Baixa (*Sejm*), enquanto que na Câmara Alta (*Senat*) foi de noventa e nove dos cem assentos (LUSSIER, 2000, p. 708).

⁹ Do original em inglês: Polish United Worker's Party, PUWP, ou, em polonês: PZPR.

A nova Polônia pós-1989 passava por uma grande transição política no seu cenário interno caracterizada por uma política autônoma. Em janeiro de 1990, o então Partido dos Trabalhadores Poloneses Unidos (PZPR) havia sido dissolvido, tendo sido substituído por uma nova sigla: a Social Democracia da República Polonesa (SDRP) (MILLARD, 2000, p. 43). No período de 1989, Wojciech Jaruzelski decide negociar a transferência de poder para o primeiro governo do Solidariedade, decisão discutida na Mesa Redonda com a oposição (MICHTA, 1997, p. 59). Esta fase na história política da Polônia (1989) é marcada:

Na deterioração da situação social e econômica, a política de segurança da República Popular da Polônia, estava em seus últimos anos, concentrada na parte interna, levando ao diálogo de mesa redonda das autoridades com a oposição (6 de fevereiro a 5 de abril de 1989). Ficou acordado que as eleições parlamentares parcialmente livres seriam realizadas em 4 de junho de 1989. Como resultado da vitória da oposição, ocorreu numa transição pacífica pelo poder, sendo que em 12 de setembro de 1989, um novo governo foi estabelecido por Tadeusz Mazowiecki, iniciando um processo de transformação de todo o Estado. As mudanças foram confirmadas após a eleição de Lech Wałęsa como presidente da República da Polônia em 1990 e a primeira eleição parlamentar em 27 de outubro de 1991¹⁰ (WHITE BOOK, 2013, p. 33, tradução nossa).

Diante de inúmeras mudanças na política polonesa, como a criação de sua Terceira República em 1989, em 1990 o Estado polonês entra numa nova fase na sua história política, com a eleição do primeiro governo democrático pós-comunista.

3.2.1 O novo governo na Polônia independente (1990)

Em 1990, Lech Wałęsa tornou-se o presidente da Polônia recém- independente por meio da primeira eleição democrática, sendo escolhido pela vontade do povo polonês (GRAJEWSKI, 2015, p. 179). Em seu mandato presidencial, Wałęsa governou até 1995 e realizou as primeiras mudanças políticas na Polônia recém-independente de. No ano que marcou a transição da Polônia para um governo independente, em 1989, Tadeusz Mazowiecki ocupou o cargo de primeiro-ministro da Polônia, tornando-se, assim, o primeiro político não comunista a assumir o cargo de primeiro-ministro da Polônia, fato

¹⁰ Do original em inglês: In the deteriorating social and economic situation, the security policy of the Polish People's Republic in its final years was focused on the internal sphere, ultimately leading to a "round table" dialogue of the authorities with the opposition (6 February – 5 April 1989). It was agreed that the partially- free contract parliamentary elections would be held on 4 June 1989. As a result of the resounding victory of the opposition, a peaceful transition of power took place and, on 12 September 1989, a new government was formed by Tadeusz Mazowiecki, which initiated the process of transformation of the entire state. The changes were confirmed after the election of Lech Wałęsa as president of the Republic of Poland in 1990 and the first fully free parliamentary election of 27 October 1991 (WHITE BOOK, 2013, p. 33).

que não ocorria na Europa Central nem na Oriental desde que se estabeleceu a Cortina de Ferro em 1945 (ORNATOWSKI, 2008, p. 359).

Como primeiro-ministro, Tadeusz Mazowiecki buscou priorizar objetivos políticos para as reformas de cunho domésticas na Polônia: estabelecer uma democracia liberal e uma economia de mercado. Ambos os objetivos consistiam num componente internacional, como a reintegração da Polônia na Europa e na economia mundial. Procedendo às novas orientações, Mazowiecki formulou as três estratégias para a política externa polonesa: estreitas relações com o Ocidente, um novo relacionamento político com a União Soviética, baseada na igualdade e na soberania total, além de uma ênfase crescente no Direito Internacional e nas Organizações Internacionais (ASMUS; SZAYNA; KLISZEWSKI, 1991, p. 10).

Esse novo governo tinha algumas premissas centrais frente à retomada de sua soberania política em 1989, como menciona Kuzniar (2009):

O assunto mais importante era a recuperação da soberania. Este tema já estava bem presente no discurso histórico de Mazowiecki no Sejm, a 12 de Setembro de 1989: Desejamos viver com dignidade num Estado soberano, democrático, governado por leis. O primeiro-ministro da nova Polônia acrescentou que «as relações internacionais baseadas na soberania e na parceria são mais estáveis do que a ordem assente no domínio e na força», e que «as relações com a União Soviética devem ser estruturadas com base no respeito pela soberania do nosso Estado, sendo nós completamente livres para formarmos a nossa própria política interna». Skubiszewski apresentou esta ideia de forma ainda mais clara na primeira aparição internacional no desempenho das suas novas funções, num discurso na Assembleia Geral das Nações Unidas a 25 de Setembro de 1989 (KUZNIAR, 2009, p. 26).

Iniciadas as grandes mudanças, o Estado polonês enfrentou logo após a criação de sua Terceira República em 1989 uma situação política já alterada, marcada por profundas mudanças em inúmeras áreas, por crises internas, instabilidade política, além de agitação social (KUZNIAR, 2009, p. 25). O novo governo instaurado na Polônia, em 1990, baseia-se em:

O novo gabinete, liderado pelo Primeiro Ministro não comunista após a Segunda Guerra Mundial e um membro de longa data da oposição anticomunista na Polônia, tinha 24 ministros: 12 do Solidariedade, 4 do Partido Polonês dos Trabalhadores Unidos (PZPR) e 4 do Partido Camponês Unido (ZSL), 3 da Aliança dos Democratas (SD); e um membro independente. O professor Krzysztof Skubiszewski foi nomeado Ministro das Relações Exteriores e Leszek Balcerowicz tornou-se o Vice Primeiro Ministro, Ministro das Finanças, bem

como o arquiteto da transformação da economia polonesa¹¹ (POLSKA. PL, 2014, tradução nossa).

No campo das Relações Exteriores, Krzysztof Skubizewski (1989-1993) “salientava que o regresso da Polônia à Europa e ao mundo ocidental era uma prioridade”. O regresso à Europa estava ancorado nos anseios por parte dos polacos em definir uma agenda política bilateral com as lideranças da OTAN, logo no início da década de 90 (KUZNIAR, 2009, p. 28). Uma vez iniciados os contatos com o Ocidente em 1991, a Polônia optou por fazer parte do mundo ocidental. O novo governo criado através do primeiro parlamento polonês eleito, tendo o primeiro-ministro Jan Olszewski, objetivava o ingresso da Polônia na Aliança Atlântica (GRAJEWSKI, 2015, p. 179).

Se no campo da política externa a Polônia expandia os seus contatos políticos com o Ocidente, no campo econômico passava por grandes dificuldades, buscando recuperar a economia há curto prazo, através da estabilização e da transição para uma economia de mercado. De acordo com Kuzniar (2009):

A princípio, a “terapia de choque” de Balcerowicz¹², que visava passar de uma economia estatal planejada e centralizada para uma economia de mercado aberto, em simultâneo com uma reestruturação acelerada da economia, acentuou ainda mais o declínio econômico. Os cofres do Estado, já muito debilitados, e a dívida externa privaram o Governo dos recursos necessários para criar uma rede de segurança social durante a reforma econômica, incluindo a possibilidade de travar a rápida ascensão dos níveis de desemprego. As dificuldades que acompanharam a mudança de sistema fizeram subir a temperatura da competição política durante os primeiros anos da III República. Foi o preço inevitável das mudanças que restituíam a Polônia à Europa (KUZNIAR, 2009, p. 25).

No que tange ao período político entre 1989 até 1992, a nova república polonesa necessitou realizar grandes mudanças no seu cenário político interno. Além disso, na área externa, os planos futuros de expandir as relações da Polônia com a União Europeia e a OTAN eram assuntos de grande prioridade política. Na área externa, este período ficou marcado pelas relações bilaterais da Polônia com o seu entorno regional, além da criação do Grupo de Visegrad em 1991. As questões envolvendo a cooperação no âmbito bilateral e

¹¹ Do original em inglês: The new cabinet, headed by the first non-communist prime minister after WWII and a long-time member of Poland's anti-communist opposition, had twenty-four ministers: twelve from Solidarity, four each from the Polish United Workers' Party (PZPR) and the United Peasant Party (ZSL), three from the Alliance of Democrats (SD) and one independent member. Professor Krzysztof Skubizewski was appointed foreign affairs minister and Leszek Balcerowicz became the deputy prime minister, finance minister and the architect of the Polish economic transformation (POLSKA. PL, 2014).

¹² Leszek Henryk Balcerowicz foi vice-primeiro-ministro da Terceira República da Polônia entre 12 de setembro de 1989 até 23 de dezembro de 1991. Serviu como ministro das finanças, sendo responsável pela transformação da economia polonesa no pós-Guerra Fria.

também regional serão melhores analisadas na seção seguinte, espaço de discussão para entendermos o processo que culminou na retomada das relações do Estado polonês com o seu entorno regional, além de priorizar para que a Europa Central e a Oriental se tornassem estáveis no pós-Guerra Fria.

3.3 AS RELAÇÕES REGIONAIS DA POLÔNIA PÓS-1989: A BUSCA PELA COOPERAÇÃO E A ESTABILIDADE REGIONAL

Após a transição política ocorrida no ano de 1989 bem como no desenvolvimento de sua Terceira República, a Polônia buscou restabelecer os seus contatos políticos com os países de seu entorno regional. E, entre os acordos políticos, era necessário resolver os litígios que envolviam a abertura das fronteiras com a Alemanha; buscar junto ao governo russo a retirada total das suas tropas, que ainda se encontravam em território polonês. A importância de discutirmos essas questões de cunho regional baseia-se no objetivo político polonês pós-1989 em dirimir pendências ainda da Guerra Fria; e, uma vez que havia retomado a sua soberania política, a resolução de questões que envolviam a fronteira do país tornava-se, por fim, imprescindível para a Polônia recém-soberana.

Essa fase política polonesa pós-1989 é explicada por Terry (2000, p. 15):

O rompimento da URSS em dezembro alterou drasticamente o contexto das relações da Polônia com o Oriente. Embora o abrandamento resultante das tensões entre Varsóvia e Moscou tenha sido temporário - coincidindo com o mandato de onze meses do primeiro-ministro reformista da Rússia, Yegor Gaidar -, o colapso finalmente libertou os poloneses para perseguir a política ativa de reconciliação com seus vizinhos imediatos entre as antigas repúblicas soviéticas (FSRs) em que Mieroszewski defendia tantos anos antes. Entre maio e julho de 1992, a Polónia assinou tratados bilaterais com a Ucrânia, Rússia, Bielorrússia, Letônia e Estônia. Somente com a Lituânia as questões remanescentes relativas à grande minoria polonesa atrasaram a assinatura de um tratado formal de amizade por mais dois anos¹³ (TERRY, 2000, p. 15, tradução nossa).

Concomitante a isso, nesta seção discutiremos sobre as relações bilaterais e de ênfase regional da Polónia com os seus países vizinhos, bem como de que maneira a buscou

¹³ Do original em inglês: The breakup of the USSR in December dramatically altered the context of Poland's relations with the East. Although the resulting easing of tensions between Warsaw and Moscow proved temporary — coincident with the eleven-month tenure of Russia's reformist Prime Minister Yegor Gaidar — the collapse finally freed the Poles to pursue the active policy of reconciliation toward their immediate neighbors among the former Soviet Republics (FSRs) that Mieroszewski had advocated so many years earlier. Between May and July 1992, Poland signed bilateral treaties with Ukraine, Russia, Belarus, Latvia, and Estonia. Only with Lithuania did lingering issues concerning the large Polish minority delay signing of a formal friendship treaty for another two years (TERRY, 2000, p. 15).

restabelecer a cooperação nas áreas política, econômica e militar. Além disso, procurando desenvolver o relacionamento com o seu entorno regional, em 1991 a Polônia participou da criação do Grupo de Visegrad, tema que será analisado somente na próxima seção. Em sua obra *“The Reconstruction of Nations”*, Timothy Snyder (2003) faz uma breve análise do período posterior ao ano das revoluções políticas, em 1989, nos países do Leste Europeu. Assim, para Snyder (2003) inúmeras causas imagináveis de conflitos nacionais podiam ser encontradas nos seguintes países no pós-1989: Polônia, Lituânia, Bielorrússia e a Ucrânia. Os impactos seriam pela desintegração imperial, fronteiras sem legitimidade histórica, minorias étnicas ameaçadas, reivindicações territoriais revanchistas, elites políticas temerosas, novas políticas democráticas, memórias históricas de limpeza étnica, e por fim, mitos nacionais de conflitos eternos. Desde então, uma política oriental polonesa, consciente da nacionalidade moderna, procurou estabelecer uma ordem geopolítica estável no Leste Europeu (SNYDER, 2003, p. 2).

Para ter um controle total de seu território, a nação polonesa, recém-independente no pós-1989, necessitava resolver alguns temas relevantes para a sua soberania política. Conforme Kuzniar (2009, p. 32), havia dois assuntos importantes a serem resolvidos para a nova Polônia independente e soberana logo nos seus primeiros meses de existência: os problemas referentes às fronteiras com a Alemanha recém-unificada, e a retirada das tropas soviéticas do território polonês. Em seu entorno regional, buscou restabelecer laços políticos com os seus vizinhos, bem como estabelecer parcerias regionais em inúmeras áreas. No período compreendido entre 1989 até 1991, reconheceu a soberania dos ex-países soviéticos, no caso a Lituânia, Ucrânia e a Bielorrússia, além da Federação Russa. Além disso, esse período ficou marcado pelos acordos estabelecidos com o país mais importante da Europa – o tratado alemão-polonês de fronteiras, ocorrido em novembro de 1990, que significou a delimitação de fronteira entre a Polônia e a Alemanha (SNYDER, 2003, p. 259).

Estabelecida a sua Terceira República em 1989, no mesmo ano a Polônia visa formalizar um acordo político com a Alemanha, tendo como propósito de discussão a delimitação da fronteira entre ambos os Estados. Neste mesmo ano, o Muro de Berlim era derrubado, e com isso os poloneses ficaram preocupados com a demarcação da fronteira atual e a confirmação da mesma, pois temiam que um possível acordo entre a Alemanha e a União Soviética, no que diz respeito à demarcação de fronteiras, acompanhasse uma divisão da Europa Oriental novamente em esferas de influência, fazendo com que o

território polonês fosse novamente dominado pela União Soviética (SNYDER, 2003, p. 234). Sobre o período 1989 a 1990, Snyder (2003) analisa que:

Após a formação de um governo não comunista por Mazowiecki, ocorrido em agosto de 1989, o Chanceler alemão Helmut Kohl declarou que a questão alemã estava de volta à pauta da agenda internacional. Kohl havia viajado para Varsóvia em novembro de 1989 com o intuito de acalmar os temores, porém havia escolhido o momento errado. Embora Kohl tenha dado as garantias particulares de que afirmaria que a fronteira entre a Alemanha e a Polônia em tempo útil, ele não ousou repetir as declarações em público por razões de cunho eleitorais¹⁴ (SNYDER, 2003, p. 234, tradução nossa).

Demarcar a fronteira existente entre a Alemanha e a Polônia era indispensável à realização de um acordo político entre ambas as nações, tendo em vista das constantes invasões territoriais sofridas desde a época da Segunda Guerra Mundial. Segundo (ASMUS; SZAYNA; KLISZEWSKI, 1991):

Além disso, a Prússia Oriental fora dividida entre a Polônia e a URSS. A população polonesa nas partes ocupadas pela URSS foi amplamente expulsa, assim como a população alemã da parte da Alemanha anterior à guerra assumida pela Polônia. Embora as mudanças territoriais tenham sido aprovadas pelas Quatro Potências Aliadas, elas nunca foram ratificadas em um tratado de paz, devido ao resultado do início da Guerra Fria. A República Democrática Alemã logo reconheceu a fronteira Oder-Neisse com a Polônia, enquanto que a República Federal da Alemanha a oeste não o fez devido à complexa posição de Bonn. Com isso, as fronteiras da Polônia do pós-guerra nunca foram totalmente ratificadas em termos legais, o mais importante, não pela Alemanha¹⁵ (ASMUS; SZAYNA; KLISZEWSKI, 1991, p. 10-11, tradução nossa).

Entretanto, em 1990 a Alemanha é unificada por um processo diplomático. As quatro potências que exerciam poderes e as responsabilidades sobre a “Alemanha como um todo”, bem como sobre Berlim, consentiram, entre final de 1989 e início de 1990, que a República Federal Alemã (RFA) fosse incorporada à República Democrática Alemã (RDA), resultando na unificação do Estado alemão (GALLIS, 1990, p. 19). Por fim, este

¹⁴ Do original em inglês: After the formation of Mazowiecki's noncommunist government in August 1989, Chancellor Kohl declared that the German question was back on the international agenda. Kohl traveled to Warsaw in November in 1989 to allay fears, but chose the wrong moment. Although Kohl gave his private assurances that he would affirm the German-Polish border in good time, he dared not repeat such statements in public for electoral reasons (SNYDER, 2003, p. 234).

¹⁵ Do original em inglês: In addition, East Prussia was divided between Poland and the USSR. The Polish population in those parts taken over by the USSR was largely expelled, as was the German population from the part of prewar Germany taken over by Poland. Although the territorial changes were approved by the Four Allied Powers, they were never ratified in a peace treaty as a result of the outbreak of the Cold War. The German Democratic Republic soon recognized the Oder-Neisse border with Poland, but the Federal Republic of Germany to the west did not because of a complex legal position adopted by Bonn. Thus, the boundaries of postwar Poland were never fully ratified in legal terms, most important, not by Germany (ASMUS; SZAYNA; KLISZEWSKI, 1991, p. 10-11).

evento diplomático ficou conhecido como os acordos “2+4”¹⁶. A unificação da Alemanha, através de processos de negociação iniciados em 1990, foi um marco político na sua história; com isso, em 1990 foi estabelecida as relações bilaterais que envolviam as questões territoriais entre poloneses e alemães. Assim, o principal objetivo da Polônia para o acordo “2+4” baseava-se nas garantias de um acordo que pudesse trazer maior estabilidade para a Europa Central, além de possibilitar na promoção do desenvolvimento econômico e dos processos de cunho democrático. O sentimento antialemão ainda permanecia na Polônia, devido à enorme perda de vidas humanas durante a guerra, além da controvérsia política em relação à fronteira terrestre entre o Estado polonês e o alemão. Ainda há e existência de uma minoria étnica de alemães que permanecem no território a leste de *Oder-Neisse*, região que havia sido concedida de maneira provisória à Polônia em Potsdam (GALLIS, 1990. p. 34).

Realizados os acordos políticos para estabelecer a delimitação da fronteira existente entre a Alemanha e a Polônia, o governo polonês buscou entrar num acordo diplomático pelo início da retirada das tropas soviéticas que se encontravam em território polonês. As questões de caráter político foram discutidas em novembro de 1990, ano em que as delegações da Polônia e da União Soviética passaram a examinar a retirada das tropas soviéticas (SNYDER, 2003, p. 236). Segundo Szayna (1991), o início desses debates políticos se deu:

Paralelamente à transferência de unidades polonesas, há negociações em andamento com a URSS sobre a retirada de unidades soviéticas da Polônia. No início de 1991, as negociações tornaram-se cada vez mais tensas, devido às demandas polonesas e ao aumento da intransigência soviética. As autoridades polonesas exigiram que todas as tropas soviéticas fossem retiradas até o final de 1991¹⁷ (SZAYNA, 1991, p. 48, tradução nossa).

Segundo Terry (2000, p. 12), após a ratificação do tratado de fronteira com a Alemanha, no final de 1990, o contingente de tropas soviéticas localizada na Polônia teria de permanecer até que fosse concluída a retirada total das tropas que estavam na Alemanha. No que tange às tropas soviéticas em território polonês, Kuzniar (2009) considera que o dia

¹⁶ As conversações “2+4” ocorreram entre a Alemanha Ocidental e a Oriental (RFA e a RDA), mais as quatro potências aliadas (vencedoras da Segunda Guerra Mundial), com o objetivo político de analisar o processo de unificação e o surgimento de um Estado alemão soberano (GALLIS, 1990, p. 3).

¹⁷ Do original em inglês: Parallel to the transfer of polish units, there have been ongoing negotiations with the USSR over the withdrawal of soviet units from Poland. In early 1991, the negotiations became increasingly tense, because of both Polish demands and increased Soviet intransigence. Polish officials demanded that all Soviet troops be withdrawn by the end of 1991 (SZAYNA, 1991, p. 48).

16 de setembro de 1993 marcou a retirada do último militar soviético do território da Polônia (data que simboliza um dia antes da invasão soviética na Polônia no ano de 1939).

Uma vez estabelecidas às reuniões de âmbito político e diplomático com a Alemanha recém-unificada e a União Soviética, com o propósito de dirimir as questões de âmbito de delimitação territorial e a retirada das tropas soviéticas do Leste Europeu, a Polônia buscou orientar a sua agenda política para os demais Estados do seu entorno regional.

Os poloneses almejavam reconstruir a sua parceria de cunho regional, além de contribuir para a estabilização política da Europa Oriental no pós-1989. Com isso, além da Alemanha e da União Soviética, a Polônia também buscou assinar acordos políticos com a Ucrânia e a Bielorrússia, entre 1990 a 1992 (HRECZKOSIJ, 2012). Além disso, se direcionou para a região báltica, firmando uma parceria de âmbito estratégico com a Lituânia, com a qual tem fronteira terrestre. A cooperação bilateral firmada no pós-Guerra Fria objetivava para a Lituânia um caminho rumo à Aliança Atlântica. Assim sendo, a Polônia posicionou-se favoravelmente à admissão dos lituanos na OTAN (RUBLOVSKIS; SESELGYTE; KALJURAND, 2013, p. 47). A parceria estratégica entre ambos os países tornou-se, portanto, uma oportunidade de inclusão da Lituânia nas estruturas euroatlânticas (RUBLOVSKIS; SESELGYTE; KALJURAND, 2013).

As relações políticas com a Lituânia e a Ucrânia, segundo Snyder (2003, p. 217), foram reatadas após a desintegração da União Soviética, e melhoraram rapidamente. Para a Lituânia, a Polônia, o seu país vizinho, era vista como uma oportunidade de apoio para a sua integração europeia; enquanto isso, a presidência ucraniana viajava à Varsóvia com o objetivo de buscar uma reconciliação entre ucranianos e poloneses.

No que tange às demais parcerias de âmbito regional, a Polônia estende a sua cooperação com outros Estados vizinhos. Terry (2000, p. 15) aponta o relacionamento emergente entre Varsóvia e Kiev. Em outubro de 1990, um ano antes da dissolução da União Soviética, o governo polonês tornou-se o primeiro Estado a apoiar a soberania da Ucrânia; e, entre maio e julho de 1992, assinou acordos no âmbito bilateral com a Ucrânia, Rússia pós-soviética, Bielorrússia e as repúblicas bálticas (Letônia e a Estônia). No caso da Lituânia, as questões envolvendo a minoria étnica polonesa residente na Lituânia adiaram a assinatura de tratado formal de boas relações entre os Estados (TERRY, 2000, p. 15).

Segundo Snyder (2003), aponta outros dois interesses políticos da Polônia, sendo:

O segundo interesse da Polônia no Leste foi da preservação de estados-nação lituana, bielorrussa e ucraniana. Isso foi entendido sendo como a melhor proteção diante de um futuro imperialismo da Rússia. O terceiro interesse da Polônia no Leste foi a proteção da minoria polonesa na antiga União Soviética, sendo que a maioria encontrava-se na Lituânia, Bielorrússia e na Ucrânia. Embora em breves momentos o tratamento dos poloneses no Leste foi o centro das atenções na política doméstica polonesa, foi consistentemente de uma prioridade mais baixa na política externa do que o seu retorno à Europa ou a independência de seus vizinhos do leste¹⁸ (SNYDER, 2003, p. 257, tradução nossa).

Para que a Polônia, bem como os demais países do Leste Europeu, almejassem ingressar futuramente na Aliança Atlântica, era imprescindível que estes países reorganizassem a sua política, fortalecessem a economia e a Força Armada, para que estivessem de acordo com os padrões exigidos pela OTAN. De acordo com Kuzniar (2009):

Mas antes que o Ocidente pudesse estender o seu guarda-chuva político até a Polônia e a outros países da Europa Central, seria necessário fortalecer aquela região através do desenvolvimento de uma cooperação íntima, a nível bilateral e multilateral, primeiramente no domínio da segurança. Exemplo disso foi a criação do Grupo de Visegrad (KUZNIAR, 2009, p. 28).

Conforme exposto acima, este grupo dos “três de Visegrad” teve a sua fundação em 1991, sendo uma parceria de âmbito regional entre a Polônia, Tchecoslováquia e a Hungria. A próxima seção discutirá a criação deste grupo, as suas características, os objetivos políticos comuns entre os países signatários que estabeleceram a cooperação de Visegrad logo após as mudanças políticas de 1989 ocorridas nas ex-repúblicas satélites.

3.4 A CRIAÇÃO DO GRUPO DE VISEGRAD (1991)

Após as revoluções populares ocorridas no Leste Europeu em 1989, com a deposição dos governantes comunistas nos Estados satélites soviéticos, a derrubada do Muro de Berlim, em novembro do mesmo ano, simbolizava o término da Cortina de Ferro, que manteve estes países sob a esfera de influência soviética para o restante da Europa. Com isso, estes países iniciaram grandes mudanças na sua política, estabeleceram os seus objetivos políticos na esfera regional, bem como com ênfase na política externa. A Polônia

¹⁸ Do original em inglês: Poland's second interest in the east was the preservation of Lithuanian, Belarusian, and Ukrainian nation-states. This was understood as the best hedge against future Russian imperialism. Poland's third interest in the east was the protection of the Polish minority in the former Soviet Union, most of which was to be found in Lithuania, Belarus, and Ukraine. Although for brief moments the treatment of Poles in the east seized center stage in Polish domestic politics, it was consistently a lower priority in foreign policy than the return to Europe or the independence of the eastern neighbors (SNYDER, 2003, p. 257).

pós-1989 objetivou desenvolver um relacionamento com o seu entorno regional; o foco baseava-se em estabelecer acordos em inúmeras áreas, bem como em estabilizar a segurança da Europa Central e da Oriental. Logo, iniciada a cooperação com os seus países vizinhos, em 1991 a Polônia participa da criação do grupo dos “três de Visegrad”. Walczak (2004, p. 39) considera que o nome Grupo de Visegrad foi escolhido durante um encontro entre Václav Havel, o primeiro-ministro da Hungria, József Antall, e o Presidente da Polônia, Lech Wałęsa, durante um evento ocorrido no norte de uma cidade húngara, Visegrad, em 15 de fevereiro de 1991.

Segundo Parízková e Kosinski (2017):

O Grupo de Visegrad é uma organização composta por Polônia, República Tcheca, Eslováquia e Hungria (doravante, V4). Ele foi criado em 15 de fevereiro de 1991 durante uma reunião dos chefes de governo, na época, dos três países vizinhos - já que República Tcheca e Eslováquia constituíam a Tchecoslováquia, que se dissolveu pacificamente em 1993 -, realizada na pequena vila húngara de Visegrad, escolhida por ter sido o local do encontro histórico, em 1335, entre os reis da Boêmia, Hungria e Polônia (PARÍZKOVÁ; KOSINSKI, 2017, p. 92).

Com a criação dos “três de Visegrad” em 1991, em janeiro de 1993 o Estado da Tchecoslováquia passou por um processo de desmembramento, sendo sucedida pelo nascimento de dois novos Estados, a República Tcheca e a Eslováquia, expandindo este grupo para quatro países (LATAWSKI, 1994, p. 14). Este grupo foi criado com alguns objetivos políticos. De acordo com Jagodzinski (2006):

A Declaração de Visegrad empregou pela primeira vez o termo "Europa Central" em relação a um grupo de países, incluindo a Polônia. Dessa maneira, Visegrad se tornou um símbolo dos interesses comuns das nações de nossa região. A região da Europa Central até então havia sido identificada, geográfica e culturalmente, com o grupo de países pós-Habsburgo no Danúbio. Visegrad, no entanto, é o símbolo da luta regional em direção a objetivos estratégicos mútuos. A cooperação dentro do Grupo Visegrad tem sido um teste de maturidade política e capacidade de compromisso – se pudermos cooperar com nossa pequena família, poderemos colaborar com a grande família Europeia. Essa colaboração regional nos ajudou a alcançar nosso principal objetivo estratégico: agora pertencemos à OTAN e à União Europeia. Realizamos o sonho de Solidarnosc de uma Polônia livre, com a Polônia sendo libertada do domínio da URSS. Visegrad é um meio eficaz de atingir esse objetivo¹⁹ (JAGODZINSKI, 2006, p. 32, tradução nossa).

¹⁹ Do original em inglês: The Visegrad Declaration for the first time employed the term "Central Europe" with regard to a group of countries including Poland. In this way, Visegrad became a symbol of the common interests of the nations from our region. The region of Central Europe had until then been identified, geographically and culturally, with the group of post-Habsburg Danube countries. Visegrad, however, is the symbol of regional striving towards mutual strategic goals. Cooperation within the Visegrad Group has been a test of political maturity and the capacity to compromise - if we can cooperate within our small family, we will be able to collaborate within the larger European family. This regional collaboration helped us accomplish our main strategic target: Now we belong to NATO and to the European Union. We made the Solidarnosc dream of a free Poland come true, with Poland being released

O surgimento desta cooperação regional entre tchecoslovacos, húngaros e polacos partiu do então presidente da Tchecoslováquia, Václav Havel. Durante uma visita oficial à Polônia, em janeiro de 1990, Havel propôs uma estreita cooperação, a nível regional, entre os ex-países comunistas para estabelecerem objetivos comuns (LATAWSKI, 1994, 15). Concomitante a isso, as ideias para a criação de um novo sistema de estabilidade surgiram dentro do grupo de Václav Havel. Após a eleição vencida na Tchecoslováquia, Havel propôs que os presidentes e primeiros-ministros da Polônia, Tchecoslováquia e Hungria fizessem um encontro em Bratislava em março de 1990 (JAGODZINSKI, 2006, p. 34).

A criação do Grupo de Visegrad baseia-se nos esforços por desenvolver e fortalecer uma cooperação de caráter regional nas áreas militar e de defesa, que estão no cerne do grupo. Além disso, este grupo tornou-se uma plataforma para a realização de consultas políticas relacionados aos temas de defesa e segurança, com o objetivo de cooperar em inúmeras áreas de interesse comum, como no desenvolvimento de capacidades conjuntas, interoperabilidade das forças armadas do grupo V4 (tais como educação, treinamento e exercícios militares), além da indústria de defesa, como a aquisição conjunta de armamentos (VISEGRAD GROUP, 2019). Além de intensificar a cooperação em inúmeras áreas, sua criação possibilitou que os Estados orientassem as economias em direção ao livre mercado e aderissem a uma perspectiva de integração europeia de longo prazo (POLAND, 2012).

Além disso, as origens do Grupo de Visegrad estão também fundamentadas não apenas pela vizinhança em comum ou pela situação geopolítica similar, como também pela questão histórica, pelas tradições, pela cultura e pelos valores conjuntos. Frente a isso, é possível dizer que o surgimento deste grupo se deu devido aos seguintes fatores decisivos:

O desejo de eliminar os remanescentes do bloco comunista na Europa Central. O desejo por superar as animosidades históricas entre os países da Europa Central. A crença de que, através dos meios de esforços conjuntos, será mais fácil atingir os objetivos estabelecidos, ou seja, realizar com sucesso a transformação social e o ingresso no processo de integração europeia; bem como a proximidade de ideias das elites políticas então dominantes²⁰ (VISEGRAD GROUP, 2019, tradução nossa).

from the domination of the USSR. Visegrad prove an effective means of reaching this aim (JAGODZINSKI, 2006, p. 32).

²⁰ Do original em inglês: The desire to eliminate the remnants of the communist bloc in Central Europe. The desire to overcome historic animosities between Central European countries. The belief that through joint efforts it will be easier to achieve the set goals, i.e. to successfully accomplish social transformation and join in the European integration process; and the proximity of ideas of the then ruling political elites (VISEGRAD GROUP, 2019).

O desenvolvimento do grupo de Visegrad significou o caminho rumo a uma integração europeia. Com isso, os países-membros deste grupo haviam reiterado a sua recusa por ver a Europa Central caracterizada como uma possível região “de zona cinzenta”, “tampão”, ou mesmo, “neutra”; os líderes Antall, Václav Havel e Lech Walesa buscaram se esforçar em prol de que os membros de Visegrad beneficiassem seus países bem como a Europa (SPERO, 1992, p. 63). Sobre a cooperação de Visegrad, o ministro político do exterior polonês (Krzysztof Skubiszewski) reiterou que o Triângulo de Visegrad não se tornaria uma Aliança Militar; contudo, o propósito seria estabelecer mais um mecanismo classificado como uma “cooperação frouxa”. Diante dos objetivos por reduzir as preocupações provenientes de Moscou, o ministro do exterior Skubiszewski ratificou que o grupo de Visegrad trabalharia em prol do fortalecimento da estabilidade e da segurança da Europa Central e Oriental (SPERO, 1992, p. 64).

Quanto aos riscos de a Europa Central tornar-se uma região cinzenta, Kissinger (2012, p. 774) aponta que:

O futuro da Europa Oriental e o dos estados sucessores da União Soviética não são o mesmo problema. A Europa Oriental foi ocupada pelo Exército Vermelho. Ela identifica-se, cultural e politicamente, com as tradições da Europa Ocidental. Isso é especialmente verdadeiro nos países do grupo de Visegrad, composto de Polônia, República Tcheca, Hungria e Eslováquia. Sem laços com instituições da Europa Ocidental e atlânticas, serão uma terra de ninguém entre a Alemanha e a Rússia. E para que esses laços sejam significativos, o grupo de Visegrad terá de pertencer à União Europeia e à Aliança Atlântica. Para tornarem-se econômica e politicamente viáveis, necessitam da União Europeia; e para segurança, terão de voltar-se para a Aliança Atlântica (KISSINGER, 2012, p. 774).

No que tange ao campo da segurança, os países-membros de Visegrad almejavam ingressar como novos países-membros da Aliança Atlântica. Segundo Walczak (2004), a cúpula de 1991, em Roma, concordou em estabelecer um processo de etapas para se dar a cooperação entre a Aliança Atlântica e o Grupo de Visegrad, apresentando à Polônia a difícil tarefa de criar um ambiente de segurança estável, no âmbito nacional e no regional.

Os políticos deste grupo regional reforçaram veementemente o *slogan* “retorno à Europa” de seus países. Assim, a agenda estratégica dos países de Visegrad estava atrelada à integração política, econômica e de segurança com o Ocidente:

O conceito de segurança de "Retorno à Europa" não pode ser definido de maneira restrita como apenas a busca de associação em uma instituição ocidental como a OTAN ou a WEU. Além disso, postula claramente um papel dos processos coletivos de segurança e desarmamento incorporados na CSCE. O "Retorno à Europa" é claramente visto como um pacote que busca a integração geral em

todas as principais instituições ocidentais, independentemente de seu papel estar relacionado principalmente a questões econômicas, políticas ou de segurança²¹ (LATAWSKI, 1994, p. 16, tradução nossa).

E, diante deste objetivo comum entre os países signatários de Visegrad nas áreas política e militar, pertencer à Europa tornou-se indispensável para estes Estados que passaram pela transição política de 1989. Uma vez desenvolvida uma agenda política de caráter soberano no que tange à segurança regional, os países de Visegrad se direcionaram para a OTAN. Assim sendo:

Ao contrário da WEU, cuja capacidade militar permanece mais teórica do que real, a OTAN permanece atraente para os estados de Visegrad, devido à sua força militar demonstrável e coesão política. Além disso, é a única instituição ocidental que fornece o elo euro-atlântico que ancora a América à segurança europeia. Os estados de Visegrad aceitam que o papel e a estrutura da OTAN devem se adaptar às condições pós-Guerra Fria, mas acreditam que a força máxima da Aliança Atlântica repousa na manutenção de seu compromisso de defesa coletiva, conforme consagrado no artigo 5 do Tratado de Washington. Para o grupo Visegrad, as certezas de defesa coletiva do Artigo 5 são preferíveis às formas menos concretas de segurança coletiva representadas pelo processo CSCE²² (LATAWSKI, 1994, p. 17, tradução nossa).

É importante mencionarmos que em 1991 a União Soviética ainda não havia enfrentado o seu processo de dissolução, bem como a Guerra Fria permanecia vigente no Sistema Internacional. Por fim, embora os membros de Visegrad almejassem pertencer à esfera de segurança da OTAN, esta ainda não tinha como objetivo estratégico sua expansão para o Leste Europeu. A decisão por parte do Ocidente pelo alargamento da Instituição de Segurança Atlântica para a Europa Central e a Oriental será analisada no terceiro capítulo deste trabalho, cujo foco consiste em examinar o processo de criação das relações bilaterais da Polônia com a Aliança Atlântica.

²¹ Do original em inglês: The common Visegrad strategic agenda of political, economic and security integration with the West has been popularly presented by politicians in the region under the slogan 'Return to Europe'. The security concept of a 'Return to Europe' cannot be narrowly defined as only seeking membership in one Western institution such as NATO or the WEU. Moreover, it clearly postulates a role for the collective security and disarmament processes embodied in the CSCE. The 'Return to Europe' is clearly seen as a package that seeks across-the-board integration into all the major Western institutions whether their role is primarily related to economic, political or security matters (LATAWSKI, 1994, p. 16).

²² Do original em inglês: Unlike the WEU whose military capacity remains more theoretical than real, NATO remains attractive to the Visegrad states because of its demonstrable military strength and political cohesion. Moreover, it is the one western institution that provides the Euro-Atlantic link anchoring America to European security. The Visegrad states accept that the role and structure of NATO must adapt to post-Cold War conditions, but believe that the Atlantic Alliance's ultimate strength rests on the maintenance of its collective defence commitment as embodied in Article 5 of the Washington Treaty. For the Visegrad group, the collective defence certainties of Article 5 are preferable to the less concrete forms of collective security represented by the CSCE process (LATAWSKI, 1994, p. 17).

Podemos inferir que a criação do grupo de Visegrad se deu para estabelecer uma cooperação de âmbito regional, em inúmeras áreas, entre a Polônia e os três demais parceiros. No que tange ao caráter de segurança, o grupo, criado em 1991, já almejava pela sua integração à Europa; sendo assim, além do mercado Europeu, o grande objetivo comum dos países de Visegrad era a admissão de seus Estados na Aliança Atlântica.

3.5 O GOVERNO DE ALEKSANDER KWASNIEWSKI (1995-2005): A ESCOLHA PELA INTEGRAÇÃO EUROPEIA (OTAN)

Em 1995, Aleksander Kwasniewski foi eleito o novo presidente da Polônia, vencendo o então presidente Lech Wałęsa, o líder do Sindicato Solidariedade, além de ter sido o primeiro presidente eleito para governar a nova Polônia pós-1989. Ao derrotar Lech Wałęsa, o atual presidente buscou convencer boa parte da população polonesa de que o seu passado comunista não seria um impedimento para assumir o posto mais alto de presidente da Polônia. A sua estratégia eleitoral baseou-se numa campanha jovem e enérgica, tendo como objetivos políticos expressos nos slogans “escolha o futuro” e uma “Polônia comum” (SZCZERBIAK, 2001, p. 79). O então presidente Aleksander Kwasniewski assumiu a presidência da Polônia em 1995, foi reeleito em 2000, permanecendo no poder até o ano de 2005 (SNYDER, 2003, p. 230). Mesmo diante da mudança na presidência, os partidos políticos poloneses mais importantes apoiaram a adesão de seu país às instituições ocidentais, particularmente a OTAN, a fim de estreitar compromissos de promoção de segurança para a Polônia. Fica claro que a criação de vínculos políticos e militares mais fortes com os Estados Unidos (o Estado líder da OTAN) visava à integração da Polônia às instituições políticas e militares do mundo ocidental (RAS, 2017, p. 124).

O primeiro mandato presidencial de Aleksander Kwasniewski ficou marcado pelo estabelecimento da Constituição polonesa; e, entre os seus dois mandatos presidenciais (1995-2005), a Polônia ingressa na OTAN em 1999, fato seguido da sua admissão na União Europeia em 2004 (MODRZEJEWSKI, 2015, p. 19). Segundo Modrzejewski (2015), o sistema político da Polônia estava baseado nos princípios democráticos, tendo sido moldado durante o governo de Kwasniewski, um dos principais líderes poloneses da ordem política e constitucional deste país. Além disso, Kwasniewski era considerado como um arquiteto da democracia polonesa, sendo que em 1997 assinou a Constituição da República da Polônia (MODRZEJEWSKI, 2015, p. 20).

Além disso, Kwasniewski participou das negociações da “mesa redonda” realizadas na Polônia, evento político que a levou em direção da transformação pacífica, bem como à Europa Central e à Oriental, na transição do modelo político comunista para a democracia. Diante das mudanças políticas que ocorriam no cenário interno polonês, Kwasniewski foi um fundador, além de ter sido o primeiro presidente do Partido Social Democrata na Polônia (WARSAW SECURITY FORUM, 2019).

Durante as eleições presidenciais de 1995, a diferença entre os dois candidatos era que Walesa defendia o impulso em prol de uma Polônia mais livre e independente do comunismo e da União Soviética, enquanto Aleksander Kwasniewski estava associado à herança pela qual Wałęsa havia lutado para a entrada da Polônia na OTAN. Após o partido de Kwasniewski conquistar a maioria do parlamento polonês, a sua vitória nas eleições o levaria a conquistar os principais escritórios políticos, através da sigla da Aliança Democrática da Esquerda, partido descendente dos governantes do Partido Comunista polonês (JAWORSKI; GALASINSKI, 2000, p. 322). Em relação às eleições de 1995, na primeira votação realizada em novembro, Kwasniewski havia recebido 35,11% dos votos, 2% a mais do de Lech Walesa; na rodada final, Kwasniewski venceu as eleições com 51,72% dos votos, tendo Walesa recebido 48,28 % (MILLARD, 2000, p. 45).

Após tensões políticas internas enfrentadas, as eleições de 1995 foram caracterizadas pela divisão da Polônia entre dois campos políticos aproximadamente iguais (SZCZERBIAK, 2001, p. 79-80). Este período é marcado pelas divisões políticas relativas às atitudes e às avaliações do seu passado comunista (SZCZERBIAK, 2001, p. 80).

Millard (2000), que venceu as eleições de 1995, analisa que:

Kwasniewski não teve um início auspicioso de sua presidência, mas suas vantagens políticas, sua inteligência, sua experiência e seu senso de apresentação pública forneceram um contraste imediato com Walesa. A renúncia de seu partido não implicou a perda de sua base política no SLD, mas permitiu que ele permanecesse desapegado dos problemas internos do próprio partido e das relações tensas entre os parceiros da coalizão. Suas nomeações para os 'ministérios presidenciais' foram imediatamente endossadas, e ele ampliou sua própria equipe incluindo indivíduos de destaque anteriormente associados à Oposição Solidarietà²³ (MILLARD, 2000, p. 52, tradução nossa).

²³ Do original em inglês: Kwasniewski did not enjoy an auspicious start to his presidency, but his political advantages, his intelligence, his experience, and his sense of public presentation provided an immediate contrast with Walesa. Resigning from his party did not entail the loss of his political base in the SLD, yet it enabled him to remain detached from the party's own internal problems and the tense relations between the coalition partners. His nominations to the 'presidential ministries' were immediately endorsed, and he broadened his own staff by including prominent individuals formerly associated with the Solidarity Opposition. (MILLARD, 2000, p. 52).

No seu primeiro mandato presidencial, Aleksander Kwasniewski teve boas relações com o primeiro-ministro Włodzimierz Cimoszewicz, que havia sucedido Józef Oleksy, ao cargo de primeiro-ministro da Polônia. Na área externa, teve um papel ativo como um emissário no exterior, buscando estabelecer boas relações políticas com a OTAN e com a União Europeia (MILLARD, 2000, p. 52-53). Aleksander Kwasniewski atuou de modo diligente para que a Polônia ingressasse na Aliança Atlântica, além de ter chefiado a delegação polonesa durante as cúpulas em Madrid (1997) e Washington (1999). Assim, no dia 26 de fevereiro de 1999, realizou a assinatura dos documentos relativos à admissão da Polônia na esfera militar Atlântica, uma cerimônia que ocorreu simultaneamente com a presença do presidente da República Tcheca, Václav Havel. Contudo, o envolvimento político de Kwasniewski com a Aliança Atlântica se aprofundou após participar e apoiar ativamente – durante a cúpula de Praga de 2002 –, a respeito do convite para que sete novos Estados fossem admitidos na OTAN (PRESIDENT, PL, 2019).

Aleksander Kwasniewski, em um discurso proferido durante a sua participação na cúpula da OTAN em Washington D.C. (1999), menciona que:

Para nós poloneses, a própria existência da OTAN sempre foi um farol de esperança em uma Europa dividida antes de 1989 de que liberdade e democracia poderiam sobreviver. Que a cortina de ferro não estaria lá para sempre. Que assim que a Polônia recuperasse sua plena soberania e autodeterminação, estaria em posição de criar, junto com toda a comunidade euro-atlântica, um futuro melhor para si e para todo o continente europeu. Hoje, sessenta anos desde o início da Segunda Guerra Mundial, desde o bombardeio de Varsóvia e Gdańsk, desde os dias de ódio e desprezo, desde o Holocausto, nossos sonhos e os sonhos de nossos pais e avós se tornaram realidade. Nossa satisfação com esse fato é ainda mais acentuada por nossa consciência de que ela fecha a porta em quase trezentos anos de infortúnios na história da Polônia. A liberdade foi a causa pela qual os melhores filhos de nossa terra lutaram, morreram em execuções ou foram deportados geração após geração... A Aliança do Atlântico Norte, nos últimos cinquenta anos, provou seu valor como uma organização confiável e eficaz. Seu guarda-chuva político e militar protegeu seus países membros, salvaguardou condições para o desenvolvimento normal e fortaleceu sua cooperação e solidariedade. Todos nós, vivendo em ambos os lados do Atlântico, precisamos da presença contínua da Aliança hoje, após o colapso global da estrutura política bipolar após a desintegração do comunismo e na esteira da conclusão da guerra fria. Tanto a OTAN quanto a presença americana na Europa ajudam a estabilizar a situação na região euro-atlântica e a estabelecer as bases para seu desenvolvimento democrático. A ampliação da organização para incluir Polônia, República Tcheca e Hungria expandiu a zona de segurança na Europa. Os poloneses esperam uma maior expansão. Também outros países europeus - amigos e parceiros da Polônia - devem se tornar os beneficiários das garantias de segurança, estabilidade e desenvolvimento: a porta da OTAN deve permanecer aberta²⁴ (BIENIEK, 2006, p. 41-42, tradução nossa).

²⁴ Do original em inglês: To us Poles, the very existence of NATO had always been a beacon of hope in a pre-1989 divided Europe that freedom and democracy could survive. That the iron curtain would not be there forever. That as soon as Poland recovered its full sovereignty and self-determination it would be in a

Aleksander Kwasniewski, após ser eleito em 1995 como o segundo presidente da Polônia pós-1989, manteve em seu governo a agenda externa desenvolvida no governo anterior de Lech Walesa, como a retomada pelas relações políticas com Ocidente, visando estabelecer uma cooperação política e militar para que a Polônia ingressasse futuramente na OTAN e na União Europeia. No entanto, na cúpula de Madrid (1997), a Polônia recebeu um convite formal para tornar-se um país aspirante para ser admitido na Aliança Atlântica, sendo que a oficialização se deu somente na cúpula seguinte, em Washington (1999). O presidente Aleksander Kwasniewski ficou marcado na história da Polônia como o chefe de Estado responsável pela adesão dos poloneses na OTAN; além disso, foi reeleito para um segundo mandato presidencial em 2000, governando até 2005. Aleksander Kwasniewski argumenta que, apesar dos eventos comuns a respeito das diferentes coalizões de caráter governamental, o seu governo conseguiu, por fim, manter a continuidade na política da Polônia, além da participação em organizações internacionais, como a União Europeia, na área econômica, e na OTAN, na segurança, conseguindo ingressar em ambas (RICHOVÁ; KUBICKI; WALTER, 2015, p. 15).

Esta seção teve como objetivo analisar apenas o primeiro mandato presidencial de Aleksander Kwasniewski. No terceiro capítulo, analisaremos as relações políticas da Polônia com a OTAN, assim como as cúpulas da OTAN.

3.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A República da Polônia, a partir de 1990, entrou numa nova fase na sua história política, uma vez que em 1989 os países satélites do Leste Europeu, por meio de revoluções políticas, transitaram de um sistema comunista para um sistema capitalista, além de

position to create, together with the whole Euro-Atlantic community, a better future for itself and the entire European continent. Today, sixty years since the outbreak of World War II, since the bombing of Warsaw and Gdańsk, since the days of hate and contempt, since the Holocaust, our dreams, and the dreams of our fathers and grandfathers have come true. Our satisfaction with this fact is further enhanced by our awareness that it closes the door on an almost three-hundred-year run of misfortunes in Polish history. Freedom was the cause for which the best sons of our land have fought, died in executions, or been deported, generation after generation....The North Atlantic Alliance has over the past fifty years proved its worth as a reliable and effective organization. Its political and military umbrella has protected its member countries, safeguarded for them conditions for normal development, and strengthened their cooperation and solidarity. All of us, living on both sides of the Atlantic, need the continued presence of the Alliance today, after the global collapse of the bi-polar political set-up following the disintegration of communism, and in the wake of the conclusion of the cold war. Both NATO and the American presence in Europe help stabilize the situation in the Euro-Atlantic area and lay the foundation for its democratic development. The organization's enlargement to include Poland, the Czech Republic, and Hungary has expanded the zone of security in Europe. The Poles hope for its further expansion. Also other European countries – friends and partners of Poland – must become the beneficiaries of the guarantees of security, stability, and development: The door to NATO must remain open (BIENIEK, 2006, p. 41-42).

orientarem as suas agendas políticas em prol de estabelecer acordos políticos com o Ocidente. Não obstante, a Polônia realizou acordos históricos na “mesa redonda”, legalizando o Solidariedade, além de realizar as primeiras eleições livres na Polônia. Logo, o ano de 1989 é de caráter histórico para os poloneses, visto que encerra um período de longo domínio e controle por parte da União Soviética nos seus assuntos domésticos e externos, e estabelece sua Terceira República em 1989.

O período pós-1989 na Polônia é marcado pela nova presidência de caráter democrático, sendo que Lech Walesa tornou-se o primeiro presidente da nova Polônia, governando de 1990 até 1995, desenvolvendo os primeiros objetivos políticos e estratégicos para o novo governo democrático. É durante o seu governo que o Estado polonês estabelece os primeiros contatos políticos com a OTAN; além disso, no campo regional, Walesa buscou reorientar a agenda política polonesa em prol da cooperação em inúmeras áreas com os países vizinhos, além de contribuir para a estabilização do Leste Europeu.

Essa agenda política pró-OTAN é mantida a partir de 1995, após a eleição de Aleksander Kwasniewski como o novo presidente da Polônia. O governo de Kwasniewski inicia em 1995, tendo sido reeleito para um segundo mandato presidencial em 2000. Seu governo é marcado pela admissão da Polônia na Aliança Atlântica, tendo participado da reunião de cúpula em Washington D.C (1999), em que se oficializa o ingresso da República da Polônia na OTAN.

Neste segundo capítulo, discutimos a transição política na Polônia no pós-1989, além do desenvolvimento de sua Terceira República (1989). Esta fase histórica ficou marcada pelo retorno da independência polonesa, bem como pela conquista de sua soberania política, fato este que marcou o término da interferência soviética nos assuntos políticos da Polônia. O surgimento do sindicato Solidariedade no cenário doméstico impactou na geoestratégia soviética para as repúblicas do Leste Europeu, uma vez que este sindicato ascendeu na política polonesa com o intuito de distanciar a influência soviética.

Por fim, no capítulo seguinte analisaremos o processo das relações políticas entre a Polônia com o bloco de segurança Atlântico, estabelecida a partir de 1990, e que culminou com a admissão de Varsóvia como um país-membro da Aliança Atlântica em 1999.

4 O ESTABELECIMENTO DAS RELAÇÕES POLÍTICAS DA POLÔNIA COM A OTAN NO PÓS-1989

O objetivo do presente capítulo consiste em analisar o processo de interação política entre o governo recém-eleito e independente da Polônia com a Aliança Atlântica, além de compreendermos como o relacionamento político do governo de Varsóvia levou a nação polonesa a tornar-se um país-membro dessa aliança.

4.1 INTRODUÇÃO

No capítulo anterior, discutimos como se deram as mudanças políticas que ocorreram na Polônia em 1989, ano considerado pelos poloneses como um marco histórico, pois caracteriza a retomada da sua soberania política. Cabe lembrar que, durante o período de 1918 até 1989, a Polônia permaneceu como um Estado independente no Sistema Internacional por um curtíssimo período. Além disso, em 1989 estabeleceu a sua Terceira República em sua história política; a última república havia sido estabelecida em 1918, após o término da Primeira Guerra Mundial.

No campo político, o ano de 1989 é também marcado pelo término do governo comunista na Polônia – ideologia política que havia sido imposta pela União Soviética logo no início da Guerra Fria (1945-1991). Por quase todo o período da Guerra Fria, a República da Polônia pertenceu como um Estado satélite soviético, vindo a exercer a sua soberania somente após 1989. Nessa transição, a política interna da Polônia passou de ideologia comunista para uma capitalista, além de adotar um modelo político de caráter democrático.

A mudança política no seu cenário interno levou à realização das primeiras eleições democráticas no final de 1989, eleição vencida por Lech Walesa (1990-1995), tornando-se o primeiro presidente a ser eleito nos moldes democráticos. No campo das relações de âmbito regional, a Polônia restabeleceu as suas relações políticas com os Estados vizinhos, além de objetivar uma agenda política externa para o período pós-Guerra Fria, que se aproximava. No governo de Lech Walesa, a Polônia trabalhou arduamente, durante toda a década de 90, em prol de sua admissão na Aliança Atlântica.

O objetivo central deste terceiro capítulo baseia-se em analisar as relações políticas da Polônia com a OTAN, relações estas se iniciam com as conversações em 1990, mediação na qual Lech Walesa recebeu grande apoio do Ministro do Exterior, Krzysztof Skubiszewski, para adesão à aliança. Além disso, para discutir o processo de construção das

relações políticas, serão analisados os seguintes governos: Lech Walesa (1990-1995) e o primeiro mandato presidencial de Aleksander Kwasniewski (1995-2005), por serem responsáveis pelo ingresso da Polônia na OTAN.

Para fins de organização da estrutura deste capítulo, para a primeira seção será realizada uma abordagem histórica a respeito da República da Polônia. Na segunda, analisaremos o passo inicial das relações políticas que foram desenvolvidas entre a Polônia com a OTAN a partir de 1990. Na terceira seção, será discutido o processo político que culminou na ratificação do alargamento da Aliança Atlântica após o término da Guerra Fria.

No que tange à terceira seção, será discutida a participação da Polônia nas cúpulas realizadas durante a década de 90: Londres (1990), Roma (1991), Bruxelas (1994), Madrid (1997) e Washington D.C. (1999). É importante discutirmos as referidas cúpulas, pois nelas se desenvolveram as relações da Polônia com a OTAN – por exemplo, na cúpula de 1997, a Polônia tornou-se um Estado aspirante a ser admitido na Aliança Atlântica.

Por fim, nas considerações finais buscam fortalecer os argumentos sobre o quão imprescindível para o Estado polonês foi o seu ingresso na Aliança Atlântica.

4.1.1 A geopolítica da Polônia: localizada entre duas grandes potências

Nesta subseção, o objetivo consiste em analisarmos um histórico acerca dos principais acontecimentos políticos e militares que a Polônia enfrentou nos últimos séculos, principalmente desde meados do século XVIII. O objetivo central de discussão é analisarmos a localização geoestratégica da Polônia na Europa, o quão indispensável é para sua sobrevivência a segurança e sua soberania política. Por fim, esta subseção buscará compreender, no âmbito histórico, qual a importância da Aliança Atlântica para a Polônia.

No que tange à geopolítica da Polônia na Europa, a sua localização é especialmente favorável para a manutenção de um relacionamento próximo com inúmeros países europeus. Ao mesmo tempo, a sua localização geoestratégica reverbera para os problemas de defesa e segurança, assuntos que são imprescindíveis para o seu interesse nacional (SECURITY..., 1993, p. 325).

Compreender a nação polonesa no âmbito histórico e dos conflitos e guerras que assolaram o continente europeu é um grande desafio. A Polônia tem, em seu berço de fundação, a sua nação:

No momento da maior prosperidade da Polônia, apareceu o mito que os poloneses eram descendentes dos sármatas, valentes guerreiros descritos pelos autores da antiguidade. Até hoje, às vezes, dizemos que somos sármatas. Porém, na realidade, os poloneses são descendentes dos eslavos que se assentaram na Europa Central e Oriental a partir do século VI d.C (KAMINSKI; KORKUC, 2016, p. 9).

Ainda assim:

O batismo de Mieszko I em 966 deu início à história da Polônia. Tornou-se também a fonte da cultura e identidade polonesa, que foram gradualmente se cristalizando nos séculos seguintes. Durante a regência da dinastia dos Piast nasceu a ideia polonesa de liberdade, compreendida como soberania da nação e direito das unidades, incluindo o direito de oposição diante de governanças injustas. Neste período, a Polônia teve de superar numerosas crises internas e ataques vindos de fora (KAMINSKI; KORKUC, 2016, p. 19).

A nação polonesa nasceu na Europa Central, e uma dinastia política foi criada: a dinastia Jaguelônica²⁵. A era *Jagielloniana* baseou-se no conceito de uma política de segurança voltada para a cooperação com os Estados vizinhos, bem como na expansão territorial, expandindo os laços de uma união pessoal com a Hungria e a Lituânia (WHITE BOOK, 2013, p. 28). Essa união territorial deu origem à Comunidade Polonesa-Lituana, através da União de Lublin (1569), marcando a união entre a Polônia e a Lituânia. E desta união surgiu o Estado chamado de República das Duas Nações (KOMINSKI; KORKUC, 2016, p. 29).

A República das Duas Nações sobreviveu até 1795, após as potências europeias (Rússia, Prússia e a Áustria) partilharem o território polonês entre si (STARZYK; TOMASZEWSKA, 2017, p. 17). Frente à partilha da Polónia, o objetivo por parte dos poloneses era tanto manter a identidade nacional quanto cultivar sua língua, buscando resistir aos programas linguísticos oriundos da germanização e da russificação. No entanto, as dificuldades na manutenção da identidade polonesa, durante o período das partições (1795 até 1918), davam-se devido à complexidade diante da independência (WHITE BOOK, 2013, p. 30).

A histórica relação política e militar dos poloneses com russos e alemães foi marcada por conturbados períodos, além de um grau de animosidades, pois a percepção polonesa sobre a ameaça existencial da Rússia está fundamentada na sua experiência histórica. A Rússia tornou-se o principal protagonista das partições realizadas no território da Polónia entre o final do século XVIII até o início do século XX; e, entre 1795 e 1918, o

²⁵ A Dinastia Jaguelônica foi uma união ocorrida em 1386 entre o Duque da Lituânia, Jogaila, que havia assumido o nome de Ladislau (em polonês: Władysław), nome que passou a ser designado para essa nova dinastia (KAMINSKI; KORKUC, 2016, p. 21).

território polonês foi varrido do mapa mundial. Após o período de vinte anos entre as duas grandes guerras mundiais, a Polônia foi novamente partilhada pela Alemanha nazista e a União Soviética, através do pacto diplomático intitulado Ribbentrop-Molotov. Após o término da Segunda Guerra Mundial, a Polônia tornou-se um Estado sob controle soviético, e consequentemente instalou-se um regime político comunista, que perdurou por quase meio século. Somente em 1989 que o governo de Varsóvia readquiriu a sua plena soberania política, após o colapso do governo comunista nos países satélites soviéticos do Leste Europeu (KUCHARCZYK, 2017, p. 97). Essa fase, referente ao período de 1795 até 1918 na história da Polônia, ficou marcada pela perda da independência polonesa por 123 anos, renascendo somente após o término da Primeira Guerra Mundial (1918); logo após a sua retomada da soberania política, o país foi invadido e o seu território repartido, pela Alemanha e a União Soviética na Segunda Guerra Mundial (SLIWINSKI, 2012, p. 196). Sobre o período posterior ao término da Segunda Guerra Mundial, evento conhecido no Sistema Internacional pelo advento da Guerra Fria (1945-1991), Sliwinski (2012) analisa que:

A forma e o status do estado e seu sistema político após 1945 não foram determinados pelos poloneses, nem foram aceitos pela maioria daqueles que tentaram redefinir suas vidas na Polônia comunista. Portanto, grande parte da história moderna da Polônia foi dominada pela sede insaciável de verdadeira independência contra todas as probabilidades possíveis. Esse tema em particular - lutar pela liberdade, pagar o preço mais alto possível e, finalmente, conquistá-la gravou profundamente a alma polonesa, que se manifesta pela riqueza cultural do país, bem como motivos recorrentes em sua política externa no início do século XXI²⁶ (SLIWINSKI, 2012, p. 196-197, tradução nossa).

Quanto à localização geográfica, a Polônia se encontra diante de duas grandes potências na Europa, com a Alemanha a oeste, e a Rússia a leste; segundo Hamilton e Spohr (2019), a Polônia é um Estado de nível médio, que está localizado no centro da Europa. Devido ao término da Guerra Fria em 1991, além da reunificação alemã em 1990, a Polônia se viu novamente diante de suas antigas preocupações: ficar presa entre “dois inimigos”, a Alemanha e a Rússia, bem como a sensação de estar localizada numa “zona

²⁶ Do original em inglês: The shape as well as status of the state and its political system after 1945 were neither determined by the Poles, nor were they ever accepted by the majority of those who tried to redefine their lives in communist Poland. Therefore much of the modern history of Poland has been dominated by the unquenchable thirst for true independence against all possible odds. This particular theme—fighting for freedom, paying the highest possible price for it, and finally winning it has deeply engraved the Polish soul, which is manifested by the cultural richness of the country as well as recurring motives in its foreign policy at the beginning of the twenty-first century (SLIWINSKI, 2012, p. 196-197).

cinzenta de segurança”, ou mesmo *Zwischeneuropa*²⁷, o que poderia levar a região novamente a estar num ponto de rivalidade na política de poder entre dois grandes vizinhos (HAMILTON; SPOHR, 2019, p. 197).

Conforme o mapa político da Europa abaixo, a República da Polônia compartilha uma fronteira terrestre (a oeste) com a Alemanha, enquanto a oeste o seu entorno geográfico delimita uma fronteira terrestre com a Lituânia, Bielorrússia, Ucrânia, enclave de Kalinigrado, além da proximidade geográfica com a Federação Russa.

Figura 1 - Mapa da República da Polónia



Fonte: Encyclopædia Britannica (2020).

Devido ao fato de a Polónia ter feito parte do bloco oriental, a elite política polonesa era temerosa quanto às intenções da Rússia, o Estado sucessor da União Soviética, como tentar manter a Polónia como um Estado na sua esfera de influência. Essas questões levaram o governo polonês, em setembro de 1989, a priorizar uma política de “retorno à Europa” (HAMILTON; SPOHR, 2019, p. 197).

Esse “retorno à Europa” baseou-se num esforço para adquirir as garantias de segurança contra ameaças externas, uma estratégia que fora desenvolvida em prol de seu ingresso na OTAN. Os planos de estender a aliança militar ocidental reduziram nitidamente a chamada “zona cinzenta de insegurança” nos países da CEE, além de ter contribuído para a sensação de segurança e de proteção do Estado polonês. Infere-se que, para a Polónia, a Aliança Atlântica não consistia numa “máquina de guerra”, mas sim representava uma

²⁷ A palavra significa “entre a Europa”, termo para mencionar a localização geográfica da Polónia.

esfera de estabilidade. Por fim, o desejo por parte da Polônia se dava por melhorar a segurança e a estabilidade da Europa, aderindo à OTAN (ZALEWSKI, 2000, p. 40).

Para Brzezinski (1997), a Polônia é caracterizada como um Estado fraco para poder tornar-se um ator geoestratégico na Europa Central, restando apenas uma opção: a integração com o Ocidente. Contudo, a dissolução da União Soviética e o aprofundamento das relações políticas com a OTAN e a Europa dão à Polônia a possibilidade de adquirir segurança historicamente sem precedentes; enquanto a decisão pela expansão de contatos políticos com a OTAN restringe suas escolhas estratégicas (BRZEZINSKI, 1997, p. 44).

Esta subseção buscou analisar a geopolítica da República da Polônia, situada no centro da Europa e localizada entre duas grandes potências: a Alemanha e a Rússia. O propósito de discussão desta subseção é realizar uma análise no âmbito histórico a respeito dos principais eventos que levaram a Polônia a sofrer com invasões e consequente partilha de seu território por potências vizinhas. Para a seção seguinte, analisaremos o papel da OTAN no pós-Guerra Fria, além das reuniões entre os países-membros da Aliança Atlântica ocorridas durante a década de 90. A importância desta seção se dá em entendermos os passos que levaram o Estado da Polônia a ser admitido na OTAN em 1999.

4.2 AS RELAÇÕES BILATERAIS ENTRE A POLÔNIA E A OTAN

Esta seção abordará o início das relações políticas estabelecidas entre a Polônia pós-1989 com a OTAN, laços políticos que são criados em 1990, durante o governo do recém-eleito Lech Walesa. Para esta seção, teremos por base de análise dois governos, de Lech Wałęsa (1990-1995), e de Aleksander Kwasniewski (1995-2000), e seus respectivos ministros da Defesa e das Relações Exteriores. Contudo, analisaremos somente o primeiro mandato presidencial de Kwasniewski, uma vez que este foi reeleito para um segundo mandato presidencial de 2000 até 2005. Analisaremos a orientação política que ambos os governos tiveram no que tange ao desenvolvimento das relações políticas da Polônia com a OTAN, ao longo da década.

No período 1989 até 1991, houve o término da interferência soviética nos assuntos internos da Polônia bem como das demais ex-repúblicas satélites, uma vez que em 1989 os países satélites do Leste Europeu estavam realizando a transição da política socialista para uma política com viés democrático e voltada para a Europa. Em seu livro “Diplomacia”, Henry Kissinger (2012) analisa o futuro da Europa Central e da Oriental no pós-Guerra Fria. Segundo Kissinger:

O futuro da Europa Oriental e o dos estados sucessores da União Soviética não são o mesmo problema. A Europa Oriental foi ocupada pelo Exército Vermelho. Ela identifica-se, cultural e politicamente, com as tradições da Europa Ocidental. Isso é especialmente verdadeiro nos países do grupo de Visegrad, composto de Polônia, República Tcheca, Hungria e Eslováquia. Sem laços com instituições da Europa Ocidental e atlânticas, serão uma terra de ninguém entre a Alemanha e a Rússia. E para que esses laços sejam significativos, o grupo de Visegrad terá de pertencer à União Europeia e à Aliança Atlântica. Para tornarem-se econômica e politicamente viáveis, necessitam da União Europeia; e para segurança, terão de voltar-se para a Aliança Atlântica (KISSINGER, 2012, p. 774).

A transição política na Polônia em 1989 impactou diretamente nas Forças Armadas polonesas. A sua nomenclatura oficial bem como o Estado polonês passaram por mudanças, tais como as medidas destinadas para romper todos os laços com o Exército dominado por comunistas, assim como pelo restabelecimento da continuidade como militares poloneses anteriores ao ano de 1939. A retomada da soberania política na Polônia reverberou na mudança do nome oficial do Estado, de República Popular da Polônia para a República da Polônia. No campo militar, a nomenclatura sofreu uma modificação, deixando de ser Exército do Povo Polonês para simplesmente Exército da Polônia (SZAYNA, 1991, p. 34).

Diante dessas mudanças, tem-se então o início dos contatos políticos entre a Aliança Atlântica com os países que haviam pertencido à esfera de influência soviética até meados de 1989, ocorrendo nas consultas uma possível, e futura, inclusão na OTAN. Com os contatos políticos iniciados com o secretário-geral da Aliança Atlântica, Lech Wałęsa, recém-eleito, realizou uma visita oficial ao Quartel General da aliança ocidental, no dia 3 de julho de 1991; dois dias antes, a Organização do Tratado de Varsóvia (Pacto de Varsóvia), a aliança antagônica à OTAN, havia se desintegrado (MIESZKOWSKA; GAJOWNICZEK, 2018, p. 118). Conforme o desenvolvimento do primeiro documento polonês (SECURITY..., 1993):

A Aliança do Atlântico Norte (OTAN) continua sendo o principal fator de estabilidade e segurança na Europa. Nós reconhecemos que a presença militar dos Estados Unidos na Europa é indispensável, pois influencia positivamente no processo de mudança política em nossa região, bem como tem uma influência estabilizadora na situação em todo o continente. A Polônia está se esforçando para se tornar um membro da OTAN. Nós continuaremos a expandir os nossos contatos, na cooperação e nas consultas políticas com as inúmeras instituições da Aliança. Trabalharemos para a criação de uma rede de acordos bilaterais em matéria de defesa e segurança com os países membros da OTAN. Estamos interessados em desenvolver e intensificar a cooperação dentro do NACC, do qual somos membros²⁸ (SECURITY..., 1993, p. 329, tradução nossa).

²⁸ Do original em inglês: The North Atlantic Alliance (NATO) remains the leading factor in stability and security in Europe. We acknowledge continued US military presence in Europe to be indispensable, since

Em setembro de 1990, o então secretário-geral da Aliança Atlântica Manfred Wöerner²⁹ realizou uma visita a Varsóvia, com o intuito de expandir os contatos políticos com a Polônia (SZAYNA, 1991, p. 36). O impacto político desta visita oficial à Polônia ocasionou a declaração do secretário-geral Manfred Wöerner de que “a porta da OTAN está aberta” (POLAND, 2019). Logo, o Estado polonês dá o primeiro passo rumo ao seu relacionamento com a OTAN. Segundo Piatkowski (1994), a Polônia continuaria a expandir os contatos, a cooperação, além de consultas políticas, com as inúmeras partes, referentes à organização da Aliança. Ainda assim, a criação dos acordos mútuos com os demais países-membros da OTAN, nas esferas de defesa e segurança, era também um objetivo por parte da Polônia (PIATKOWSKI, 1994, p. 503).

As mudanças fundamentais ocorridas nos países da Europa Central e a Oriental, entre o final da década de 1980 e início de 1990 criaram novas condições de segurança para a República da Polônia (SECURITY..., 1993, p. 325). As novas condições referem-se principalmente à retomada de sua soberania política da União Soviética, bem como a dissolução do Pacto de Varsóvia, a aliança militar que era liderada pela União Soviética. A nova Polônia pós-1989 buscou priorizar o campo da segurança, estabelecendo relações políticas com a OTAN. O início das conversações se deu no dia 10 de agosto de 1990, data em que a Polônia oficializa o estabelecimento das suas relações com a OTAN (SZAYNA, 1991, p. 36).

Os anseios pela expansão do diálogo da Polônia em prol de sua admissão na OTAN não se mantiveram apenas através dos políticos que se encarregaram de desenvolver as conversações de caráter diplomático. Segundo Hamilton e Spohr (2019):

Jan Nowak-Jeziorański³⁰, diretor nacional do Congresso Polaco-Americano da época, também desempenhou um papel importante. Isso é evidenciado por seu extenso trabalho publicitário, publicado na Polônia anos depois, sobre o qual ele embarcou durante esse período. Em geral, a comunidade polonesa americana desempenhou um papel importante no difícil processo de persuadir os círculos de tomada de decisão dos EUA a expandir a Aliança do Atlântico Norte, de modo a incluir a Polônia. O papel consultivo muito positivo do professor Zbigniew

it influences positively the process of political change in our region and has a stabilising influence on the situation throughout the continent. Poland is striving towards membership in NATO. We will continue to expand our contacts, cooperation and political consultations with the Alliance's various institutions. We will work toward the creation of a network of bilateral agreements concerning matters of defence and security with individual NATO member states. We are interested in developing and intensifying cooperation within the NACC, of which we are a member (SECURITY..., 1993, p. 329).

²⁹ Manfred Wöerner foi o Sétimo Secretário Geral da OTAN, entre 1988 até 1994.

³⁰ Mais conhecido por Zdzislaw Jezioranski, lutou durante a resistência polonesa em 1944. Trabalhou numa estação de rádio americana, ficando conhecido como “a voz da Polônia livre” (PARTOS, 2005).

Brzezinski, associado ao Partido Democrata, não pode ser superestimado³¹ (HAMILTON; SPOHR, 2019, p. 204, tradução nossa).

Sobre o envolvimento de Zbigniew K. Brzezinski³² em prol de reforçar o seu apoio para que a Polônia ingressasse na Aliança Atlântica, Kupiecki (2019) afirma que:

Uma mensagem semelhante chegou à Polônia de Zbigniew Brzeziński, um eminente cientista político de etnia polonesa e ex-chefe do Conselho de Segurança Nacional durante o governo Carter. Em uma reunião no Senado dos EUA, ele declarou, entre outros: A mudança da situação da Polônia coloca a questão de sua adesão um dia diretamente na agenda [...] essa é uma questão que devemos começar a discutir formalmente agora. Nos anos seguintes, Brzeziński foi uma das principais vozes de apoio à política atlântica da Polônia, conselhos competentes e lobby por trás dos bastidores nos níveis mais altos do governo dos EUA³³ (KUPIECKI, 2019, p. 60, tradução nossa).

Como bem argumenta Raczyński (2018), nas primeiras atividades, houve o envolvimento de políticos e diplomatas poloneses nos primeiros contatos oficiais com a Aliança Atlântica; numa outra etapa, foram os poloneses americanos destacados por Zbigniew Brzezinski e Jan Nowak-Jeziorański. Além disso, a atividade realizada entre a Polônia e os poloneses americanos em prol da entrada nas estruturas da OTAN se deu pela divisão, realizada pelo Embaixador Koźmiński, em quatro categorias (RACZYNSKI, 2018, p. 190-191). Primeiro, fazer um esforço constante sobre as instituições e sobre os americanos, dos quais dependia totalmente o alargamento das relações com a OTAN. Segundo, contribuir com o desenvolvimento do conceito e estratégia de abertura da Aliança Atlântica para novos membros. Terceiro, participar de debates públicos nas áreas de segurança internacional sobre o futuro da OTAN, as relações OTAN na Europa, além de relações com a Rússia. Por fim, em quarto, elaborar uma imagem positiva da Polônia, sendo um país rico em tradição e cultura, além de mostrar que a nação polonesa abriu um

³¹ Do original em inglês: Jan Nowak-Jeziorański, National Director of the Polish-American Congress at the time, also played an important role. This is evidenced by his extensive publicity work, published in Poland years later, upon which he embarked during this period. In general, the Polish American community played a major role in the difficult process of persuading U.S. decision-making circles to expand the North Atlantic Alliance so as to include Poland. The very positive advisory role of Professor Zbigniew Brzezinski, associated with the Democratic Party, cannot be overestimated (HAMILTON; SPOHR, 2019, p. 204).

³² Zbigniew K. Brzezinski foi Conselheiro de Estado durante o governo de Jimmy Carter (1977-1981) nos Estados Unidos.

³³ Do original em inglês: A similar message reached Poland from Zbigniew Brzeziński, an eminent political scientist of Polish ethnicity and the former National Security Council head during the Carter administration. At a meeting in the U.S. Senate, he stated, among others: The changing situation of Poland puts the issue of its someday accession [to NATO—R.K.] directly on the agenda [...] this is an issue which we should start to discuss right now formally. In subsequent years, Brzeziński was a major voice of support for Poland's Atlantic policy, competent advice, and behind-the-stage lobbying at the highest levels of the U.S. government (KUPIECKI, 2019, p. 60).

caminho em prol da liberdade das outras nações de seu entorno regional, sendo assim um país que se tornaria um trunfo para a OTAN, em vez de um fardo (RACZYNSKI, 2018, p. 191).

Acerca dos interesses políticos da Polônia em ingressar futuramente na OTAN, Zięba (2011) traz à luz duas etapas consideradas indispensáveis:

Gradualmente, a Polônia assumiu uma posição que pretendia ingressar na OTAN. Isso foi motivado por dois tipos de argumentos: primeiro, que a Polônia deveria obter garantias de segurança do Ocidente tanto quanto, na nova situação geopolítica, se encontrasse em uma "área cinzenta" de incerteza, enfrentando novos desafios e ameaças prováveis; e segundo, que certas ameaças estavam associadas à instabilidade na região da ex-URSS, à imprevisibilidade do comportamento e papel do exército russo (que até o outono de 1993 ainda havia tropas estacionadas na Polônia) e à fraqueza militar da Polônia diante de uma ameaça potencial do Oriente³⁴ (ZIEBA, 2011, p. 30, tradução nossa).

Essa fase inicial na política interna polonesa é marcada pelas mudanças em detrimento de seus objetivos estratégicos para a Polônia recém-soberana. Na área da defesa, a Polônia enfrentava mudanças no cargo de ministro da Defesa. O primeiro-ministro Tadeusz Mazowiecki havia realizado uma substituição, no dia 7 de julho de 1990, de Florian Siwicki³⁵ pelo vice-almirante Piotr Kolodziejczyk³⁶, oficial polonês considerado por ter uma posição política antissoviética. Além disso, outra mudança que ocorreu nos postos do alto escalão militar foi da nomeação do general Zdzisław Stelmach³⁷ para o cargo de chefe do Estado Maior (SIMON, 1995, p. 45). Essa fase coincide com as necessidades de reestruturação das Forças Armadas. Simon (1995) comenta que:

O chefe de gabinete Tadeusz Wilecki³⁸ observou que havia uma necessidade urgente de definir os poderes dos órgãos que controlam o Exército e de distinguir entre os poderes do ministério da defesa e o Estado Maior. O ministro da Defesa Kolodziejczyk observou que havia uma necessidade urgente de definir por lei o funcionamento do ministério da defesa e criar uma demarcação clara entre os poderes do Estado Maior e os componentes civis. Ele acrescentou que as Forças Armadas não poderiam ser reestruturadas sem a garantia dos recursos necessários, nem a Polônia poderia ingressar na OTAN sem dispêndios

³⁴ Do original em inglês: Gradually Poland took a position which aimed at joining NATO. This was motivated by two types of arguments: firstly, that Poland should obtain security guarantees from the West in as much as, in the new geopolitical situation, it found itself in a "grey area" of uncertainty, facing new challenges and probable threats; and secondly, that certain threats were associated with the instability in the area of the former USSR, the unpredictability of the behaviour and role of the Russian army (which until the autumn of 1993 still had troops stationed in Poland), and Poland's military weakness in the face of a potential threat from the East (ZIEBA, 2011, p. 30).

³⁵ Foi general do Exército polonês e Ministro da Defesa entre 1983 até 1990.

³⁶ Foi Ministro da Defesa entre 1990 e 1991; retornando para o cargo entre 1993 e 1994.

³⁷ Foi o Comandante das Forças Armadas da Polônia entre 1990 a 1992.

³⁸ Foi o Comandante das Forças Armadas Polonesas entre 1992 até 1997.

adequados para cobrir os custos de modernização do Exército³⁹ (SIMON, 1995, p. 63, tradução nossa).

Segundo a publicação do documento “*Tenets of the Polish Security Policy (1993)*”, de autoria do ex-presidente Lech Walesa (1990-1995), para a Polônia a OTAN representava maior estabilidade no âmbito político, sendo valorizado pelo governo polonês o caráter Euro-Atlântico da Aliança; sendo assim, a Polônia assume uma posição política de apoiadora da presença militar americana na Europa (WALESA, 1993, p. 322). Além disso, neste documento elaborado por Lech Walesa, para a década de 90, o objetivo estratégico da Polônia consistia em alcançar a sua adesão na OTAN e na União Europeia, caracterizados como um pilar de segurança para a Europa (WALESA, 1993, p. 322).

Diante do interesse por ingressar na aliança militar ocidental, em março de 1990 o governo de Varsóvia declara a sua intenção de se tornar um país-membro. Outro passo é tomado em março de 1992, pois o gabinete do Primeiro-Ministro Olszewski foi o primeiro a declarar os esforços para que o governo de Varsóvia adquirisse a plena candidatura na Organização Militar Atlântica, o que refletiu para a criação da doutrina de defesa da Polônia em 1992. No ano seguinte, o presidente polonês enviou uma carta oficial ao secretário da Aliança Atlântica, afirmando que a plena adesão era uma prioridade da política externa da Polônia (POLAND, 2019, p. 7).

Uma vez estabelecido os laços políticos entre a Polônia com a OTAN, o ministro das Relações Exteriores da Polônia Krzysztof Skubizewski⁴⁰ (1989-1993) e o primeiro-ministro da Polónia Tadeusz Mazowiecki⁴¹ (1989) realizaram uma visita de caráter diplomático ao Quartel General da OTAN em 1990, o que aprofundou o relacionamento da Terceira República da Polónia com a Aliança Atlântica (POLAND, 2019). Essa visita teve, como principal objetivo, comunicar que a Polónia não tinha receios da OTAN, cuja existência, assim como a presença dos Estados Unidos no continente Europeu, representava garantia política e militar para a Europa (KUPIECKI, 2019, p. 37).

Além disso, as visitas oficiais de políticos poloneses à sede da OTAN também estreitaram os laços diplomáticos da Polónia entre ambas. Com isso, em 1990 a Embaixada

³⁹ Do original em inglês: Chief of Staff Tadeusz Wilecki noted that there was an urgent need to define the powers of the bodies that control the Army and to distinguish between the powers of the defense ministry and the General Staff. Defense Minister Kolodziejczyk noted that there was an urgent need to define by law the functioning of the defense ministry and create a clear demarcation between the powers of the General Staff and civilian components. He added that the Armed Forces could not be restructured without a guarantee of necessary resources, nor could Poland join NATO without adequate outlays to cover the costs to modernize the Army (SIMON, 1995, p. 63).

⁴⁰ Foi Ministro das Relações Exteriores da Terceira República da Polónia (1989-1993).

⁴¹ Foi Primeiro-Ministro da Terceira República da Polónia (1989-1991).

da Polônia (que era chefiada pelo embaixador Tadeusz Olechowski⁴²) iniciou as relações de trabalho e diplomáticas com a OTAN, contatos de âmbito diplomático que se intensificaram ainda mais pelo embaixador Andrzej Krzeczunowicz⁴³, entre os anos de 1992 a 1996 (PERMANENT DELEGATION OF THE REPUBLIC OF POLAND TO THE NATO, 2012). Em 1990, a OTAN havia realizado uma cúpula sediada em Londres; após essa reunião, no dia 9 de agosto de 1990, a Embaixada da Polônia em Bruxelas buscou, através de um escritório, manter os contatos de trabalho com a sede da OTAN. Esse escritório esteve sob a chefia de Tadeusz Olechowski, que, além de ter sido embaixador em Bruxelas, foi também um ex-ministro das Relações Exteriores da República Popular da Polônia (KUPIECKI, 2019, p. 37).

Os contatos oficiais entre a Polônia e a OTAN são reforçadas mesmo com a saída de Tadeusz Mazowiecki do cargo de primeiro-ministro. Para este cargo, Lech Walesa nomeou Jan Krzysztof Bielecki⁴⁴, tornando-se o segundo primeiro-ministro não comunista em janeiro de 1991 (SIMON, 1996, p.49). Contudo, uma vez que assumiu este cargo, Jan Krzysztof Bielecki realizou também uma visita oficial em Washington em 1991, sendo o primeiro membro do governo polonês a mencionar a participação da Polônia na OTAN (KUPIECKI, 2019, p. 39).

No campo da defesa, a Polônia passou por uma grande reestruturação no que tange às suas Forças Armadas. Em agosto de 1990, o ministro do Exterior da Polônia comentou sobre a desintegração do Pacto de Varsóvia⁴⁵, bem como das possibilidades da retirada da Polônia da aliança militar antagônica à OTAN (SZAYNA, 1991, p. 25). As mudanças mais importantes que ocorreram no setor das Forças Armadas polonesas se deram após a nomeação de dois intelectuais do sindicato Solidariedade, Janusz Onyszkiewicz⁴⁶ e Bronislaw Komorowski⁴⁷, que atuaram como vice-ministros da Defesa no início de abril de 1990. Onyszkiewicz estabeleceu as relações militares exteriores da Polônia, enquanto

⁴² Foi um diplomata polonês. Foi o último Ministro das Relações Exteriores da República Popular da Polônia (1988-1989).

⁴³ Foi o primeiro Embaixador da República da Polónia para a OTAN, além de Embaixador para a União da Europa Ocidental na Bélgica e em Luxemburgo (1992-1997) (EUROPEAN ACADEMY OF DIPLOMACY, 2019).

⁴⁴ Foi Primeiro-Ministro da Polónia entre janeiro a dezembro de 1991.

⁴⁵ O Pacto de Varsóvia foi uma aliança militar na Guerra Fria liderada pela União Soviética. Foi estabelecida em 1955 e dissolvida em 1991.

⁴⁶ Janusz Onyszkiewicz foi Ministro da Defesa em duas ocasiões. Primeiro, entre 1992-1993; e depois em 1997-2000.

⁴⁷ Bronislaw Komorowski foi, entre 1990 a 1993, Vice-Ministro da Defesa Nacional nas áreas educacionais e sociais (BRONISLAW KOMOROWSKI INSTITUTE, 2019).

Komorowski se encarregou das mudanças educacionais nas Forças Armadas (SZAYNA, 1991, p. 26).

A nomeação de Jan Parys (1991-1992) como sucessor de Piotr Kołodziejczyk (1990-1991), para o cargo de ministro da Defesa da Polônia, reforçou as necessidades estratégicas para a Polônia ingressar na OTAN. Segundo Kupiecki (2019):

Em sua primeira entrevista à imprensa, o ministro da Defesa, Jan Parys, foi perguntado se ele era a favor de buscar garantias de segurança em laços com a OTAN e respondeu que [...] devemos estar preparados para o pior caso de permanecermos sozinhos em tempos de perigo [...] Espero que surja um sistema de defesa europeu, tendo o sistema ocidental como seu núcleo⁴⁸ (KUPIECKI, 2019, p. 52-53, tradução nossa).

Durante a realização de uma conferência anual, reservada para o alto escalão do exército polonês, participaram o ministro da Defesa, Jan Parys⁴⁹, e o primeiro-ministro Jan Olszewski⁵⁰. Nessa conferência, debateu-se sobre as ameaças contra a Polônia, uma vez que a segurança e o isolamento militar exigiriam garantias de segurança do Atlântico Norte; se assim fosse, não haveria escolha entre a neutralidade e o ingresso na OTAN (KUPIECKI, 2019, p. 53), já que se tornava indispensável para a sua segurança. Surge, assim, a “Doutrina Parys”, conceito que reafirma que a Polônia se direcionou do Leste para o Ocidente no âmbito econômico; esta decisão confirmava as razões pelas quais a Polônia deveria se integrar à Aliança Atlântica (KUPIECKI, 2019, p. 53).

Enquanto isso, na nomeação de Hanna Suchocka⁵¹ (1992-1993) para atuar no cargo como primeira-ministra, em seu primeiro discurso de posse, a ministra afirmou veementemente que faria um esforço para que a segurança polonesa fosse similar à dos demais países Europeus, buscando se vincular às perspectivas pela adesão da Polônia na OTAN (KUPIECKI, 2019, p. 61). O enfoque dado desde a posse dos primeiros políticos poloneses na Polônia pós-1989 é reforçado pelo ministro da Defesa Janusz Onyszkiewicz (1992-1993), reafirmando que a admissão da Polônia na OTAN é de certa forma “quase inevitável”. A primeira-ministra Hanna Suchocka acrescenta que esta decisão, bem como a aceitação do Estado polonês pela Aliança Atlântica, deveria ocorrer durante a cúpula da OTAN em Bruxelas (1994); a primeira-ministra ainda menciona que, em caso de não

⁴⁸ Do original em inglês: In his first press interview, Defence Minister Jan Parys was asked whether he was in favour of seeking security guarantees in ties with NATO and replied that [...] we should be prepared for the worst case of remaining alone in times of danger [...] I hope that a European defence system will arise, with the Western system as its core (KUPIECKI, 2019, p. 52-53).

⁴⁹ Foi Ministro da Defesa entre 1991 a 1992.

⁵⁰ Foi Primeiro-Ministro entre 1991 a 1992.

⁵¹ Foi primeira-ministra entre 1992 a 1993.

aceitação do ingresso da Polônia pela OTAN, esta decisão representaria uma falha por parte do sistema de segurança Ocidental (SIMON, 1996, p. 72).

4.2.1 As relações políticas da Polônia com a OTAN sob o mandato presidencial de Aleksander Kwasniewski

Em 1995, Aleksander Kwasniewski tornou-se o novo presidente da Polônia, tendo o seu mandato até o ano de 2000, e foi reeleito para um segundo mandato até 2005. Nesta subseção, analisaremos somente o primeiro governo de Aleksander Kwasniewski, bem como a nomeação dos ministros da Defesa, Relações Exteriores e primeiro-ministro, tendo como objetivo investigar a continuação da política externa polonesa orientada para o ingresso na OTAN.

Nesse mesmo ano, autoridades polonesas elaboraram um relatório intitulado “Polônia-OTAN (*Poland NATO Report, 1995*)”, tendo sido publicado em outubro de 1995; seus principais autores eram Przemysław Grudziński, Henryk Szlajfer, Janusz Onyszkiewicz, Andrzej Olechowski, Andrzej Ananicz e Krzysztof Skubizewski. Esses autores exclamavam publicamente para que a Polônia optasse em primeiro lugar por ingressar na OTAN, uma vez que era mais fácil em vez de atender aos critérios necessários para admissão na União Europeia (HAMILTON; SPOHR, 2019, p. 202). Sobre esse relatório, Ananicz *et al.* (1996, p. 144) menciona que um dos objetivos centrais baseava-se na preparação para a Polônia se tornar um país-membro da OTAN, na participação em sua estrutura política e militar.

A partir de 1995, a Polônia empossou no cargo das Relações Exteriores o ministro Władysław Bartoszewski⁵²; em seu primeiro discurso, tomou um lugar central o tema da integração na Aliança Atlântica, embora o tema já estivesse em discussão. A sua nomeação se deu por intermédio de Lech Wałęsa, garantindo ao Ocidente que a natureza da política externa polonesa estava orientada para o Atlântico Norte (KUPIECKI, 2019, p. 80-81). A nomeação de Bartoszewski se deu após a renúncia do ministro Andrzej Olechowski⁵³, fato este que levou Lech Wałęsa a exigir que Waldemar Pawlak⁵⁴ recusasse a sua renúncia ao seu cargo de primeiro-ministro, além de aceitar a indicação de Zbigniew Okoński⁵⁵ como o

⁵² Foi Ministro das Relações Exteriores em duas ocasiões: primeiro entre março a dezembro de 1995, tendo retornado no cargo entre 2000 a 2001.

⁵³ Foi Ministro das Relações Exteriores entre 1993 a 1995.

⁵⁴ Foi Primeiro-Ministro entre junho a julho de 1992. Reassumiu o cargo entre 1993 a 1995.

⁵⁵ Foi Ministro da Defesa no ano de 1995.

novo ministro da Defesa da Polônia (SIMON, 1995, p. 70). O mandato de Bartoszewski durou de março a dezembro de 1995, tendo sido substituído por Dariusz Rosati⁵⁶, este que, durante a cúpula da OTAN de 1997, em Madrid, expressou a satisfação por parte da Polônia a respeito das decisões do Conselho do Atlântico Norte sobre o ingresso da Polônia na OTAN (NATO, 1996).

Durante o seu mandato como ministro das Relações Exteriores, Władysław Bartoszewski mencionou a participação conjunta da Polônia com os Estados Unidos, através da realização dos primeiros exercícios militares a serem executados, além de projetos listados pela Polônia, em 1995, pelo Programa para a Paz (KRAMER, 1995). Além disso, no que se refere aos planos de ingresso da Polônia na OTAN, o ministro Władysław Bartoszewski acreditava que:

“Eu não consideraria discriminatório se a União Europeia especificasse o ano 2000 para a nossa adesão. No entanto, acredito firmemente que a adesão à OTAN deve ocorrer pelo menos dois anos antes”, disse Bartoszewski na segunda-feira no Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais, um centro de estudos de Washington⁵⁷ (KRAMER, 1995, tradução nossa).

Contudo, em 1995, Józef Oleksy é nomeado o novo primeiro-ministro, este que segundo Kupiecki (2019):

Portanto, não é por acaso que a primeira visita estrangeira do novo primeiro ministro polonês, Józef Oleksy, em 5 de abril de 1995, tenha sido em Bruxelas, inclusive na sede da OTAN. Nas circunstâncias contemporâneas, era extremamente importante para o chefe do governo polonês (proveniente de um partido de esquerda pós-comunista, lembrado por questionar a integração da OTAN no início dos anos 90) confirmar o curso constante da Polônia em reformas internas e integração com estruturas ocidentais⁵⁸ (KUPIECKI, 2019, p. 80, tradução nossa).

Este cargo político também foi mantido por pouco tempo sob o mandato de Józef Oleksy⁵⁹; sendo que Włodzimierz Cimoszewicz⁶⁰ permaneceu de 1996 até 1997, período

⁵⁶ Foi Ministro das Relações Exteriores entre 1995 até 1997.

⁵⁷ Do original em inglês: “I would not find it discriminatory if the European Union specified the year 2000 for our membership. However, I strongly believe (NATO membership) should come at least two years earlier”, Bartoszewski said Monday at the Center for Strategic and International Studies, a Washington think tank (KRAMER, 1995).

⁵⁸ Do original em inglês: It is therefore not an accident that the first foreign visit of the new Polish prime minister, Józef Oleksy, on 5 April 1995, was to Brussels, including to NATO Headquarters. In contemporary circumstances, it was extremely important for the head of Polish government (coming from a post-communist left-wing party that was remembered for questioning NATO integration in the early 1990s) to confirm Poland’s steady course on internal reforms and integration with Western structures (KUPIECKI, 2019, p. 80).

⁵⁹ Foi Primeiro-Ministro entre 1995 a 1996.

⁶⁰ Foi Primeiro-Ministro entre 1996 a 1997, além de ter assumido o cargo de Ministro das Relações Exteriores entre 2001 a 2005.

em que esteve presente na cúpula da OTAN realizada em Madrid (1997), tendo realizado uma visita à sede da OTAN, além de se encontrar com o secretário-geral Javier Solana (NATO, 1997). No período de 1995 a 1997, Waldemar Pawlak foi substituído por Józef Oleksy, este que, após o envolvimento de um escândalo com a inteligência russa, fora substituído por Włodzimierz Cimoszewicz. Dariusz Rosati foi nomeado ministro das Relações Exteriores, substituindo Władysław Bartoszewski (TERRY, 2000, p. 26).

Os anos de 1997 até 1999 são importantes para história da Polônia, uma vez que é neste período que a Polônia avança nas suas relações políticas em prol de sua filiação na OTAN. Os políticos poloneses, Janusz Onyszkiewicz, que retornou para o cargo de ministro da Defesa (1997-2000), Jerzy Buzek (1997-2001) empossado no cargo de primeiro-ministro, Bronisław Geremek, como ministro das Relações Exteriores (1997-2000), juntamente com o presidente Aleksander Kwasniewski, se tornaram os responsáveis pela formalização da admissão da Polônia na OTAN, um esforço iniciado em 1990. Na fase de negociações, após receber a formalização do convite para adesão na OTAN e na União Europeia, a Polônia passou, entre junho e julho de 1997, das antessalas para o limiar da Europa (TERRY, 2000, p. 35).

Durante o período em que Jerzy Buzek assumiu o cargo como primeiro-ministro (1997-2001), Latawski (1999) observa que foi desenvolvido um plano de modernização militar – Plano de Integração na Organização do Tratado do Atlântico Norte e Modernização das Forças Armadas da Polônia, 1998-2012 – para completar os requisitos em prol da admissão na OTAN. Este plano de modernização militar começou a ser construído em 1992, com a criação do conceito de “estratégia militar” da Polônia, o que ocasionou inúmeras mudanças nas prioridades da estrutura, organização, bem como do equipamento que as Forças Armadas polonesas utilizavam (LATAWSKI, 1999, p. 37). No que tange ao Programa de Modernização das Forças Armadas 1998-2012, este plano havia sido lançado no outono de 1997, tendo Cimoszewicz junto com uma coalizão de ex-partidos comunistas que divulgaram esse projeto das Forças Armadas polonesas (LATAWSKI, 1999, p. 38).

E, no que condiz às expectativas pela admissão da Polônia na esfera militar atlântica, Terry (2000) aponta que:

De fato, os motivos por trás da missão da OTAN na Polônia foram (e continuam) muito mais sutis e com base ampla, e foram sucintamente declarados pelo então (agora novamente) ministro da Defesa Janusz Onyszkiewicz. Falando em uma conferência de 1996 sobre segurança regional envolvendo autoridades polonesas, ucranianas e bielorrussas, Onyszkiewicz definiu o interesse da Polônia na OTAN

sob uma perspectiva de segurança pan-europeia: em primeiro lugar, a OTAN garantiu a presença política e militar contínua dos EUA na Europa - um fato que “tem um significado enorme para o senso de estabilidade [e] segurança de muitas nações europeias”⁶¹ (TERRY, 2000, p. 30, tradução nossa).

De fato, as perspectivas referentes à admissão na OTAN são enfatizadas por Onyszkiewicz, uma vez que Terry (2000⁶² *apud* ONYSZKIEWICZ, 1997) admite que:

Em resumo, a OTAN ofereceu uma garantia de que a Europa nunca mais seria destruída por grandes rivalidades de poder - uma garantia que a Polônia, capturada na história entre a Alemanha e a Rússia, tinha motivos para cobiçar. Finalmente, elogiando a “transparência” dos mecanismos de tomada de decisão da OTAN, Onyszkiewicz enfatizou que a aliança não era apenas uma aliança militar, mas uma organização política “cujo objetivo fundamental é fortalecer a estabilidade e a democracia” não apenas entre seus próprios membros, mas também “projetar essa estabilidade” além de suas fronteiras (TERRY, 2000, p. 38 *apud* ONYSZKIEWICZ, 1997).

Para a próxima seção, o objetivo de discussão consiste na reformulação política da OTAN para o período pós-Guerra Fria que se aproximava, através da análise das cúpulas que a Aliança Atlântica realizou durante a década de 90. A análise destas cúpulas é importante para examinarmos o desenvolvimento das relações políticas da Polônia com a OTAN.

4.3 A EXPANSÃO DA OTAN NO PÓS-GUERRA FRIA (1991) E A REALIZAÇÃO DAS CÚPULAS DA OTAN NA DÉCADA DE 90

Em 1991, o Sistema Internacional vivenciou o término da Guerra Fria, um evento político que moldou a política internacional através da bipolaridade entre os Estados Unidos e a União Soviética através da luta ideológica entre o capitalismo e o comunismo. Contudo, no campo da segurança, até 1991 havia duas alianças militares rivais que dominaram o continente europeu: a OTAN, tendo os Estados Unidos como país líder, e o Pacto de Varsóvia, liderado pela União Soviética (WHITE; KOROSTELEVA; ALLISON, 2006, p. 165). A OTAN se manteve intacta durante e após o fim da Guerra Fria no Sistema

⁶¹ Do original em inglês: In fact, the motives behind Poland’s NATO quest were (and remain) far more nuanced and broadly based, and were most succinctly stated by then former (now again) Defense Minister Janusz Onyszkiewicz. Speaking at a 1996 conference on regional security involving Polish, Ukrainian and Bielorrussian officials, Onyszkiewicz defined Poland’s interest in NATO from a pan-European security perspective: first and foremost, NATO guaranteed the continued political and military presence of the US in Europe — a fact that “has enormous significance for the sense of stability [and] security of many European nations” (TERRY, 2000, p. 30).

⁶² TERRY, Sarah Meiklejohn. Poland’s foreign policy since 1989: the challenges of independence. **Communist and Post-Communist Studies**, Amsterdam, v. 33, n. 1, p. 7-47, Mar. 2000.

Internacional, tendo realizado, logo em 1990, a primeira reunião de cúpula entre os países-membros, a fim de analisar quais eram os objetivos da Aliança Atlântica, período que caminhava para o fim da competição entre americanos e soviéticos durante o período da Guerra Fria.

E um dos impactos geopolíticos pelo fim da Guerra Fria foi o vácuo de segurança que ocorreu na Europa Oriental, espaço este que pertencia à zona de influência soviética; porém, após as revoluções políticas de 1989, as ex-repúblicas satélites tornaram-se soberanas. No que tange à Organização do Tratado do Atlântico Norte⁶³, em abril de 1949 a OTAN foi criada com o objetivo político de estabelecer uma zona de segurança coletiva para a Europa Ocidental. Concomitante a isso, este período ficou marcado pelo ápice da bipolaridade no Sistema Internacional, uma vez que a Europa encontrava-se sob a zona de influência americana (Europa Ocidental) e soviética (Europa Oriental).

Desde a sua fundação, em 1949, a Aliança Atlântica coopera entre os seus países-membros, através de um importante artigo 5º de sua carta. A esfera militar atlântica adaptou-se no contexto estratégico no pós-Guerra Fria, através da adoção de uma definição mais alargada da segurança, além de lançar uma estratégia baseada na expansão da parceria e da cooperação em toda a área euro-atlântica, considerada como uma das tarefas primordiais de segurança da OTAN. Em 1990, os dirigentes aliados propuseram estender a mão da amizade para a antiga linha que delimitava o Leste-Oeste na Europa, uma proposta que se baseava num novo relacionamento com os países da Europa Central e a Oriental – além das antigas repúblicas soviéticas –, através de uma cooperação política e militar (OTAN, 2004, p. 16).

A ideia de alargar a Aliança Atlântica para a esfera de influência soviética no início da década de 90 era algo impensável, uma vez que, devido às mudanças políticas ocorridas nos países satélites em 1989, bem como ao vácuo de poder deixado pela União Soviética, estes países se encontravam diante de uma situação imprevisível em inúmeras áreas. Segundo Nelson e Szayna (1998):

⁶³ A Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) foi criada em abril de 1949, sendo constituída por 12 Estados Membros fundadores: Bélgica, Canadá, Dinamarca, França, Islândia, Itália, Luxemburgo, Holanda, Noruega, Portugal, Reino Unido e os Estados Unidos. Desde a sua fundação, houve mais três fases de expansão durante a Guerra Fria: Grécia e a Turquia (1952); Alemanha Ocidental (1955); e Espanha (1982). Após o término da Guerra Fria, a OTAN incorporou a Polónia, Hungria e a República Tcheca (1999); Eslovênia, Eslováquia, Romênia, Bulgária, Estónia, Letónia e a Lituânia (2004) (OTAN, 2004, p. 2). No entanto, ainda houve mais duas fases de expansão, com a incorporação da Albânia e da Croácia (2009); Montenegro (2017). Recentemente, a República da Macedônia do Norte teve a sua candidatura ratificada, em 2019, para tornar-se um novo país-membro da OTAN.

O alargamento da OTAN para o Leste é um componente desta reorientação fundamental. Numa série de decisões tomadas diante de reuniões em Londres (1990), Roma (1991) e em Bruxelas (1994), a OTAN concordou com uma agenda de prevenção de conflitos e de uma promoção por uma zona de estabilidade e segurança em torno da Europa. As parcerias com não membros que levaram a uma eventual adesão de alguns deles tornou-se um caminho natural de desenvolvimento. A aliança anunciou a sua decisão por expandir o número de membros da OTAN em janeiro de 1994, embora a decisão de expandir tenha sido acordada em durante a reunião de Travemuende (Alemanha), no final do ano de 1993. Com isso, o processo se desenrolou lentamente, começando através de um estudo para o alargamento, adotando o estudo, estabelecendo novos critérios para os novos membros, e culminando com a Cúpula de Madrid em julho de 1997, onde três países foram convidados a participar. O alargamento não é uma novidade para a OTAN⁶⁴ (NELSON; SZAYNA, 1998, p. 32, tradução nossa).

Entretanto, no que tange aos aspectos políticos por expandir a Aliança Atlântica ou não, em novembro de 1991 os 16 países-membros concordaram com um novo conceito estratégico para a OTAN (RUPP, 2000, p. 161), que teve como base a seguinte situação política:

Uma declaração vaga para muitos, a referência do Conceito Estratégico às instabilidades na Europa Central e na Oriental não se perdeu nos líderes de Praga, Varsóvia e no restante da região. A declaração da OTAN de que a turbulência doméstica nestes países pudesse ameaçar a própria OTAN foi vista como uma abertura para os líderes nacionais, incluindo o polonês Lech Walesa e o tchecoslovaco Vaclav Havel, a pressionarem a organização por mais compromissos tangíveis, que poderia ser, afinal de contas, no próprio interesse da OTAN. A candidatura em todas as organizações internacionais do Ocidente tornou-se rapidamente o objetivo central da política externa dos governantes da Europa Central e a Oriental, porém a adesão à OTAN era a prioridade. Apenas a OTAN poderia fornecer a segurança interna e a externa de que cada novo governante procurava⁶⁵ (RUPP, 2000, p. 162, tradução nossa).

Assim sendo, os debates políticos foram levados para as cúpulas que a OTAN realizou durante a década de 90. No que tange à política de expandir a Aliança Atlântica, Rauchhaus (2000, p. 174) analisa por que a OTAN ofereceu a candidatura para países que

⁶⁴ Do original em inglês: NATO'S enlargement eastward is a component of this fundamental reorientation. In a series of decisions made at meetings in London (1990), Rome (1991), and Brussels (1994), NATO agreed to an agenda of preventing conflict and promoting a zone of stability and security in and around Europe. Partnership with non-members leading to the eventual membership for some of them thus became a natural path of development. The alliance announced its decision to expand NATO's membership in January 1994, though the actual decision to expand was agreed on at the Travemuende (Germany) meeting in late 1993. The process slowly unfolded, beginning with drafting a study on enlargement, adopting the study, establishing criteria for new members, and culminating in the Madrid summit in July 1997, when three countries were invited to join. Enlargement is nothing new to NATO (NELSON; SZAYNA, 1998, p. 32).

⁶⁵ Do original em inglês: A vague statement to many, the Strategic Concept's reference to instabilities in Central and Eastern Europe was not lost on leaders in Prague, Warsaw, and the rest of the region. NATO's declaration that domestic turmoil in these states could threaten NATO itself was seen as an opening for national leaders, including Poland's Lech Walesa and Czechoslovakia's Vaclav Havel, to press the organization for more tangible commitments, which would be, after all, in NATO's own interest. Membership in all of the West's international organizations quickly became the central foreign policy goal of the new Central and East European governments, but NATO membership was the priority. Only NATO could provide the internal and external security that each new government sought (RUPP, 2000, p. 162).

foram seus adversários na Guerra Fria. Ainda segundo Rauchhaus (2000, p. 174), a OTAN expande seus domínios ao convidar formalmente a Polônia, República Tcheca e Hungria; a expansão para o Leste Europeu era um dos interesses dos Estados Unidos para alcançar maior poder político e militar. Assim, os Estados Unidos iniciaram uma política de pressão sob a oposição dos aliados, de convencimento quanto às vantagens de ampliar os domínios da OTAN (RAUCHHAUS, 2000, p. 174).

Essas cúpulas teriam uma grande importância na discussão sobre a participação da Polônia nas reuniões da OTAN, sobre a forma como as relações políticas se aprofundaram até o país ser oficialmente um novo país-membro da Aliança Atlântica. Após os acontecimentos das revoluções políticas que se espalharam para todos os países satélites soviéticos em 1989, o início da década de 90 ficou marcado pela manutenção da OTAN, pois a sua primeira reunião de cúpula, ocorrida em Londres, em 1990, estabeleceu as primeiras diretrizes políticas e estratégicas para a Aliança Atlântica. Neste contexto, o objetivo para esta seção será discutir a participação da Polônia nestas cúpulas da OTAN ocorridas durante a década de 90. Diante disso, analisaremos as seguintes cúpulas: Londres (1990); Roma (1991); Bruxelas (1994); Madrid (1997) e Washington (1999).

Em 1990, a OTAN realizou a sua primeira reunião entre os países-membros, período em que o Sistema Internacional vivenciou a transição política nos países satélites soviéticos entre 1989 a 1990; este fato gerou euforia na Europa Central e um otimismo dos países interessados no seu “regresso à Europa”, com sua admissão na OTAN e na Comunidade Europeia (CE), atual União Europeia (SIMON, 1996, p. 7). Essa transformação se inicia na reunião de Londres, quando a Aliança Atlântica declarou que os então países-membros do Pacto de Varsóvia não seriam mais vistos como adversários; foi feito, então, um convite para que esses países desenvolvessem contatos diplomáticos com a OTAN (WALLANDER, 2000). Nesta cúpula de Londres, a “mão da amizade” (*hand of friendship*) foi estendida para as repúblicas do Leste Europeu, estabelecendo um relacionamento entre a OTAN e as repúblicas do Pacto de Varsóvia. As negociações políticas se deram por meio de reuniões entre os embaixadores dos países da Europa Central e da Oriental em Bruxelas, além de visitas do secretário-geral da OTAN, Manfred Woerner, ao Leste Europeu e à União Soviética (HAMILTON; SPOHR, 2019, p. 58).

A OTAN expande os seus contatos com o Leste Europeu. Em 1991, na cúpula realizada em Roma, a intenção da OTAN era traçar novos planos estratégicos, os países-membros que nela ingressassem deveriam readequar sua estratégia militar. Das discussões travadas na cúpula resulta um novo conceito estratégico para as Forças Armadas (*New*

Concept Strategic) (WALLANDER, 2000, p. 717). Este projeto estratégico nasceu durante a cúpula de Londres (1990), onde os países-membros da OTAN concordaram com a necessidade de tornar a Aliança Atlântica mais promissora nas áreas política e militar, com o intuito de identificar as tarefas fundamentais para a segurança da Europa (NATO, 2018).

Contudo, entre a realização cúpula de Londres (1990) e da cúpula de Roma (1991), o Leste Europeu testemunhou alguns eventos geopolíticos que mudaram o Sistema Internacional. De acordo com Simon (1996, p. 8), no período entre o processo de reunificação da Alemanha até o fim de 1991, houve o processo de dissolução do Pacto de Varsóvia⁶⁶, a operação militar pela retirada das tropas soviéticas na Hungria e na Tchecoslováquia, bem como a tentativa fracassada de um golpe a ser realizado na União Soviética, em agosto de 1991.

Na cúpula de Roma (1991), tem-se a participação dos países criadores do grupo de Visegrad, fazendo com que:

O relacionamento de ligação diplomática que estabelecemos depois de Londres com os países da Europa Central e a Oriental provou ser um sucesso. Isto conduziu para uma série de visitas à sede da OTAN pelos líderes políticos e militares destes países, mais notavelmente o presidente Havel, da República Federal Tcheca e Eslovaca, o presidente Walesa da Polônia, o primeiro ministro Antall da Hungria e, logo após a Cúpula de Roma, o presidente Zhelev da Bulgária. Espero que, num futuro próximo, recebamos o presidente da Romênia, o presidente Gorbachev, além de demais líderes políticos da nova União Soviética⁶⁷ (NATO, 1991, tradução nossa).

Além disso, esta cúpula estabelece outros objetivos estratégicos para a OTAN, tendo a criação do projeto do Conselho de Cooperação do Atlântico Norte (*North Atlantic Cooperation Council*, NACC), um plano estratégico para adotar uma declaração de paz e cooperação uma nova arquitetura de segurança para a Europa (HAMILTON; SPOHR, 2019, p. 63). E, com a criação do NACC, Janusz Onyszkiewicz mencionou a grande importância da participação da Polônia em operações de manutenção da paz como fundamentais para o estreitamento da integração militar com a OTAN. Numa entrevista proferida no dia 28 de maio de 1993, Janusz Onyszkiewicz analisa as perspectivas de ingresso da Polônia na OTAN: “acredito que não há dúvidas sobre isso; a questão será

⁶⁶ O Pacto de Varsóvia foi extinto no dia 1ª de Julho de 1991.

⁶⁷ Do original em inglês: The diplomatic liaison relationship that we established after London with the countries of Central and Eastern Europe has proved a success. It has led to a number of visits to NATO Headquarters by both the political and military leaders of these countries, most notably President Havel of the Czech and Slovak Federal Republic, President Walesa of Poland, Prime Minister Antall of Hungary and, just after the Rome Summit, President Zhelev of Bulgaria. I hope that in the near future we will receive the President of Romania as well as President Gorbachev and the other political leaders of the new Soviet Union (NATO, 1991).

quando e qual tipo de processo seria” (SIMON, 1995, p. 58). No que tange às reuniões da OTAN através do NACC, Janusz Onyszkiewicz comenta que a participação da Polônia para as operações de paz seria, de certo modo, de grande importância, pois deste modo aproximaria a Polônia da OTAN através da integração militar (SIMON, 1995, p. 58).

Na reunião da OTAN em Roma (1991), a Aliança Atlântica dá mais um passo em prol do estabelecimento das relações políticas com as ex-repúblicas satélites; na reunião seguinte, em Bruxelas no ano de 1994, é desenvolvida uma nova estrutura de caráter político e militar, objetivando o estreitamento em prol da cooperação militar com as repúblicas do Leste Europeu. Nessa cúpula, os países signatários da OTAN apresentaram o projeto “Parceria para a Paz”, sendo um principal veículo da Aliança Atlântica para o Leste Europeu. No que tange à admissão dos países da Europa Central e do Leste na OTAN, este debate político não foi impedido, e sim adiado (KUPCHAN, 2000, p. 130).

Segundo Simon (1996, p. 9), a reunião em Bruxelas (1994) adotou as “Forças de Trabalho Conjuntas Combinadas” (*Combined Joint Task Force*)⁶⁸, o “Programa Parceria para a Paz”, além de comprometer a OTAN para um futuro alargamento. O lançamento do projeto político intitulado de “Programa Parceria para a Paz” (*Partnership for Peace – PfP*) foi uma estratégia visando estender as relações políticas da OTAN com os países que fizeram parte da órbita de influência soviética, bem como com as ex-repúblicas socialistas soviéticas. De acordo com Brown (1999, p. 5), a parceria para a paz foi proposta em outubro de 1993, pelo ex-presidente americano Bill Clinton⁶⁹ (1993-2001); três meses depois, a Aliança Atlântica fazia um convite formal aos ex-membros do Pacto de Varsóvia para participarem do programa para a paz. Uma vez introduzido em janeiro de 1994, o programa procurou estabelecer um vínculo de mecanismo através do desenvolvimento de uma interoperabilidade entre as antigas nações do Pacto de Varsóvia e a OTAN (MATTOX, 2000, p. 117).

Concomitante a isso, para a Polônia, Simon (1995) menciona que:

Um dos requisitos imediatos do programa Parceria para a Paz era a necessidade de encontrar financiamento. Kolodziejczyk estimou que o Exército precisasse de 500 bilhões de zlotys adicionais (US \$ 23 milhões) para participar. (O orçamento geral de defesa da Polônia para 1994 foi de apenas 47,8 trilhões de zlotys (US \$ 4,2 bilhões) ou 2,2% do PIB). Em 2 de fevereiro de 1994, o primeiro-ministro Pawlak foi o terceiro a assinar documentos em Bruxelas, declarando que a

⁶⁸ A criação do projeto de Forças de Trabalho Conjuntas Combinadas (*Combined Joint Task Forces*) foi um objetivo político de proporcionar uma operação de formação multinacional, multisserviço, gerada e adaptada para operações específicas de contingência. Durante a Cúpula de Bruxelas (1994), foi endossado o conceito do CJTF para que fosse ainda mais desenvolvido (NATO, 1996).

⁶⁹ Bill Clinton foi o 42º Presidente dos Estados Unidos da América, entre 1993 até 2001.

Polônia pretendia participar do PFP. No entanto, diferentemente de seus antecessores romenos e lituanos, Pawlak afirmou que a Polônia não estava realmente feliz com o PFP, mas "[Podemos] aceitá-lo se tivermos certeza de que a Polônia finalmente poderá se tornar um membro de pleno direito."⁷⁰ (SIMON, 1995, p. 10-11, tradução nossa).

Após a realização da reunião da Aliança Atlântica em Bruxelas (1994), no dia 12 de janeiro de 1994, o ex-presidente Bill Clinton (1993-2001) havia realizado uma visita oficial a Praga (capital da República Tcheca), reunindo-se com os países do Grupo de Visegrad (Polônia, Hungria, República Tcheca e a Eslováquia), para convidá-los a participar do Programa Parceria para a Paz (POLAND, 2012).

Concomitante a isso, no dia 25 de abril de 1994, a participação da Polônia na cúpula de Bruxelas fez com que se tornasse o primeiro país parceiro do programa para a paz, entregando para a OTAN um documento cujo tema consistia nas suas esferas de cooperação pretendidas pela Aliança Atlântica. Mesmo diante da expansão dos contatos políticos com a OTAN, durante uma reunião realizada em Bruxelas, no dia 25 de maio de 1994, entre os ministros da Aliança Atlântica e do Programa para a Paz, o ministro polonês Kolodziejczyk manifestava as suas preocupações no que tange à etapa de evolução da Polônia, de país parceiro para um país-membro da OTAN (SIMON, 1995, p. 11).

O envolvimento da Polônia com o Programa Parceria para a Paz foi oficializado no dia 5 de julho, quando o governo de Varsóvia se tornou o primeiro parceiro a assinar um Programa de Parceria Individual (IPP). Com isso, além da participação nas missões de manutenção da paz e dos exercícios militares conjuntos, a Polônia incorporou as emendas adicionais na sua participação do IPP, cujo foco foi pela inclusão em defesa aérea, convergência de sistemas de comando, controle, comunicação, além de que as Forças Armadas estivessem sob controle democrático (SIMON, 1996, p. 18).

Assim sendo, houve a elaboração de um documento de 32 páginas constituídas por 60 medidas específicas no que tange a treinamento, exercícios, bem como trocas de informações, medidas que custariam para a Polônia o equivalente a 250 bilhões de *Zlotys*⁷¹, parcela significativa para o orçamento de defesa da Polônia em 1994 (SIMON, 1996, p.

⁷⁰ Do original em inglês: One of the immediate requirements of the Partnership for Peace program was the need to find funding. Kolodziejczyk estimated that the Army would need an additional 500 billion zlotys (\$23 million) to participate. (The overall 1994 Polish defense budget was only 47.8 trillion zlotys (\$4.2 billion) or 2.2 percent of GDP). On 2 February 1994 Prime Minister Pawlak was the third to sign documents in Brussels stating that Poland intended to participate in PFP. However, unlike his Romanian and Lithuanian predecessors, Pawlak stated that Poland was not really happy with PFP, but "[W]e can accept it if we are certain that Poland will ultimately be able to become a full member." (SIMON, 1995, p. 10-11).

⁷¹ É a moeda oficial da República da Polônia.

18). Uma vez que estabelecem um convite para participar do Programa para a Paz, Zieba (2011) comenta que:

A Polônia continuou seus esforços visando à adesão à OTAN, empregando uma abordagem "passo a passo". Em janeiro de 1994, a cúpula da OTAN em Bruxelas estabeleceu o programa Parceria para a Paz. Embora o Presidente Lech Wałęsa tenha criticado veementemente o programa por ser insuficiente devido ao seu fracasso em delinear claramente as perspectivas de alargamento da Aliança, a Polônia assinou o programa-quadro de Parceria para a Paz em 2 de fevereiro de 1994 (como o país terceiro depois da Lituânia e da Romênia) e, em 5 de julho, a Polônia foi o primeiro país a assinar um programa individual dentro da Parceria. Posteriormente, participou ativamente do programa Parceria para a Paz e, em setembro, as primeiras manobras militares envolvendo forças da OTAN na Polônia ocorreram em Biedrusk, perto de Poznań⁷² (ZIEBA, 2011, p. 32, tradução nossa).

Não obstante, uma das dificuldades da Polônia para participar do Programa para a Paz se deu pelas restrições financeiras, apontadas pelo Brigadeiro General Wladyslaw Saczonek (Chefe da Diretoria de Treinamento Operacional do Estado-Maior); sendo assim, devido à sua dificuldade financeira, a Polônia pôde designar apenas um batalhão para as operações de paz (SIMON, 1996, p. 99). Além disso, as dificuldades não se davam apenas na área financeira. Também a dificuldade com o idioma inglês (a língua oficial utilizada na OTAN) era um empecilho nas negociações destinadas à elaboração dos compromissos políticos e militares. Na medida em que os poloneses se engajavam cada vez mais na participação dos programas da OTAN, as deficiências do idioma inglês impactaram para a condução dos treinamentos. Dentre os 2.000 funcionários que compreendiam a língua inglesa, apenas metade possuíam um conhecimento rudimentar (SIMON, 1996, p. 99).

Mesmo com as dificuldades iniciais, a participação conjunta da Polônia na parceria para a paz permitiu que o relacionamento com a Aliança Atlântica se expandisse ainda mais. Durante o mês de maio de 1994, as relações com os países-membros da esfera militar atlântica se intensificam, sendo que a Polônia estabeleceu um exercício militar, de caráter bilateral com a Inglaterra; o objetivo da operação era a manutenção da paz, com o apoio de

⁷² Do original em inglês: Poland continued its efforts aimed at NATO accession, employing a "step by step" approach. In January 1994, the NATO summit in Brussels established the Partnership for Peace programme. Although President Lech Wałęsa strongly criticized the programme as insufficient due to its failure to clearly delineate the prospects for the enlargement of the Alliance, Poland signed the framework Partnership for Peace programme on 2nd February 1994 (as the third country to do so after Lithuania and Romania), and on 5th July Poland was the first country to sign an individual programme within the Partnership. Thereafter it actively participated in the Partnership for Peace programme, and in September the first military manoeuvres involving NATO forces in Poland took place in Biedrusk near Poznań (ZIEBA, 2011, p. 32).

tropas polonesas em Kielce (Polônia), que haviam sido consideradas “dentro do espírito do plano do Programa Parceria para a Paz” (SIMON, 1995, p. 11).

A participação e o envolvimento das Forças Armadas nessa operação não só possibilitaram o ingresso da Polônia na OTAN, como também permitiu que pudesse modernizar os seus equipamentos militares, um dos requisitos principais para ingressar na Aliança Atlântica. No entanto, o exército polonês do início da década de 90 encontrava-se, em geral, em péssimo estado, pois o equipamento estava desatualizado, além de não estar em condições para uso em operação (SLIWINSKI, 2012, p. 195). Com isso, a Polônia necessitava remodelar o seu exército, além de buscar modernizá-lo através do investimento no setor de defesa, para que assim obtivesse condições de aderir futuramente na Aliança Atlântica. Ingressar na esfera militar atlântica tornou-se, desse modo, um grande desafio, assim como ficou claro para o governo de Varsóvia que era imprescindível a realização da modernização do seu complexo militar. Os planos de comando necessitavam passar por uma reavaliação e redefinição, os equipamentos militares precisavam ser modernizados, além da doutrina de defesa ser redesenhada. Infere-se que a OTAN possibilitou que a Polônia desse um salto de “civilização” sem precedentes, pois a participação no Programa Parceria para a Paz foi tratado como um passo adiante em direção aos caminhos para a filiação na Organização Militar Atlântica (SLIWINSKI, 2012, p. 196).

Após ter participado da cúpula da OTAN em Bruxelas, o relacionamento da Polônia com a OTAN se expandiu; no dia 7 de julho de 1994, o ex-presidente americano Bill Clinton, ao discursar no *Sejm*⁷³, declarou que a expansão da OTAN “não seria mais uma questão de saber se a Aliança Atlântica se expandiria ou não; e sim, quando e como” (SIMON, 1996, p. 18). Além disso, no que tange ao apoio financeiro dos Estados Unidos para o Programa Parceria para a Paz, dentre os 100 milhões de dólares destinados ao programa, Bill Clinton havia mencionado o apoio financeiro de 25 milhões de dólares (por volta de 25 bilhões de *Zlotys*) a serem destinados para a Polônia (SIMON, 1996, p. 18).

A participação da Polônia na cúpula de Bruxelas, além do envolvimento nas operações de paz do Programa Parceria para a Paz, permitiu que a Polônia avançasse nas suas relações políticas com a OTAN. Em março de 1996, o governo polonês desenvolveu equipes provenientes dos Ministérios das Relações Exteriores e da Defesa, com o objetivo de desenvolver um documento em que a OTAN decide quais seriam os tópicos e

⁷³ É a câmara baixa representado pelos deputados (as) da República da Polônia.

questionamentos em prol da preparação de um diálogo da Polônia com os 16 Embaixadores da OTAN (SIMON, 1996, p. 110).

A elaboração deste documento recebeu elogios por parte do então secretário-geral da OTAN, Javier Solana⁷⁴; após ter realizado uma visita à Polônia, declarou que o documento era construtivo e positivo, o que permitiu que a admissão da Polônia estivesse, de certo modo, muito próxima de acontecer (SIMON, 1996, p. 111). O ministro das Relações Exteriores da Polônia, Dariusz Rosati⁷⁵, durante uma participação numa sessão do Conselho de Cooperação do Atlântico Norte (NACC), em Berlim, mencionou que a Polônia buscaria cumprir os requisitos indispensáveis para a adesão na OTAN, o que incluiria o controle democrático das Forças Armadas, assim como enfatizou que a Polônia aguardaria pela decisão a respeito dos novos membros em 1997 (SIMON, 1996, p. 111).

A admissão desses novos membros na cúpula seguinte da OTAN, sediada em Madrid, em 1997, foi o primeiro passo dado pela Aliança Atlântica em prol de sua primeira fase de expansão no pós-Guerra Fria. Nesta cúpula de 1997, os poloneses foram incluídos entre os países convidados para iniciar as conversações acerca da adesão na Aliança Atlântica. As discussões foram levadas para o Sejm (câmara baixa da Polônia), no dia 1º de agosto, tendo sido observada como de “extrema satisfação”; as negociações para a futura inclusão da Polônia na OTAN iniciam em setembro de 1997, durando cerca de seis semanas (KUPIECKI, 2019, p. 95).

Assim sendo, esta cúpula tornou-se de grande importância geopolítica para a Polônia, uma vez que os poloneses davam os primeiros passos rumo à admissão na OTAN. Num discurso proferido, o então presidente americano Bill Clinton (1993-2001) considera:

E agora, juntos, restauramos a Polônia na Europa e no destino que você merece. A partir de hoje, o que a Polônia construir em paz, a Polônia manterá em segurança. Para os cidadãos do meu país, digo esta terra onde falo conheceu as piores guerras do século XX. Ao expandir a OTAN, ajudaremos a impedir outra guerra envolvendo a Polônia, outra guerra na Europa, outra guerra que também reivindica a vida dos americanos⁷⁶ (MADRID..., 1997, p. 49, tradução nossa).

Complementa-se que, além da Polônia, as demais repúblicas fundadoras do grupo de Visegrad (República Tcheca, Hungria e a Polónia), receberam um convite oriundo da

⁷⁴ Javier Solana foi o 9º Secretário Geral da OTAN.

⁷⁵ Dariusz Rosati foi Ministro das Relações Exteriores da Polónia, entre 1995 até 1997.

⁷⁶ Do original em inglês: And now, together we have restored Poland to Europe and to the destiny you deserve. From this day forward, what Poland builds in peace, Poland will keep in security. To the citizens of my own country I say, this land where I speak has known the worst wars of the 20th century. By expanding NATO we will help to prevent another war involving Poland, another war in Europe, another war that also claims the lives of Americans (MADRID..., 1997, p. 49).

OTAN, com o propósito de estabelecer negociação para serem admitidas na Aliança Atlântica (BIENIEK, 2006, p. 7). Dada a sua história e a situação geopolítica, as reformas econômicas realizadas, assim como a transformação de suas Forças Armadas, estes três países de Visegrad foram considerados, de forma unânime aptos a lidar com as demandas associadas ao ingresso na OTAN (CASAN, 1997, p. 5).

Segundo Bieniek (2006), para os Estados Unidos:

E a participação da Polônia na OTAN iniciou e facilitou seu processo de integração não apenas com a UE, mas também com seu sistema de segurança. Desde o início, as aspirações e objetivos políticos da Polônia foram apoiados principalmente pelo governo dos EUA, que vê a Polônia como um elemento importante da segurança regional. É particularmente importante que os Estados Unidos forneçam segurança, porque a Polônia está localizada na fronteira estratégica entre a Europa Oriental e Ocidental, o que lhe dá a oportunidade de ser um ator chave no futuro próximo⁷⁷ (BIENIEK, 2006, p. 10, tradução nossa).

Sendo assim, a Polônia foi representada por uma equipe de negociação interministerial da OTAN, nomeada em julho de 1997, formada por nove membros, com representantes do MFA, MND, Ministério das Finanças, Chancelaria Presidencial e Escritório de Segurança do Estado. Em 1º de agosto, a equipe recebeu autoridade para iniciar negociações com a essa aliança. Foi liderado pelo então subsecretário de Estado da MFA, Andrzej Towpik⁷⁸ (que, uma vez concluídas as negociações, tornou-se embaixador polonês na OTAN em novembro de 1997) (KUPIECKI, 2019, p. 95-96).

Em agosto de 1997, o Parlamento polonês havia dado a sua aquiescência pelo processo de adesão na OTAN, sendo que em outubro foi concluído o plano de ingresso; e, em dezembro de 1997, é assinado o protocolo para a admissão da Polônia na OTAN (POLANDIN, 2019). O processo das conversações ocorreu por quatro rodadas, abordando temas como cooperação em defesa, além das questões financeiras relacionadas à admissão da Polônia. No final de 1997, o Conselho do Atlântico Norte assinou os protocolos referentes ao ingresso da Polônia, República Tcheca e da Hungria. Esse período coincide com a inclusão dos representantes da Polônia na maioria dos órgãos da OTAN; o primeiro embaixador polonês na OTAN foi Andrew Towpik (POLAND, 2019).

Segundo o Arms Control Association (2019):

⁷⁷ Do original em inglês: And Poland's participation in NATO initiated and facilitated its process of integration with not only the EU but also its security system. From the beginning, Poland's political aspirations and objectives were supported mostly by the U.S. government, which views Poland as an important element of regional security. It is particularly important that the United States provide reassurance, because Poland is located at the strategic boundary between eastern and western Europe, which gives it an opportunity to be a key player in the foreseeable future (BIENIEK, 2006, p. 10).

⁷⁸ Foi representante permanente da Polônia na OTAN, entre 1997 até 2002 (NATO, 2002).

O presidente Vaclav Havel, da República Tcheca, o primeiro-ministro Gyula Horn, da Hungria, e o presidente Aleksander Kwasniewski, da Polônia, emitiram uma declaração em 8 de julho, expressando sua "mais profunda satisfação" pelos convites e saudando a expansão da OTAN como uma "decisão histórica que abre o caminho para uma Europa mais estável e segura". Os três líderes também enfatizaram a importância de deixar a porta aberta para membros adicionais para impedir linhas de divisão em todo o continente⁷⁹ (ARMS CONTROL ASSOCIATION, 2019, tradução nossa).

Antes de a cúpula de Washington ser sediada em 1999, no dia 29 de janeiro o então secretário-geral da OTAN Javier Solana estendeu os convites formais para as três repúblicas de Visegrad aderirem à Aliança Atlântica. No que tange à formalização do convite de ingresso, no dia 26 de fevereiro, após haver a ratificação pelo parlamento da Polônia, assim como a assinatura do primeiro-ministro, o presidente polonês, Aleksander Kwaśniewski assina o tratado de adesão (POLAND, 2019, p. 9). Concomitante a isso, a Polônia ratifica na sua política interna os planos de ingressar na OTAN, o que vem a ser formalizado durante a reunião em Washington D.C.

Para que ocorresse a formalização dos três novos Estados aspirantes como membros da OTAN, os países da Aliança Atlântica criaram em 1999, durante a reunião de cúpula da OTAN em Washington D.C., o projeto intitulado de "Plano de Ação para a Adesão" (*Membership Action Plan, MAP*), sendo um programa destinado a aconselhar e a prover assistência e apoio prático diante das necessidades de cada país que almeja aderir à Aliança Atlântica (NATO, 2019).

Conforme o mapa político abaixo, podemos visualizar (em verde claro) sobre a primeira fase de alargamento da OTAN para o Leste Europeu em 1999.

⁷⁹ Do original em inglês: President Vaclav Havel of the Czech Republic, Prime Minister Gyula Horn of Hungary and President Aleksander Kwasniewski of Poland issued a statement on July 8 expressing their "deepest satisfaction" for the invitations and hailing NATO expansion as a "historic decision paving the way to a more stable and secure Europe." The three leaders also stressed the importance of leaving the door open to additional members to prevent lines of division across the continent (ARMS CONTROL ASSOCIATION, 2019).

Figura 2 - Mapa dos países-membros da OTAN



Fonte: Korybko (2016).

A cúpula de Washington D.C. foi realizada entre os dias 23 a 25 de abril de 1999, ano que marcou o 50º aniversário da Aliança Atlântica, comemorado entre os países-membros, além de realizarem inúmeras declarações a respeito da agenda atual e de planos para a OTAN no século XXI (NATO, 2008). Sendo assim, no que tange à candidatura da Polónia, os esforços pela admissão na OTAN haviam sido estabelecidos em 1990. Os poloneses encontravam-se de certo modo impacientes, procurando então, durante a cúpula de Washington (1999), o aceleração do alargamento da OTAN para o Leste Europeu. Os esforços feitos durante o governo de Lech Wałęsa (1990-1995) continuam no governo de Aleksander Kwaśniewski (1995-2005) em prol da formalização do ingresso da Polónia na OTAN (HAMILTON; SPOHR, 2019, p. 204).

Entretanto, a Polónia teve um grande apoiador para a sua plena filiação.

Um papel muito positivo nos esforços que levaram à admissão da Polónia na OTAN foi o de Jerzy Koźmiński, embaixador da Polónia nos Estados Unidos em 1994-2000. Pessoalmente, tive a oportunidade (como membro da Universidade George Washington, durante o ano acadêmico de 1994-95), de ver como ele era persistente em seus esforços para persuadir os círculos políticos em Washington e o público dos EUA a expandir a OTAN. Lembro-me de que, em vez de reclamar da péssima situação geopolítica da Polónia e da ameaça do Oriente, ele tentou convencer os americanos de quão bom seria um acordo ao aceitar a Polónia como membro da OTAN⁸⁰ (HAMILTON; SPOHR, 2019, p. 204, tradução nossa).

⁸⁰ Do original em inglês: A very positive role in the efforts leading to Poland's admission to NATO was that of Jerzy Koźmiński, Poland's ambassador in the United States in 1994-2000. I personally had the opportunity (as a fellow at George Washington University during the 1994-95 academic year), to see how persistent he was in his efforts to persuade political circles in Washington and the U.S. public to expand

No dia 12 de março de 1999, a Polônia teve a candidatura oficializada como um novo país-membro da OTAN, fato este que permitiu para os poloneses a plena garantia de segurança, bem como a possibilidade de participar da defesa coletiva da OTAN (WHITE PAPER, 2001). Nesta data oficial, que marca a entrada da Polônia na OTAN, o ministro das Relações Exteriores Bronislaw Geremek⁸¹ concluiu o procedimento de adesão plena da Polônia, submetendo o ato de admissão à secretária de Estado dos Estados Unidos, Madeleine Albright⁸² (POLAND, 2019, p. 9).

Uma vez que a admissão da Polônia é formalizada no dia 12 de março de 1999, a nação polonesa deixou para trás uma turbulenta história em que seus papéis políticos dependiam da política externa de seus países vizinhos mais próximos. Após mais de 200 anos de existência sob uma soberania limitada, ou mesmo até inexistente, a Polônia pôde adquirir uma chance para se tornar novamente um ator relevante na política internacional. Para o político polonês Geremek, ingressar na Aliança Atlântica foi caracterizado como um importante passo em relação ao retorno do governo de Varsóvia no papel de uma potência regional (OSICA, 2002, p. 21).

Num discurso proferido pelo então ministro das Relações Exteriores da Polônia Bronislaw Geremek, a formalização da entrada da República da Polônia na Aliança Atlântica, em 1999, foi assim caracterizada:

Para o povo da Polônia, a Guerra Fria, que excluiu à força nosso país do Ocidente, termina com nossa entrada na OTAN. A Polônia, como membro da aliança mais poderosa, reunindo nações democráticas da Europa Ocidental e da América do Norte, ingressa no processo vital de transpor antigas divisões e contribui para a segurança e a estabilidade na Europa. Essa conquista notável não teria ocorrido sem a liderança, visão e coragem das pessoas que desempenharam o papel central no processo. Devemos nossa profunda gratidão ao Presidente Bill Clinton e à Secretária de Estado Madeleine Albright. Somos gratos ao povo americano, que expressou continuamente seu apoio às nossas aspirações⁸³ (NATO, 1999, tradução nossa).

NATO. I remember that instead of complaining about Poland's abysmal geopolitical situation and the threat from the East, he sought to convince the Americans of how good a deal they would be making by accepting Poland as a NATO member (HAMILTON; SPOHR, 2019, p. 204).

⁸¹ Foi Ministro das Relações Exteriores da Polônia entre 1997 até 2000.

⁸² Foi a 64ª Secretária de Estado dos Estados Unidos da América, no período de 1997 até 2001.

⁸³ Do original em inglês: For the people of Poland, the Cold War, which forcibly excluded our country from the West, ends with our entry to NATO. Poland, as member of the most powerful alliance, bringing together democratic nations of Western Europe and North America, joins the vital process of bridging old divisions and contributes to the security and stability in Europe. This remarkable achievement would not have taken place without the leadership, vision and courage of individuals who have played the pivotal role in the process. We owe our deep gratitude to President Bill Clinton and Secretary of State Madeleine Albright. We are grateful to the American People, who have continuously expressed their support for our aspirations (NATO, 1999).

Durante a realização da cúpula da OTAN em 1999, o então presidente polonês Aleksander Kwasniewski fez um discurso político, afirmando que:

Juntamo-nos à OTAN no quinquagésimo ano de sua existência. Nossa satisfação é ainda maior, pois a adesão à OTAN é um símbolo do fim definitivo de quase 300 anos de infortúnios na história da Polônia. Em nome da liberdade, o melhor de nosso povo foi atacado, no cadafalso, ou foi forçado ao exílio, geração após geração. Hoje, essa trágica tradição é apenas uma lembrança para nossos filhos⁸⁴ (NATO, 1999, tradução nossa).

Assim sendo, uma vez que a Polônia ingressou na OTAN, o segundo mandato presidencial de Kwasniewski mantém a política orientada em prol da Aliança Atlântica. Durante a realização da cúpula em Praga, na República Tcheca (2002), Aleksander Kwasniewski mencionou que:

De importância fundamental para o nosso envolvimento no cenário internacional é a segurança da Polônia e da região. No entanto, agora estamos aprendendo a pensar em termos globais, de acordo com a regra de que nossa segurança e paz se baseiam na segurança de outros países, não apenas de nossos vizinhos. Portanto, defendemos um maior alargamento da OTAN. A adesão da Polônia, República Tcheca e Hungria foi um sucesso. A zona de segurança e estabilidade foi ampliada e os medos e reservas dos céticos foram encontrados sem fundamento. As decisões a serem tomadas em Praga serão um sinal de agradecimento aos esforços envidados pelos países candidatos para atender aos exigentes requisitos e normas da Aliança. Mudaremos não apenas as fronteiras da comunidade transatlântica de paz, mas também as fronteiras do respeito pelos princípios democráticos e pelos direitos humanos. A história está nos oferecendo uma oportunidade impensável no passado. Não devemos ignorá-lo. Ao aproveitar esta oportunidade, aumentaremos a segurança comum em benefício de toda a comunidade de democracias⁸⁵ (NATO, 2002, tradução nossa).

A participação da Polônia durante as cúpulas da OTAN foi indispensável no que tange aos seus anseios por adquirir um *status* de país aspirante a participar na organização militar. Sendo assim, o relacionamento entre o governo de Varsóvia com as lideranças da

⁸⁴ Do original em inglês: We joined NATO in the fiftieth year of its existence. Our satisfaction is all the greater since NATO membership is a symbol of the definite end of the almost 300-year long period of misfortunes in Polish history. In the name of liberty, the very best of our people went under fire, on the scaffold, or were forced into exile, generation after generation. Today, this tragic tradition is but a memento for our children (NATO, 1999).

⁸⁵ Do original em inglês: Of fundamental importance for our engagement on the international stage is the security of Poland and the region. However, we are now learning how to think in global terms according to the rule that our security and peace are based on the security of other countries, not only our neighbors. Therefore, we advocate further NATO enlargement. The accession of Poland, the Czech Republic, and Hungary proved a success. The zone of security and stability was extended and skeptics' fears and reservations were found groundless. The decisions to be taken in Prague will be a token of appreciation of the efforts taken by the candidate countries to meet the Alliance's demanding requirements and standards. We will move not only the borders of the Transatlantic community of peace, but also the borders of respect for democratic principles and human rights. History is offering us an opportunity that was unthinkable in the past. We must not ignore it. In taking up this opportunity, we will increase common security for the benefit of the entire community of democracies (NATO, 2002).

OTAN se intensifica ainda mais; a partir da cúpula de Bruxelas (1994), o governo polonês ratifica a participação das Forças Armadas polonesas nas suas primeiras operações militares com a Aliança Atlântica. A política externa de Aleksander Kwasniewski, eleito em 1995 o novo presidente da Polônia, é caracterizada pela continuidade dos objetivos do governo anterior de Walesa. Kwasniewski tornou-se o presidente polonês responsável por orientar o plano de formalização do ingresso da Polônia na OTAN, evento cuja oficialização ocorreu em Washington (1999), data que marcou o 50º aniversário de criação da Aliança Atlântica.

4.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 1989, a República da Polônia retomou a sua soberania política, além de ter estabelecido a sua Terceira República na sua história política, visto que a Segunda República havia sido proclamada em 1918; e desde então, entre 1918 até 1989, a independência política da Polônia durou por pouco tempo. Após o término da Segunda Guerra Mundial, a União Soviética se apossou das repúblicas localizadas no Leste Europeu, estabelecendo governos comunistas sendo governados por políticos de orientação pró-soviética. Contudo, as mudanças políticas que se espalharam para todas as repúblicas que pertenciam à zona de influência soviética, uma a uma iniciaram a transição de seus governos para uma orientação visando desenvolver acordos em inúmeras áreas com o Ocidente. No ano seguinte, em 1990, uma vez que a Polônia estabelece o seu novo governo, tem-se o início de uma agenda política com o intuito de desenvolver relações políticas com o Ocidente. Diante disso, na área da segurança, a OTAN surgiu como um interesse por parte da Polônia acerca de uma futura filiação à Aliança Atlântica.

Infere-se aqui que, uma vez estabelecidas as relações políticas do primeiro governo polonês pós-1989 através de Lech Walesa e do ministro do Exterior Krzysztof Skubiszewski, o governo seguinte da Polônia, sob a presidência de Aleksander Kwasniewski (1995-2005), não apenas manteve assim como deu seguimento à política de ingressar na OTAN. Essa agenda política polonesa, cuja prioridade consistia no ingresso na Aliança Atlântica, foi desenvolvida após a conclusão das decisões políticas tomadas na cúpula de Londres em 1990, quando os países-membros da OTAN criaram a chamada “mão da amizade” para as ex-repúblicas satélites do Leste Europeu. E, diante dessa tomada de decisão, nas cúpulas seguintes o relacionamento entre a OTAN com as repúblicas do Leste Europeu se intensificou, visto que em 1997, após a reunião da OTAN em Madrid, a

Polônia, a República Tcheca e a Hungria receberam a formalização de convite para serem admitidas nessa organização.

Por fim, este capítulo teve como objetivo analisar o estabelecimento do relacionamento político desenvolvido entre a Polônia e a OTAN, algo de certo modo impensável até os acontecimentos das revoluções populares nas repúblicas satélites do Leste Europeu, países que estavam sob a influência soviética, além de fazerem parte do Pacto de Varsóvia. A nova Polônia, recém-independente e soberana, reordenou os seus principais objetivos estratégicos, sendo que o principal tema consistia na sua segurança, algo tão marcante na história polonesa nos últimos séculos. Com a admissão na OTAN durante a cúpula de Washington (1999), a Polônia vem desempenhando uma cooperação cada vez mais estreita com os Estados Unidos, o país líder da OTAN, além de ser um Estado muito atuante na Aliança Atlântica na Europa Central e na Oriental.

5 AS RELAÇÕES POLÍTICAS DA POLÔNIA COM A UNIÃO SOVIÉTICA/RÚSSIA NO PERÍODO DE 1989-1999

Este presente capítulo tem por objetivo analisar as relações políticas entre a Polônia e a União Soviética/Rússia entre o intervalo político de 1989 até 1999, fase na qual a União Soviética deixa de existir no final de 1991, após a sua dissolução como um país soberano, fazendo com que a Federação Russa se tornasse a sucessora política da União Soviética a partir de 1992. Nesse período, as relações entre poloneses e soviético-russos são marcadas logo após a retomada da soberania política da Polônia pela busca em prol das resoluções pendentes em relação à permanência das tropas soviéticas no território polonês.

5.1 INTRODUÇÃO

Em 1989, iniciam os debates referentes à retirada das tropas soviético-russas do território polonês; e em 1992 as tentativas pela normalização das relações bilaterais entre poloneses e russos, estremecidas pelas históricas e constantes tensões políticas e militares entre os dois países. As tensões devidas à ocupação e ao compartilhamento de seu território desde o Império Russo até a ascensão da União Soviética, e as constantes ameaças à sua segurança reverberam no pensamento político polonês. Com base em eventos políticos históricos que motivaram a animosidade e polarização política e militar vivenciadas pela Polônia, cabe analisar de que maneira as relações políticas entre Varsóvia e Moscou foram conduzidas, bem como por que o aprofundamento do relacionamento da Polônia com a OTAN impactou nas relações políticas entre Polônia e Rússia.

Neste capítulo, abordaremos as relações políticas entre poloneses e soviético-russos a partir de 1989, as discussões relativas aos anseios do governo polonês pelo esvaziamento de seu território ocupado pelos militares soviético-russos, bem como pela estabilização das relações bilaterais para a década de 90. Além disso, analisaremos o governo russo de Bóris Yeltsin (1991-1999) e as suas relações políticas com a Polônia, período que coincidiu com o interesse do governo polonês em ser admitido na OTAN, interesse político contrário às visões estratégicas e políticas por parte do governo russo sobre o estudo de alargamento da Aliança Atlântica.

A visão política antagônica aos interesses estratégicos por parte da OTAN é evidenciada com a ascensão de Evgeny Primakov em 1996, sucessor de Kozyrev; Primakov reorientou as políticas exteriores da Rússia para o Sistema Internacional, além de reforçar a

sua oposição política diante dos estudos do alargamento da Aliança Atlântica para o Leste Europeu. Neste período de 1996 até 1999, portanto, as relações entre poloneses e russos se tencionam, devido ao desenvolvimento dos interesses estratégicos antagônicos entre os governos de Varsóvia e Moscou em relação à temática da OTAN e da sua expansão para o Leste Europeu.

5.2 AS RELAÇÕES POLÍTICAS ENTRE A POLÔNIA E A UNIÃO SOVIÉTICA ENTRE 1989 ATÉ 1991

O período de 1989 a 1991 marcou uma nova fase nas relações políticas entre poloneses e soviéticos. Um dos motivos para tal foi o estabelecimento da Terceira República da Polônia em 1989, que marcou a retomada da plena soberania polonesa e o consequente término da interferência soviética no Estado polonês. Os eventos políticos ocorridos entre 1989 até 1991 no Leste Europeu e na União Soviética ocasionaram em grandes impactos geopolíticos: a queda do Muro de Berlim e a dissolução da União Soviética, no final de 1991, são eventos políticos que redesenharam o mapa político da Europa, principalmente no Leste Europeu, uma vez que novos Estados retomavam a sua soberania no Sistema Internacional.

No início da década de 90, fortalecer a sua soberania recém-estabelecida era para a Polônia um objetivo político prioritário; e, após readquiri-la em 1989, foi imprescindível dar um passo inicial nas relações políticas com a União Soviética em prol da retirada das tropas soviéticas que se encontravam em seu território, bem como definir os seus métodos sobre as garantias de segurança da região após a dissolução do Pacto de Varsóvia em 1991 (ZAGORSKI, 2015, p. 67). Sobre as relações com a Rússia, Raś (2017) considera:

O assunto “Rússia” desempenha papel específico e importante no discurso político na Polônia. As relações com a Rússia são um dos problemas mais desafiadores relacionados à história da Polônia ou aos tempos atuais. Idades do domínio russo / soviético sobre a Polônia, ameaças colocadas pelo vizinho mais poderoso no passado e hoje em dia, uma rivalidade entre esses estados pela influência geopolítica na Europa Oriental, juntamente com a similaridade de culturas, hábitos, idiomas ou cooperação e interesse econômico na Rússia, demonstrado por muitos poloneses, influenciaram o debate político polonês⁸⁶ (RAS, 2017, p. 131, tradução nossa).

⁸⁶ Do original em inglês: The subject “Russia” plays specific, important role in the political discourse in Poland. Relations with Russia are one of the most challenging problems connected with either Polish history, or present times. Ages of Russian/Soviet domination over Poland, threats posed by the more powerful neighbor in the past and nowadays, a rivalry between these states for geopolitical influence in

A Rússia, sucessora da União Soviética, entra na década de 90 sob uma grande crise, principalmente nos setores político e econômico. Coube a Bóris Yeltsin (1991-1999), recém-empossado líder russo e sucessor de Mikhail Gorbachev (1985-1991) direcionar as diretrizes políticas russas para o período pós-Guerra Fria. A permanência das últimas tropas soviéticas que se encontravam em solo polonês torna as relações mais polarizadas entre poloneses e russos após a Guerra Fria. Devido aos inúmeros desacordos e desentendimentos, os fatores geopolíticos não ajudaram para as relações mútuas, ainda mais após um longo período histórico de desacordos (KOSUDA, 2007, p. 30). Para a Rússia, a Polônia era vista como um Estado rebelde; para os poloneses, a Rússia era considerada como uma potência imperialista. Essa imagem de desacordo entre os Estados, no lugar de harmonia unificadora, se encontra inalterada (KOSUDA, 2007, p. 31).

Em fase de profundas transformações positivas, a Polônia readquiriu a sua plena soberania política com a formalização de sua Terceira República na sua história política; Nowak e Kobrinskaya (2010) apontam a enorme importância dessa nova configuração política. Ao readquirir a sua plena soberania, a Polônia obteve o seu direito, como um país independente, por optar pelos seus aliados sem a necessidade de consultar Moscou. Para o governo de Varsóvia, participar na esfera de segurança atlântica possibilitaria que a soberania militar, política e econômica estivessem garantidas devido à segurança proveniente da OTAN. As aspirações polonesas pela independência e a sua aproximação com o Ocidente eram muitas vezes vistas pela Rússia como uma perda de sua influência política na Europa, ao mesmo tempo em que o campo Ocidental se fortalecia (NOWAK; KOBRINSKAYA, 2010, p. 2).

O intervalo político entre 1989 até 1991 foi de reordenação dos princípios da política externa polonesa para com os Estados vizinhos. Segundo Fedorowicz (2007):

O primeiro elemento da política de "via dupla" que foi elaborado e que manifestou a prontidão da diplomacia polonesa para estabelecer um diálogo em nível foi uma visita realizada de 12 a 15 de outubro de 1990 pelo ministro do Exterior da Polônia, Krzysztof Skubiszewski, a Kiev, Minsk e Moscou. Durante esta visita, dois documentos foram assinados - a Declaração da amizade e cooperação de boa vizinhança entre a República da Polônia e a República Socialista Federativa Soviética Russa da Rússia e a Declaração sobre os princípios e principais orientações para o desenvolvimento das relações entre a Polônia e a Ucrânia".⁸⁷(FEDOROWICZ, 2007, p. 538, tradução nossa).

the Eastern Europe, together with similarity of cultures, habits, languages, or economic cooperation and interest in Russia showed by many Poles, have influenced Polish political debate (RAS, 2017, p. 131).

⁸⁷ Do original em inglês: The first element of the "two-track" policy that was implemented and which manifested the readiness of Polish diplomacy to establish a dialogue at state level was a visit paid on 12–15 October 1990 by Polish Foreign Minister Krzysztof Skubiszewski to Kiev, Minsk and Moscow. During

A criação desta parceria política de duas vias, estabelecida em 1990, visava à cooperação não apenas com a União Soviética, como também com as demais repúblicas do Leste Europeu. No dia 16 de outubro de 1990, poloneses e soviéticos oficializam a assinatura sobre a Declaração de Amizade e Cooperação de Boa Vizinhança, dando um passo inicial rumo às relações políticas entre a Polônia e a União Soviética (ZAGORSKI, 2015, p. 65).

De acordo com Nowak e Kobrinskaya (2010), é imprescindível para compreendermos as relações políticas entre poloneses e soviético-russos, precisamos considerar algumas características-chave que permeiam as relações bilaterais. Em primeiro lugar, do ponto de vista histórico, as relações entre poloneses e russos foram marcadas por inúmeras guerras durante séculos; no entanto, de 1990 a 2010 uma nova era nas relações bilaterais, de certo modo harmoniosas, possibilita diferentes percepções em relação às tensões políticas. Apesar das dificuldades iniciais, logo após a queda da Cortina de Ferro no Leste Europeu, poloneses e russos estabelecem as suas relações bilaterais. Os líderes Lech Walesa e Bóris Yeltsin assinam o Tratado de Amizade e Relações de Boa Vizinhança em 1992, cujos temas referem a inviolabilidade das fronteiras, integridade territorial, não interferência nos assuntos internos, além do direito das nações à autodeterminação juridicamente estando vinculadas para ambas as partes envolvidas (NOWAK; KOBRINSKAYA, 2010, p. 1-2).

Em segundo lugar, embora tenha sido criada uma base legal, as relações bilaterais entre poloneses e russos continuaram de certa forma limitadas, e encontravam-se totalmente ancoradas na conjuntura política de ambos os Estados. Diante disso, a ausência pelas formas institucionalizadas de cooperação e das reuniões de alto nível geralmente canceladas é bem ilustrada quando, após a realização da visita de Yeltsin a Varsóvia em 1993, não houve mais visitas de presidentes russos à Polônia nos nove anos seguintes (somente em 2002, Vladimir Putin realizou uma visita oficial à Polônia; além de Dmitri Medvedev em 2010) (NOWAK; KOBRINSKAYA, 2010, p. 2).

Em terceiro lugar, Nowak e Kobrinskaya (2010) mencionam que as relações entre Moscou e Varsóvia são caracterizadas como assimétricas, não somente quanto ao tamanho e às capacidades econômicas dentre os Estados, como também quanto às percepções do que

this visit two documents were signed—the Polish Russian “Declaration of friendship and good-neighbourly cooperation between the Republic of Poland and the Russian Soviet Federative Socialist Republic” and the “Declaration on the principles and major directions of Polish–Ukrainian relations development”. (FEDOROWICZ, 2007, p. 538).

pode ser considerado para seus relacionamentos como questões problemáticas. O que na perspectiva de Varsóvia parece ser uma crise política, para a Rússia poderia ser considerado como algo de comum. Por fim, essa assimetria nas relações Polônia-Rússia acaba por pesar nas relações mútuas, uma vez que os Estados adquiriram lados diferentes nos níveis de determinação para a resolução dos problemas políticos (NOWAK; KOBRINSKAYA, 2010, p. 2).

Com a retomada de sua soberania política, em setembro de 1989, após a vitória do Solidariedade nas eleições polonesas, o Politburo soviético esperava que o novo primeiro-ministro polonês, Tadeusz Mazowiecki, cobrasse que as tropas soviéticas se retirassem do território polonês (KRAMER, 2005, p. 48), política que passa a prevalecer a partir de 1990:

O parlamento e o governo polonês pediram à União Soviética que removesse suas forças e, em setembro de 1990, o ministro das Relações Exteriores da Polônia, Krzysztof Skubiszewski, ofereceu um projeto de tratado a Moscou que estabelecia um prazo para a retirada das tropas soviéticas dentro de um ano. Essas propostas ganharam amplo apoio público na Polônia, mas foram descartadas por oficiais militares soviéticos, que argumentaram que o Grupo de Forças do Norte da URSS (consistindo principalmente de duas divisões de tanques e duas brigadas de mísseis) deveria permanecer no território polonês como ligação logística e de comunicações até as últimas tropas soviéticas serem removidas do leste da Alemanha no final de 1994⁸⁸ (KRAMER, 2005, p. 49, tradução nossa).

No campo militar, no período de 1989 até 1991 anunciam-se as primeiras tentativas para retirada das tropas soviéticas do território polonês. O término do Pacto de Varsóvia deixou a pendência pela retirada de um montante de 58.000 militares soviéticos que se encontravam na Polônia (juntamente com as tropas restantes dos países que faziam parte do Pacto de Varsóvia), operação que envolveu inúmeras questões em relação dos aspectos logísticos, financeiros e diplomáticos. As primeiras negociações realizadas entre Moscou e Varsóvia ocorreram no outono de 1990; o principal pedido era que as forças soviéticas saíssem do território polonês até o final de 1991, além da reparação dos danos ecológicos, e do pagamento da estadia das tropas soviéticas no território polonês (DAEHNHARDT; FREIRE, 2014, p. 181).

Com o início dos debates sobre a retirada das tropas soviéticas da Polônia, as relações políticas entre poloneses e soviéticos ficam tencionadas, principalmente após o

⁸⁸ Do original em inglês: The Polish parliament and government called on the Soviet Union to remove its forces, and in September 1990 the Polish foreign minister, Krzysztof Skubiszewski, offered a draft treaty to Moscow that set a deadline for Soviet troops to be pulled out within a year. These proposals won broad public support in Poland, but they were brushed aside by Soviet military officials, who argued that the USSR's Northern Group of Forces (consisting mainly of two tank divisions and two missile brigades) should be permitted to stay on Polish territory as a logistical and communications link until the last Soviet troops were removed from eastern Germany at the end of 1994 (KRAMER, 2005, p. 49).

General Viktor Dubynin, comandante do Grupo de Forças do Norte, declarar que as forças soviéticas sairiam da Polônia através “dos próprios termos”, permanecendo em território polonês por mais uns cinco ou seis anos, “quer os poloneses aceitem ou não” (KRAMER, 2005, p. 50). As declarações do General Dubynin impactaram e estremeceram as relações entre os dois Estados. O governo condenou as declarações, considerando-as como uma forma de intimidar as autoridades polonesas, e a mídia polonesa promoveu inúmeros protestos contra presença militar soviética. (KRAMER, 2005, p. 50). Nesse panorama de relativa incredulidade quanto à saída das tropas soviéticas, desenvolve-se o agravamento nas tensões políticas entre os dois países. Contudo, após a tentativa de golpe de Estado em Moscou em agosto de 1991, suas estratégias e esquemas políticos são repensados, culminando na assinatura de um acordo para que fossem retiradas as tropas soviéticas do Grupo de Forças do Norte (KRAMER, 2005, p.50).

Os acordos para a saída completa das tropas soviéticas da Polônia dão seguimento em setembro de 1990, quando o ministro dos Assuntos Exteriores da Polônia enviou para o governo soviético dois memorandos que tratavam de questões sobre a retirada das tropas soviéticas, sua estada na Polônia, e da forma como ocorreria o processo da travessia das tropas soviéticas que se encontravam na Alemanha (KUZNIAR, 2009, p. 35). Em novembro de 1990, delegações soviéticas e polonesas se reuniram com o intuito de discutir a saída dos militares soviéticos da Polônia (SNYDER, 2003, p. 236). No ano seguinte, em janeiro de 1991, autoridades polonesas realizam uma visita oficial a Moscou visando acelerar o processo da retirada das tropas; foram recebidas pelo General Viktor Dubynin (SNYDER, 2003, p. 236).

As negociações para a retirada dos militares soviéticos se mostraram, de certo modo:

As primeiras trocas de impressões revelaram graves desacordos acerca de todas as questões importantes. A Polônia exigia a retirada de todas as tropas até ao final de 1991, reparações por danos ecológicos que elas causassem, pagamento pela sua estada após 1989, e que as tropas vindas da Alemanha regressassem por via marítima. Moscou pretendia manter as tropas na Polônia durante todo o ano de 1994. A total falta de vontade dos soviéticos de respeitar os interesses poloneses causou várias crises e incidentes durante as conversações assim como no decurso da retirada das tropas da Alemanha e, mais tarde, da Polónia. Isto começou em Janeiro de 1991 com a aparatosa “crise dos comboios”, quando a Polónia decidiu impedir a passagem de tropas soviéticas provenientes da Alemanha. Depois da crise, Moscou levou um pouco mais a sério a posição da Polónia nas negociações para a retirada das tropas, mas ainda assim mostrava-se relutante em assumir compromissos (KUZNIAR, 2009, p. 35).

Os debates pela retirada das tropas soviéticas tiveram dois grandes impactos políticos no ano de 1991, que acabou por dar uma acelerada no processo de esvaziamento referente à presença dos militares soviéticos na Polônia. A crise política que ocorreu em Moscou, no mês de agosto⁸⁹, acelerou as negociações. No dia 26 de outubro de 1991, os negociadores conseguem chegar a um acordo com o objetivo de estabelecer o início da retirada das tropas soviéticas (KUZNIAR, 2009, p. 35). Mesmo com a dissolução soviética, os debates em relação à retirada dos militares da extinta União Soviética continuaram entre os líderes políticos da Polônia e da Rússia. O andamento destas negociações teve um novo capítulo no mês de maio de 1992, quando os presidentes da Federação Russa e da Polônia ratificaram os textos finais dos documentos relativos à retirada das tropas russas, além do Tratado de Cooperação Amigável e Boa Vizinhança entre ambos os Estados. Sobre o acordo, todas as forças de combate e as unidades auxiliares deveriam ser retiradas da Polônia até o final do ano de 1993 (STADTMULLER, 2003, p. 30).

Segundo a DW (2018), no período compreendido entre 1991 até 1993, foram retiradas da Polônia um montante de 56 mil soldados russos, 7 mil e 500 funcionários civis e cerca de 40 mil parentes dos militares que estavam saindo da ex-república satélite. Em relação aos equipamentos militares, foram removidos cerca de 600 blindados, 200 aeronaves, 90 mil toneladas de munição e foguetes táticos para armas nucleares, todos esses equipamentos militares foram transferidos para a Rússia (DW, 2018).

As questões levantadas em prol de um entendimento mútuo para retirada total das tropas russas foram debatidas entre os líderes da Polônia e da então recém-formada Federação Russa. Apesar da pressão por parte da Rússia para que fosse revisto o acordo relativo à saída das tropas russas, em março de 1992 é realizada a assinatura do acordo pelo presidente da Rússia Bóris Yeltsin e da Polônia Lech Walesa (DAEHNHARDT; FREIRE,

⁸⁹ Esta crise que ocorreu no mês de agosto em Moscou foi uma tentativa de golpe de Estado, orquestrada pelo vice-presidente russo, Gennady Yanaev, o chefe da KGB, Vladimir Krioutchkov e o marechal russo Dmitri Yazov (PLOKHY, 2015, p. 98). Os motivos que levam estes políticos e militares russos para tentar derrubar o governo de Mikhail Gorbachev se deram pela tentativa de reverter as suas reformas que haviam sido estabelecidas na década de 80, através da glasnost (transparência) e da perestroika (abertura política) (LOWE, 2011, p. 414). Segundo Shevtsova (1992), este golpe de Estado orquestrado pela ala comunista soviética tinha algumas razões para que tivesse êxito. Shevtsova (1992) enumera as seguintes razões: primeiro, o desencantamento generalizado na União Soviética com a liderança política de Mikhail Gorbachev, principalmente na área econômica, um setor que havia sofrido um grande declínio e pouco mostrava sinais de melhoria. Segundo, muitos, principalmente no partido comunista e nas forças armadas, havia uma grande preocupação em relação do processo de retirada das tropas militares soviéticas do Leste Europeu; a perda do império da União Soviética na Europa Oriental e a crescente possibilidade de desintegração da União Soviética (SHEVTSOVA, 1992, p. 6).

2014, p. 184). Em 17 de setembro de 1993, efetiva-se a resolução final para retirada total dos militares da extinta União Soviética:

A retirada dos soldados soviéticos da Polônia – que estavam estacionados no país desde 1945 e eram considerados um símbolo da opressão comunista – estava chegando ao fim. Os últimos oficiais deixaram o quartel-general em Legnitz no dia anterior, e seu comandante, o general Leonid Kovaljov, comunicou no Palácio Belvedere, em Varsóvia, ao chefe de Estado polonês o fim da retirada das tropas. Esse dia estava marcado por um forte simbolismo. Exatamente 54 anos antes, em 17 de setembro de 1939, logo depois de os alemães invadirem a Polônia, os soviéticos entraram na região leste da Polônia e se tornaram o segundo país a ocupar a nação. Na época, Lech Walesa se referiu à data como "trágica e dolorosa" (DW, 2018).

Para a soberania polonesa, este fato foi extremamente significativo, pois a Polônia retomaria de vez a sua liberdade e a independência política, além de sua soberania de manobra na área da segurança, uma vez que os planos de tornar-se um candidato a Estado aspirante na OTAN já estava em andamento (KUZNIAR, 2009, p. 36).

5.3 AS RELAÇÕES POLÍTICAS ENTRE A POLÔNIA E A RÚSSIA A PARTIR DE 1992: DOIS NOVOS ATORES NO SISTEMA INTERNACIONAL NO PÓS-GUERRA FRIA

O desmembramento da União Soviética em dezembro de 1991 ocasionou um grande impacto geopolítico para o Leste Europeu, uma vez que a sua dissolução ocasionou na independência de quinze novos Estados no Sistema Internacional. A Federação Russa sucedeu a União Soviética como herança legal e política do Kremlin a partir de 1992; além disso, entraria na década de 90 sob uma grave crise, principalmente nas áreas política e militar. A partir de 1992, a Rússia restabeleceu as suas relações políticas com os seus Estados vizinhos, sendo que um deles foi com a Polônia. Esta fase marcou uma nova etapa nas relações políticas entre Varsóvia e Moscou, uma vez que os pedidos pela retirada das tropas russas estavam em fase de conclusão. Diante deste evento político, o período pós-Guerra Fria marcou o interesse pela harmonização nas relações então conturbadas e polarizadas dos últimos séculos entre poloneses e russos.

A partir de 1992, diante das relações políticas que são estabelecidas entre a Polônia e a Rússia, a Aliança Atlântica surge como um grande objetivo estratégico por parte do governo polonês de Lech Walesa, política iniciada em 1990 pelos contatos políticos em prol de sua futura filiação à OTAN. Segundo Zagorski (2015, p. 69), para a Polônia, a

OTAN contribuiria para o fortalecimento de sua segurança regional, excluindo, por fim, qualquer tentativa de a Rússia restabelecer novamente um domínio sobre a Polônia. Sobre as possibilidades de expansão da OTAN para o Leste Europeu, Zagorski (2015) menciona que:

Essa abordagem foi claramente refletida no rascunho do conceito de política externa da Rússia de 1992, afirmando que a Europa Oriental não apenas mantém sua relevância para a Rússia como esfera de interesses historicamente formada. [...] A tarefa estratégica no período atual é impedir que a Europa Oriental se transforme em algum tipo de cinto de segurança que nos isola do Ocidente. Por outro lado, a supressão da Rússia pelas potências ocidentais da região da Europa Ocidental, que já está se tornando bastante aparente, deve ser evitada⁹⁰ (ZAGORSKI, 2015, p. 69, tradução nossa).

Um ponto importante a respeito da OTAN foi a tentativa de validar um projeto ambicioso de caráter estratégico e militar, a “OTAN-bis”, ancorada em uma proposta de Lech Wałęsa, criada em 1992, uma estrutura defensiva para as repúblicas da Europa Central e a Oriental (KUPIECKI, 2019, p. 56). Em relação à cautela do Ocidente sobre os esforços que os países da Europa Central e a Oriental adquirissem capacidades de ingressar na OTAN, a OTAN-bis tornou-se como uma estratégia política de Wałęsa para chantagear o Ocidente (HAMILTON; SPOHR, 2019, p. 199). Para Kupiecki (2019), um dos objetivos de criação da OTAN-bis é que, no início da década de 90, o Ocidente temia uma possível reação russa frente à expansão da Aliança Atlântica. Nesse sentido, segundo Wałęsa declarou, a OTAN-bis se tornaria um “empurrão” na direção desse alargamento, tornando essa proposta de caráter militar como uma “sala de espera” para a Aliança Atlântica (KUPIECKI, 2019, p. 58).

É importante mencionar que, no início da década de 90, todos os possíveis acordos relativos à segurança foram analisados entre os países do Leste Europeu: a neutralidade, estabelecimento de alianças regionais, além de garantias de segurança perpetuadas entre a Rússia e a OTAN. Se nesse período tornar-se membro da OTAN estava entre uma das opções, a possibilidade de ingressar na Aliança Atlântica configurava-se distante e um tanto desafiadora, além de a própria aliança estar receosa por realizar uma expansão para a Europa Oriental, principalmente porque a Rússia era reticente quanto ao possível

⁹⁰ Do original em inglês: This approach was clearly reflected in the draft Concept of Russia’s foreign policy of 1992 stating that Eastern Europe not only retains its relevance for Russia as historically formed sphere of interests. [...]. The strategic task in the current period is to prevent the Eastern Europe from transformation to some kind of a buffer belt isolating us from the West. On the other hand, Russia’s suppression by Western powers from the West-European region already becoming quite apparent must be prevented (ZAGORSKI, 2015, p. 69).

alargamento da Aliança Atlântica. Assim, diante das dificuldades iniciais, Wałęsa buscou desenvolver uma aliança similar à da OTAN, declarando que ou a Polônia será aceita na OTAN, ou as repúblicas do Leste Europeu criarão a sua própria aliança militar (BIL, 2010, p. 3).

A ideia de criação desta aliança de segurança regional reverberou numa preocupação por parte da Rússia, pois:

Se a Rússia entrasse na OTAN-bis, a aliança seria uma repetição do Pacto de Varsóvia, que foi, felizmente e de uma vez por todas, dissolvido menos de um ano antes. Se, por outro lado, o novo bloco desprezasse a Rússia (o que era bastante provável), olhando para a velha idéia do Intermarium⁹¹, era bastante provável que Moscou tratasse todo o caso como antirrusso, o que também teria um impacto negativo sobre nossas relações com o Ocidente⁹² (KUPIECKI, 2019, p. 58, tradução nossa).

A proposta de criação da OTAN-bis, em caso de avanços para esta organização de caráter militar regional, em vez de fortalecer a Aliança Atlântica, ancoraria ainda mais a Polônia para o Leste Europeu, reforçando a divisão da Europa entre a parte Ocidental segura e o Leste estável, porém fortemente dividido. Devido às consequências geopolíticas, a Polónia poderia se envolver em conflitos de âmbito regional provocados por países-membros da OTAN-bis, além de deixá-la mais exposta a se tornar novamente um país sob a influência russa (KUPIECKI, 2019, p. 59). Logo, a falta de clareza quanto ao seu escopo de

⁹¹ O conceito de Intermarium (ou também conhecido por “*Międzymorze*” termo do latim que significa “terra entre os mares”) foi uma estratégia de caráter geopolítica criada pelo general polonês Józef Piłsudski, em 1920. O objetivo desta proposta foi pela criação de unidades paramilitares polonesas para libertar a Polónia das três grandes potências que haviam dominado o território polonês: Alemanha, Áustria-Hungria e a Rússia (LARABELLE; RIVERA, 2019, p. 3). Além disso, o projeto geoestratégico do Intermarium consistiu por estabelecer um terceiro bloco de poder entre a Europa Ocidental, principalmente a Alemanha e a Rússia, este projeto emergiu no período em que o Império Austro-Húngaro estava sendo desmembrado, em consonância com o Tratado de Versalhes que encerrou a primeira guerra mundial (LARABELLE; RIVERA, 2019, p. 4). No entanto, este projeto geopolítico polonês foi revivido recentemente. Em sua forma atual, se refere a uma “nova Europa” central e oriental, admirada por líderes políticos americanos, tais como pelo ex-presidente George H. W. Bush, ex-secretário de defesa Donald Rumsfeld, além do atual presidente americano, Donald Trump. Este conceito geoestratégico é caracterizado por ser mais pró-atlântico do que a “velha Europa Ocidental”, que tem sido vista, de certo modo, como mais conciliatória com a Rússia. O projeto de Intermarium passou a ser constituído como uma Europa Central e Oriental caracterizada como mais conservadora, além de se ver como a “outra Europa”; ou seja, contrária à União Europeia, além de promover uma agenda com ideais mais conservadores (LARABELLE; RIVERA, 2019, p. 3). Para maiores informações, ver em: LARABELLE, Marlene. RIVERA, Ellen. **Imagined Geographies of Central and Eastern Europe: The Concept of Intermarium**. Institute for European, Russian, and Eurasian Studies. March, 2019.

⁹² Do original em inglês: Were Russia to enter NATO-bis, the alliance would be a repeat of the Warsaw Pact, which was, fortunately, and once for all, disbanded less than a year before. If, on the other hand, the new bloc snubbed Russia (which was quite likely), looking back to the old Intermarium idea, it was quite probable that Moscow would treat the whole affair as anti- Russian, which would also have a negative impact on our relations with the West (KUPIECKI, 2019, p. 58).

atividades, bem como à forma como se dariam as relações com o Ocidente, além das possibilidades de a Rússia compor o quadro de países-membros, todas essas questões políticas tornaram o projeto político e militar da OTAN-bis um conceito falho, sem deixar espaço para demais avaliações (KUPIECKI, 2019, p. 58).

Esse período é também marcado pela fase de negociações políticas do governo polonês para sua filiação na OTAN. Uma vez que a Polônia expressou abertamente o seu interesse de ingressar na OTAN, objetivo político formalizado durante o governo do primeiro-ministro Jan Olszewski (1991-1992), a Rússia não levantou de início objeções a respeito dos planos de a Polônia ingressar na Aliança Atlântica. Conforme Snyder (2003), o debate em relação ao processo de alargamento da OTAN se deu quando:

Na noite de 24 de agosto de 1993, em Varsóvia, Boris Yeltsin declarou por escrito que a participação da Polônia na OTAN não prejudicaria os interesses da Federação Russa. Embora Yeltsin parecesse um pouco arrependido no dia seguinte e depois se retratou em Moscou, isso começou o debate internacional sobre o alargamento da OTAN⁹³ (SNYDER, 2003, p. 272, tradução nossa).

Essa declaração conjunta assinada no dia 25 de agosto de 1993, durante a visita de Bóris Yeltsin, afirmava que os planos da Polônia de fazer parte da OTAN não contradiziam os interesses e a cooperação da Rússia com a Polônia (ZAGORSKI, 2015, p. 68). Contudo, as palavras proferidas por Yeltsin sobre os interesses da Polônia se tornar um país-membro da Aliança Atlântica foram amplamente criticadas por políticos e militares russos, antagônicos aos planos de alargamento do bloco de segurança Atlântico para perto das fronteiras da Rússia. Os efeitos desta declaração impactaram numa mudança do posicionamento político de Bóris Yeltsin, uma vez que, pressionado pelas Forças Armadas, o presidente russo redigiu uma carta ao presidente americano Bill Clinton adotando uma postura contrária ao alargamento da Organização Militar Atlântica para os países da Europa Oriental, principalmente para a República Tcheca e a Polônia. Assim, o presidente reafirma que “Nós estamos contra a expansão da OTAN para o Leste na direção das fronteiras da Federação Russa” (BANDEIRA, 2014, p. 55).

A manifestação política de Yeltsin gerou grande descontentamento por parte da cúpula militar e diplomática russa, fato este que reverberou para que o presidente russo mudasse a sua visão política a respeito da expansão da OTAN. Em setembro de 1993, Boris

⁹³ Do original em inglês: On the night of 24 August 1993, in Warsaw, an intoxicated Boris Yeltsin declared in writing that Polish membership in NATO would not harm the interests of the Russian Federation. Although Yeltsin looked a bit regretful the next day, and later recanted in Moscow, this began the international debate over NATO enlargement (SNYDER, 2003, p. 272).

Yeltsin alertava numa carta confidencial enviada para o presidente americano Bill Clinton sobre as consequências geopolíticas que ocorreriam diante do processo de alargamento da OTAN para o Leste Europeu. Por fim, a recusa por parte de Moscou pela expansão da Aliança Atlântica se manteve até 1996, momento em que já havia ficado claro para a Rússia que o processo de expansão da Aliança Atlântica não era mais reversível (ZAGORSKI, 2015, p. 68).

No final de 1993, uma proposta política do ministro do exterior Andrzej Olechowski estabelecia a parceria para a transformação. Embora buscasse desenvolver uma parceria estratégica com o Ocidente, além de ser temerosa frente a possíveis ações políticas imperialistas por parte da Rússia, a Polônia buscava reatar uma política amigável em relação à Rússia. Durante uma conferência entre poloneses e russos, Olechowski propôs uma parceria com a Rússia nas áreas econômica e social (MOURITZEN; WAEVER; WIBERG, 1996, p. 172), para vir a se estabelecerem vínculos em inúmeras áreas entre poloneses e russos. Cabe lembrar que as relações entre poloneses e russos se deterioraram devido ao antagonismo por parte de Moscou sobre a expansão da OTAN, concomitante aos planos estratégicos da Polônia de ingressar na OTAN. A Rússia não demonstrava interesse na parceria para essa transformação (*partnership for transformation*), conceito que havia sido criado pelo Primeiro-Ministro da Polônia Waldemar Pawlak, e pelo Ministro das Relações Exteriores Andrzej Olechowski em 1994 (HAMILTON; SPOHR, 2019, p. 202).

A manifestação política de Yeltsin em relação à aquiescência das possibilidades de ingresso da Polônia na OTAN foi seguida por uma rigorosa campanha no campo diplomático russo para anular a posição política que o presidente russo havia tido em Varsóvia (RUMER, 1995, p. 45). Yevgeniy Ambartsumov, presidente do Comitê das Relações Exteriores da Rússia, afirmou que Yeltsin não estava preparado para lidar com esse tema polêmico, não se posicionando corretamente em relação às orientações e prioridades da Rússia. No entanto, o Ministro das Relações Exteriores da Rússia Andrei Kozyrev, e o Ministro da Defesa Grachev fazem declarações com o intuito de minimizar o impacto político referente às declarações de Bóris Yeltsin (RUMER, 1995, p. 45-46). O embaixador russo na Polônia Yuri Kashlev declarou, em 15 de setembro de 1993, que a posição russa sobre o processo de admissão da Polônia na OTAN tinha sido “simplificada e mal compreendida” (SIMON, 1995, p. 59). Diante desses impactos políticos que reverberaram sobre a posição política de Yeltsin no tocante aos interesses estratégicos da Polônia ingressar na OTAN, Rumer (1995) afirma que:

Finalmente, o próprio Yeltsin registrou um mês após sua visita a Varsóvia para reverter, com efeito, seu aparente consentimento anterior à expansão da OTAN para o leste. Uma carta endereçada por Yeltsin aos líderes dos Estados Unidos, França, Alemanha e Grã-Bretanha afirmou que qualquer movimento da OTAN para o leste só pode ocorrer depois que a própria Rússia se juntar à aliança e não a menos que os interesses de segurança da Rússia tenham sido adequadamente assegurados⁹⁴ (RUMER, 1995, p. 46, tradução nossa).

Em maio de 1994, o primeiro-ministro polonês Pawlak preside a primeira sessão do Comitê para os Assuntos de Defesa do Conselho de Ministros (KSORM), com o intuito revisar o documento do Ministro da Defesa Piotr Kolodziejczyk, que trata dos problemas básicos de defesa (SIMON, 1995, p. 66-67). Em primeiro lugar, houve a retificação nas mudanças organizacionais do Exército; foi proposto que as três forças, Exército, Marinha e Aeronáutica, estivessem subordinadas ao chefe de gabinete, título que seria substituído por Inspetor Geral das Forças Armadas. Em segundo lugar, nesta sessão a Polônia concordou com a criação de um grupo de crise a fim de se averiguarem as ameaças à segurança nacional – segundo o Ministro da Defesa, Kolodziejczyk, a maior delas era a concentração de forças militares russas no enclave de Kaliningrado. Por fim, em terceiro lugar, Kolodziejczyk apresentou um relatório expondo a sua avaliação da condição técnica do Exército como “perigosa”, pedindo, portanto, maiores investimentos na área da defesa polonesa (SIMON, 1995, p. 67).

No mapa abaixo, podemos visualizar a localização da região de Kaliningrado situada entre a Polônia e a Lituânia.

⁹⁴ Do original em inglês: Finally, Yeltsin himself went on record a month after his visit to Warsaw to reverse, in effect, his previous apparent consent to NATO's eastward expansion. A letter addressed by Yeltsin to the leaders of the United States, France, Germany, and Great Britain asserted that any eastward move by NATO can occur only after Russia itself joins the alliance and not unless Russia's security interests have been adequately assured (RUMER, 1995, p. 46).

Figura 3 - Mapa do enclave de Kaliningrado

Bastion coastal defense missile systems

Range: 190 miles

● NATO member ○ Missile range



Sources: IHS Jane's Conflict Monitor, Russian Defense Ministry, Washington Post research
CHRIS ALCANTARA/THE WASHINGTON POST

Fonte: Filipov (2016).

A preocupação por parte de Kolodziejczyk sobre Kaliningrado se deve à sua localização geográfica na Europa – a Polônia faz fronteira ao norte com Kaliningrado, uma região pertencente à Rússia. Além disso, ao leste a Polônia compartilha uma fronteira com a Bielorrússia (Estado com estreitos vínculos militares desde 1994 com a Rússia) e com a Ucrânia, país formalmente neutro e equilibrado entre a Rússia e o Ocidente (HAMILTON; SPOHR, 2019, p. 207).

Segundo Walczak (2004), a tensão gerada pelas conturbadas relações políticas contra o alargamento da coligação ocidental se devem a um movimento político contrário aos interesses da Rússia, como revelou uma pesquisa de opinião nacional realizada em 1994:

Quais países os poloneses veem como ameaças em potencial? 54% dos entrevistados acreditam que a Rússia representa a maior ameaça aos interesses da Polônia. Quase 66% dos entrevistados consideraram que a Polônia seria afetada negativamente por uma hipotética guerra civil na Rússia, e 71% pensam que o destino da Polônia seria afetado negativamente por um surto de fome na Rússia. Uma proporção menor de entrevistados estava preocupada com o retorno da ditadura na Rússia (41%), ou com uma desaceleração no processo de transformação democrática na região (41%)⁹⁵(WALCZAK, 2004, p. 18, tradução nossa).

⁹⁵ Do original em inglês: Which countries do Poles see as potential threats? 54 percent of respondents believed that Russia poses the greatest threat to the interests of Poland. Almost 66 percent of respondents were of the opinion that Poland would be adversely affected by a hypothetical civil war in Russia, and 71 percent think that Poland's fate would be negatively affected by an outbreak of hunger in Russia. A

Para a Rússia, a expansão da Aliança Atlântica minaria a situação geopolítica da Europa. Assim, a Rússia adotou uma política externa rígida quanto às políticas e interesses que envolvessem a Europa Central e a Oriental. Iniciou-se uma tendência alarmante na política externa da Rússia em relação à Europa Central e a Oriental; e as repúblicas do Leste Europeu passam a questionar quais os interesses históricos da Rússia no Leste Europeu (FEDOROWICZ, 2007, p. 544). Durante esse período, vozes de alerta denunciavam que o antagonismo e as suas mudanças de política externa seriam uma reação russa ao provável ingresso da Polônia na OTAN (FEDOROWICZ, 2007, p. 544). As mudanças na política externa russa ocorreram quando Andrei Kozyrev, o político russo encarregado do cargo de ministro do exterior, mencionou que os países da Europa Central e a Oriental eram falsos aliados da extinta União Soviética. Em 1993, quando as reuniões anteriores à cúpula da OTAN de 1994 começaram no Ocidente, ao mesmo tempo houve os protestos por parte da Rússia como contrária ao envolvimento das nações (Central e Oriental) europeias com a Aliança Atlântica (FEDOROWICZ, 2007, p. 544).

As questões envolvendo os debates a respeito da expansão da OTAN são confirmadas com a criação do programa Parceria para a Paz (PfP), uma iniciativa de caráter de exercícios militares desenvolvido pelos países-membros da Aliança Atlântica em 1994. Segundo O'Hanlon (2017, p. 10), as repúblicas do Leste Europeu estavam se aproximando da OTAN para estabelecer vínculos na área da segurança. O objetivo de criação do programa Parceria para a Paz esteve ancorado em facilitar as políticas militares e de cooperação entre a Aliança Atlântica com as repúblicas que pertenceram ao extinto Pacto de Varsóvia (O'HANLON, 2017, p. 10).

Com o desenvolvimento do programa Parceria para a Paz, em junho de 1994 a Federação Russa tornou-se o primeiro Estado a se unir no programa para a paz, um programa cujo objetivo era de um vínculo de cooperação de caráter bilateral entre a OTAN e demais países (NATO, 2018). Dentre alguns objetivos estratégicos do programa, havia a missão de expandir e intensificar a cooperação política e militar na Europa, aumentar a estabilidade política, diminuir as ameaças à paz, além de construir relações de segurança (NATO, 2018). O convite para que a Rússia participasse do programa Parceria para a Paz foi, de certo modo, contrária às visões políticas da Polônia, sendo que:

smaller proportion of respondents were concerned about the return of dictatorship in Russia (41%), or a slowdown in the process of democratic transformation there (41%) (WALCZAK, 2004, p. 18).

Enquanto isso, a Polônia estava insatisfeita com a cooperação estabelecida em muitos níveis entre a OTAN e a Federação Russa. Essa chamada Síndrome de Yalta⁹⁶ (medo de o Ocidente chegar a um acordo com a Rússia à custa da Polônia) apareceu em várias ocasiões, por exemplo, a proposta da OTAN de incluir a Rússia no programa PfP, a assinatura do Ato Fundador das Relações Mútuas, Cooperação, e Segurança entre a OTAN e a Federação Russa de 27 de maio de 1997 em Paris, o Acordo de Roma de 28 de maio de 2002 e a oferta da Cúpula de Lisboa de 2010 que a Rússia colabore na construção de um escudo antimísseis⁹⁷ (HAMILTON; SPOHR, 2019, p. 206, tradução nossa).

A participação russa no programa para a paz, no entanto, destoava em termos estratégicos e nos seus objetivos em relação aos países do Leste Europeu. Assim como as nações europeias da região central e a oriental interpretavam sua participação como um período de aprendizado para a condução de suas nações aderirem à Aliança Atlântica, na participação por parte da Rússia no Programa para a Paz percebia-se o claro desejo de Moscou impedir o processo de alargamento da OTAN (RÜHLE; WILLIANS, 1996, p. 522).

As relações entre Rússia e OTAN, através da participação do Programa Parceria para a Paz, foi de certo modo marginal, visto que a Rússia entendeu que este programa poderia ser um meio de impedir a expansão da OTAN, mesmo com o interesse pela tentativa de reivindicar alguma co autoria indireta (RUHLE; WILLIANS, 1996, p. 525). Segundo Hamilton e Spohr (2019, p. 455), em dezembro de 1994 Yeltsin se sentiu de certo modo ofendido ao saber que a Aliança Atlântica havia aprovado uma política que visava, por meio do programa Parceria para a Paz (PfP), desencadear a expansão da OTAN.

⁹⁶ A Conferência de Yalta foi uma reunião ocorrida em fevereiro de 1945 entre os três grandes países Aliados da Segunda Guerra Mundial (Estados Unidos, Inglaterra e a União Soviética). Com a segunda grande guerra mundial se encaminhando para o seu término, os países Aliados buscaram determinar qual seria o futuro do continente europeu e da ordem internacional no pós-guerra. Dentre alguns dos acordos estabelecidos, a Polônia um tema de caráter controverso na reunião de Yalta. Temendo o avanço soviético na Europa Central e a Oriental, os líderes da Inglaterra (Winston Churchill) e americano (Franklin D. Roosevelt), planejavam que Varsóvia adquirisse um governo democrático. Enquanto isso, Stálin almejava por um governo comunista na Polônia. As decisões tomadas em Yalta reverberaram no que ficou conhecido depois de a “Cortina de Ferro” na Europa, uma linha que havia dividido a Europa Ocidental sob área de influência americana; enquanto que o Leste Europeu passou a se tornar uma área de influência soviética (DW, 2017). É preciso mencionar que uma vez que o acordo de Yalta de 1945 decidiu pelo futuro da Polônia, a menção realizada acima por Hamilton e Spohr (2019) a respeito da “Síndrome de Yalta”, presume-se sobre os receios que os poloneses tinham no que tange de uma hipotética cooperação OTAN-Rússia na Europa.

⁹⁷ Do original em inglês: Meanwhile, Poland was dissatisfied with the cooperation being established at many levels between NATO and the Russian Federation. This so-called Yalta Syndrome (fear of the West coming to an understanding with Russia at Poland’s expense) appeared on many occasions, for example NATO’s proposal to include Russia to the PfP program, the signing of the Founding Act on Mutual Relations, Cooperation, and Security between NATO and the Russian Federation of May 27, 1997 in Paris, the Rome Agreement of May 28, 2002, and the Lisbon Summit’s 2010 offer that Russia collaborate in building an anti-missile shield (HAMILTON; SPOHR, 2019, p. 206).

Em dezembro de 1994, o ministro russo Andrei Kozyrev, durante uma reunião ministerial do Conselho do Atlântico Norte em Bruxelas, na Bélgica, anunciou de forma inesperada que se recusaria a assinar os acordos do Programa para a Paz (PfP); o principal argumento era que era preciso estudar melhor esse processo de alargamento da OTAN (HAMILTON; SPOHR, 2019, p. 483).

Em maio de 1995, a Rússia aprova o Programa de Parceria Individual da (PfP), mas mantém-se contrária aos planos expansionistas da OTAN. Em junho de 1995, o conselho russo para a política externa e de defesa publicou um documento, cujo título era “Rússia e OTAN”, criticando a expansão da OTAN, pois os impactos geopolíticos poderiam levar a uma séria crise nas relações entre a Rússia com o Ocidente no período pós-Guerra Fria (HAMILTON; SPOHR, 2019, p. 483).

Os efeitos desses eventos políticos polarizam as relações políticas entre os Estados Unidos/OTAN com a Rússia, uma vez que os planos de alargar a Aliança Atlântica já estavam em voga. Conforme O’Hanlon (2017):

Já em fevereiro de 1995, de fato, o governo Clinton havia anunciado sua estratégia de segurança nacional de “engajamento e ampliação”, na qual destacava que “havia iniciado um processo que levaria à expansão da OTAN”. Assim, em meados da década de 90, o governo Clinton avançou com o alargamento enquanto procurava mitigar as reações negativas de Moscou. Isso provou ser uma tarefa difícil. Para muitos russos, se a OTAN ainda era uma aliança militar e um mecanismo para garantir a defesa coletiva, ela deveria ser dirigida contra alguns países - e a Federação Russa era o alvo óbvio⁹⁸ (O’HANLON, 2017, p. 11, tradução nossa).

Cabe mencionar aqui que, sobre as manifestações políticas a favor da expansão da OTAN, o presidente polonês Lech Walesa alertou Bill Clinton que “todos temos medo da Rússia; caso ela opte por adotar uma política externa novamente agressiva, essa agressão se direcionará principalmente em direção à Ucrânia e à Polônia” (SAROTTE, 2019, p. 13). As relações entre poloneses e russos se mantêm de certo modo tensas ao longo da década de 90, tendo em vista que os vínculos entre Polônia e OTAN eram pela Rússia considerados uma ameaça devido às possibilidades de expansão da OTAN para perto de suas fronteiras. Em 1996, após a realização das eleições presidenciais na Polônia, um grupo de políticos

⁹⁸ Do original em inglês: Already by February 1995, in fact, the Clinton administration had announced its national security strategy of “engagement and enlargement,” in which it underscored that it had “initiated a process that will lead to NATO’s expansion.” Thus in the mid-1990s the Clinton administration pushed ahead with enlargement while also seeking to mitigate Moscow’s negative reactions. That proved a difficult task. For many Russians, if NATO was still a military alliance and a mechanism for ensuring collective defense, it must be directed against some country—and the Russian Federation was the obvious target (O’HANLON, 2017, p. 11).

russos saudou com entusiasmo a vitória de Aleksander Kwasniewski, eleito no final de 1995, acreditando que a opção política pró-OTAN da Polônia fosse enfraquecida no início de seu governo (FEDOROWICZ, 2007, p. 546).

Diante das circunstâncias da eleição de um novo presidente na Polônia, em Moscou esperava-se que a política externa polonesa fosse direcionada mais para as relações com a Rússia. As esperanças por parte de Moscou, em relação às relações políticas com as repúblicas da Europa Central e a Oriental, principalmente com a Polônia, frustraram-se (FEDOROWICZ, 2007, p. 546).

Os eventos políticos ocorridos em 1997 impactariam diretamente nas relações entre a Polônia e a Rússia, assim como nas relações entre os Estados Unidos/OTAN com a Rússia para o fim da década de 1990.

5.3.1 A ascensão de Evgeny Primakov na Rússia: a transição de *bandwagoning* para *balancing* da Polônia com a OTAN

A Federação Russa assumiu uma nova posição política na arena internacional a partir de 1996, após a substituição de Andrei Kozyrev por Evgeny Primakov no cargo de ministro das Relações Exteriores da Rússia. É preciso mencionar que a chegada de Evgeny Primakov impactou nas relações políticas entre poloneses e russos, em virtude das mudanças políticas desenvolvidas por Primakov para promover o ressurgimento da Rússia no Sistema Internacional. Assim, constata-se uma inflexão na orientação teórica de *bandwagoning* para um *balancing* exercido pela Polônia para com a OTAN, pois o temor de uma nova Rússia atuante no Leste Europeu levou a Polônia a almejar pelo desenvolvimento de uma aliança militar com a OTAN, através da estratégia de *balancing*.

Assim, cabe mencionar aqui acerca dos objetivos iniciais da Polônia pelo conceito estratégico de *bandwagoning* com a OTAN no início da década de 90. Adotar o *bandwagoning* significaria permanecer ao lado de uma potência forte, notadamente a Aliança Atlântica (cujo país líder é os Estados Unidos). A estratégia polonesa inclina-se sob um pêndulo entre *bandwagoning* para o *balancing* com a OTAN, após a ascensão de Evgeny Primakov na Rússia, e os seus anseios por inserir novamente a Rússia como um grande ator no tabuleiro de xadrez mundial.

A chegada de Evgeny Primakov nas relações exteriores da Rússia em 1996 impactou também para as relações políticas entre a Rússia e os Estados Unidos. Para Primakov, a Rússia deveria buscar se tornar um polo de poder de forma independente num

mundo multipolar, além de ser motivada principalmente pelos seus próprios interesses de ter poder, e não por almejar fazer parte do mundo ocidental (TSYGANKOV, 2005, p. 136). Com o objetivo de desenvolver a sua estratégia, Primakov almejava realizar um contrabalanceamento com o Ocidente, principalmente com os Estados Unidos, estabelecer alianças com nações não Ocidentais, além de modernizar economicamente a Rússia e fortalecer a capacidade de organização e controle político do espaço pós-soviético (TSYGANKOV, 2005, p. 136).

Embora Bóris Yeltsin e Andrei Kozyrev tenham realizado esforços em prol que a Rússia mantivesse o *status* de grande potência, foi através de Evgeny Primakov que a política externa russa esteve ainda mais impulsionada pela iniciativa “neo-hegemônica”. Além disso, essa política de Primakov coincidiu com os planos estratégicos de alargamento da OTAN e da União Europeia para o Leste Europeu (ZAJACZKOWSKI, 2017, p. 173).

Os governos de Varsóvia e Moscou se esforçaram por estabelecer boas relações políticas entre si. Assim, houve visitas oficiais entre Evgeny Primakov com o atual presidente polonês, Alexander Kwasniewski, e com o Primeiro-Ministro Włodzimierz Cimoszewicz. Em março de 1996, Primakov realizou uma visita à Polônia, sendo que neste mesmo ano Kwasniewski e Cimoszewicz realizam uma visita à Rússia. Esses encontros oficiais entre os governos de Varsóvia e Moscou pouco obtiveram resultado, além de não ter mais do que pequenas incursões sobre o impasse referente às trocas de pontos de vista sobre a oposição da expansão da OTAN para o Leste Europeu (TERRY, 2000, p. 29). O ex-ministro das Relações Exteriores da Polônia, Andrzej Olechowski, comentou que uma característica marcada nas relações políticas entre poloneses e russos foi que as visitas oficiais se tornaram pouco frequentes, além de que as expectativas de acordos políticos não eram atendidas, o que agravou o clima nas relações políticas entre a Polônia e a Rússia (TERRY, 2000, p. 29).

Na busca para que a Rússia se tornasse uma grande potência no Sistema Internacional, muda-se a perspectiva teórica de um *bandwagoning* para um equilíbrio (*balancing*) da Polônia com a OTAN. Conforme já analisamos, os Estados, no momento em que se veem diante de uma ameaça externa, terão duas alternativas: ou procuram realizar o equilíbrio (*balancing*), ou optam pelo *bandwagoning*. Assim, no momento em que a Polônia decide não ficar ao lado de uma aliança militar poderosa (no caso, a OTAN), a estratégia é invertida para um *balancing* com a OTAN. Com isso, o anseio de Primakov por reascender a Rússia como uma grande potência impacta para a configuração de um interesse polonês através do desenvolvimento de uma aliança militar com a OTAN, cujo

propósito é de contrabalançar as forças frente a uma ameaça externa ou em ascensão. Estes conceitos estão no cerne do significado para o *balancing*: criar alianças militares com um (ou mais Estados) para equilibrar as forças contra uma grande potência. O *bandwagoning* está, no entanto, assentado no objetivo que um Estado decide se aproximar de uma potência mais forte, ficando, portanto, ao seu lado (WALT, 1987, p. 17).

Essa nova Rússia atuante na política internacional, sob a condução política de Primakov, caracterizou-se pelo seu antagonismo diante dos planos estratégicos dos Estados Unidos ampliarem a OTAN para o Leste Europeu, além de os Estados Unidos almejem pela sua permanência como único grande polo de poder no Sistema Internacional. Um dos objetivos políticos de Primakov é trazer a Rússia de volta ao cenário internacional como uma grande potência. O medo deste ressurgimento russo reverberou na Polônia. Segundo Walt (1987, p. 173), diante de uma grande potência, os Estados tendem a se inclinar para o *bandwagoning*, optando por estabelecer um vínculo com um Estado mais forte e poderoso.

Conforme os conceitos teóricos de *balancing* e *bandwagoning*, Walt (1987, p. 149) explica que é mais comum os Estados aderirem ao *balancing* buscando por um equilíbrio contra uma grande ameaça externa, no lugar do *bandwagoning*. Os Estados, diante de uma ameaça regional, procuram receber assistência externa de um Estado, através do apoio (político ou militar) de uma superpotência, quando há uma rivalidade política ou mesmo da iminência de um conflito militar no seu entorno regional (WALT, 1987, p. 149). Com a nomeação de Primakov para conduzir a política externa russa, o ministro Primakov buscou reorganizar os objetivos estratégicos para a Rússia no cenário internacional, mesmo quando os estudos em prol da expansão da Aliança Atlântica para a Europa Oriental já estivessem em andamento.

Ao optar pelo *balancing*, os Estados procuram se aliar ao poder dominante, além de depositarem a sua confiança em prol do estabelecimento de uma aliança militar. Além disso, segundo Walt, há diferenças no equilíbrio entre Estados mais fracos e grandes potências. Aliar-se com um Estado mais fraco aumenta a influência do novo membro, em virtude de que o Estado mais fraco ter maior necessidade de assistência, enquanto que, ao aliar-se com uma grande potência, geralmente o Estado mais fraco pouco poderá contribuir militarmente ou economicamente (WALT, 1987, p. 18-19).

Por fim, houve um processo de inflexão na estratégia de cunho teórico para a Polônia sobre as relações políticas com a OTAN. A chegada do ministro Primakov 1996 para conduzir a política externa russa ocasionou numa mudança de postura de *bandwagoning* para um *balance* da Polônia com a OTAN. Assim, a Polônia estabeleceria

uma aliança militar com a Aliança Atlântica, além de estabelecer um equilíbrio de forças no Leste Europeu, pois o ceticismo polonês sobre a mudança de postura política iniciada por Primakov na área externa russa reacendeu o temor de que uma Rússia reemergente pudesse ameaçar as repúblicas do Leste Europeu.

5.3.2 O período de 1997 a 1999: a criação do Ato Fundador OTAN-Rússia e o convite para a Polônia ingressar na OTAN

O convite feito pela OTAN para admissão das três repúblicas fundadoras de Visegrad coincidiu com a remodelação dos princípios da política externa russa iniciada por Evgeny Primakov, estabelecendo os interesses da Rússia como um polo separado do mundo ocidental, além da grande potência americana; a influência das ideias de Primakov resultou na retração da política externa russa em relação ao processo de alargamento da Aliança Atlântica para o Leste Europeu, e denota uma persistente estratégia para alcançar *status* de grande potência independente. (DAEHNHARDT; FREIRE, 2014, p. 185-186). Segundo Daehnhardt e Freire (2014):

Os dois acontecimentos simultâneos levaram à mudança decisiva da natureza das relações entre a Rússia e a Polônia. As decisões de 1997 marcaram a dupla viragem ocidental da Polônia e oriental da Rússia (a parceria estratégica com a China, iniciada por Ieltsin e continuada por Putin com o objetivo de contrabalançar a hegemonia americana). Esta mudança teve repercussões na política Europeia, uma vez que a política externa dos países da Europa central, cujo principal objetivo era a integração nas estruturas euro-atlânticas, se tornou num foco de tensão entre o bloco ocidental e a Rússia (DAEHNHARDT; FREIRE, 2014, p. 186).

Em 1997, a OTAN e a Rússia buscam estabelecer as suas relações políticas, através da criação do Ato de Fundação OTAN-Rússia. Dentre os objetivos desta parceria, havia o interesse por aprofundar uma parceria entre a OTAN com a Rússia, com o intuito de trabalhar conjuntamente em busca de um objetivo comum, no estabelecimento de uma paz duradoura na área euro-atlântico, manifestada no Ato Fundador OTAN-Rússia de 1997, quanto às relações mútuas, à cooperação e à segurança, temas que serviram de base para a criação da parceria OTAN-Rússia (OTAN, 2004). Nesse período, a participação russa na Parceria para a Paz, através da realização de consultas com a OTAN, não significava que a Rússia não soubesse que os desígnios políticos e geoestratégicos por parte dos Estados Unidos e dos demais aliados da OTAN na Europa visavam ao amplo domínio e à

substituição da Rússia na região do Leste Europeu, o seu antigo bloco soviético, além da região do Cáucaso (ZHEBIT, 2003, p. 160).

Neste mesmo ano de 1997, entretanto, a OTAN realiza a sua cúpula entre os países-membros em Madrid, sendo que neste mesmo ano foi assinado em 27 de maio de 1997 o Ato Fundador sobre as relações mútuas, cooperação e segurança entre a OTAN e a Rússia, o que abriu o caminho rumo ao primeiro passo da expansão da Aliança Atlântica (HANSON, 1998, p. 13). Os planos que já se encontravam em voga pela expansão da OTAN poderiam ocasionar grandes implicações no relacionamento já frágil entre o Ocidente com a Rússia. O estudo de alargar a OTAN tornou-se, portanto, como um dos desenvolvimentos mais significativos na área de segurança internacional desde o término da Guerra Fria (HANSON, 1998, p. 14).

A assinatura do ato OTAN-Rússia foi uma decisão política tomada por Yeltsin e representou a grande derrota da estratégia russa, o que irritou muitos segmentos da ala política russa. Embora tenha representado que a Rússia não mais seria reticente quanto ao alargamento da OTAN, as objeções à decisão de Yeltsin traziam de maneira clara que existiam adversários contrários à expansão da OTAN (HANSON, 1998, p. 14).

Devido ao antagonismo da Rússia no tocante ao plano de alargar a Aliança Atlântica, Hanson (1998) seleciona alguns argumentos do Ocidente contra o paradigma primakoviano:

Os argumentos ocidentais a favor do alargamento da OTAN têm sido amplos, mesmo que não tenham sido acompanhados por um princípio organizador claro que defina o papel atual ou o futuro da Aliança. Esses argumentos, implícitos ou explícitos, podem ser resumidos da seguinte forma: que a expansão da OTAN é necessária para impedir qualquer possibilidade de agressão russa à Europa Central / Oriental no futuro; que a expansão da organização é vital para que os ganhos democráticos e a orientação ocidental de estados como Polônia, Hungria e República Tcheca sejam mantidos; que o vácuo na Europa Central / Oriental deixado pelo colapso da Guerra Fria e a retirada da União Soviética é mais bem preenchido por uma organização liberal democrática e benigna; que a Rússia não pode ser vetada contra as decisões da Aliança do Atlântico Norte; que a expansão da OTAN é motivada pela necessidade de criar uma Europa mais integrada do que existe atualmente; e até que a própria Rússia deveria acolher a incorporação desses estados na OTAN como um desenvolvimento positivo para sua própria segurança⁹⁹ (HANSON, 1998, p. 14-15, tradução nossa).

⁹⁹ Do original em inglês: Western arguments in favour of NATO enlargement have been wide ranging, even if these were not accompanied by any clear organising principle defining the present role or future of the Alliance. These arguments, made either implicitly or explicitly, could be summed up as follows: that NATO expansion is necessary to deter any possibility of Russian aggression towards Central/Eastern Europe in the future; that expansion of the organisation is vital if the democratic gains and Western orientation of states like Poland, Hungary and the Czech Republic are to be maintained; that the vacuum in Central/Eastern Europe left by the collapse of the Cold War and the retreat of the Soviet Union is best filled by a liberal democratic and benign organisation; that Russia cannot be allowed to exercise a veto

A criação da parceria OTAN-Rússia foi caracterizada pelos russos como:

Yeltsin, em seu discurso de rádio ao povo russo em 30 de maio, descreveu a lei como um esforço "para minimizar as consequências negativas da expansão da OTAN e impedir uma nova divisão na Europa". Ele então descreveu o acordo de maneira imprecisa, segundo autoridades ocidentais - como "consagrar a promessa da OTAN de não enviar armas nucleares nos territórios de seus novos países membros e de não [construir] suas forças armadas perto de nossas fronteiras... nem realizar preparativos relevantes para a infraestrutura". A Rússia também continuou se opondo fortemente à OTAN quando a Aliança interrompeu as crueldades sérvias no Kosovo em 1999, pouco depois de admitir a Polônia, a Hungria e a República Tcheca como novos membros¹⁰⁰ (HAMILTON; SPOHR, 2019, p. 457, tradução nossa).

Mesmo com uma política declarada como antagônica ao processo pela expansão da OTAN, a Polônia, a República Tcheca e a Hungria recebem a formalização de um convite na cúpula de Madrid, em 1997. Em março de 1999, ocorreu o processo que culminou na adesão da Polônia na Aliança Atlântica, e a sua admissão possibilitou para a OTAN ter um país-membro cuja localização é considerada como ponto geoestratégico na Europa de Leste. O ingresso na OTAN permitiu para a Polônia as garantias dos aliados: diante de uma agressão externa por parte de algum país terceiro, os demais aliados viriam a apoiar militarmente o Estado agredido, e a Polônia entendia que recorrentemente fora invadida e ameaçada pela Rússia.

A decisão de ingressar na Aliança Atlântica se deu através de sucessivas escolhas de caráter estratégicas pela Polônia, realizadas com base nas experiências históricas vividas, além de uma grande análise realizada em relação às necessidades de segurança para a Polônia. Ao se tornar um novo país-membro na OTAN em 1999, a Polônia pôde reprimir quaisquer temores relativos à possibilidade de que uma nova "Yalta" pudesse ocorrer, além de ocasionar a maximização de sua segurança diante de qualquer tentativa de ressurgimento de um domínio russo (WALCZAK, 2004, p. 26). Uma vez que a Polônia ingressa na Aliança Atlântica, a OTAN começou a escrever um novo capítulo na história das relações

against the decisions of the North Atlantic Alliance; that NATO expansion is motivated by the need to create a more integrated Europe than currently exists; and even that Russia itself should welcome the incorporation of these states into NATO as a positive development for its own security (HANSON, 1998, p. 14-15).

¹⁰⁰ Do original em inglês: Yeltsin, in his radio address to the Russian people on May 30, described the Act as an effort "to minimize the negative consequences of NATO's expansion and prevent a new split in Europe." He then described the agreement—inaccurately, according to Western officials—as "enshrining NATO's pledge not to deploy nuclear weapons on the territories of its new member countries and not [to] build up its armed forces near our borders...nor carry out relevant infrastructure preparations." Russia continued to strongly oppose NATO also when the Alliance stopped Serbian cruelties in Kosovo in 1999 shortly after admitting Poland, Hungary and the Czech Republic as new members (HAMILTON; SPOHR, 209, p. 457).

internacionais da Polônia, oferecendo uma oportunidade em prol de sua estabilidade no Leste Europeu, além de acelerar o desenvolvimento econômico polonês (WALCZAK, 2004, p. 26).

Essa expansão da Aliança Atlântica ofereceu uma garantia para o continente Europeu de que a Europa nunca mais estaria envolvida em guerras provenientes por rivalidades de poder – garantia que para Polônia, envolvida na história entre a Alemanha e a Rússia, representava uma grande oportunidade para que adquirisse proteção militar por parte da OTAN (TERRY, 2000, p. 30). Por fim, elogiando os mecanismos de tomada de decisão, Onyszkiewicz enfatizou que a OTAN não era constituída apenas de uma aliança militar: era uma organização política com o objetivo não somente de fortalecer a estabilidade e a democracia entre os países-membros, como também de projetar estabilidade para além de suas fronteiras (TERRY, 2000, p. 30 *apud* ONYSZKIEWICZ, 1997, p. 12-13).

Para a Polônia, portanto, fazer parte da Aliança Atlântica permitiu estar sob a égide da OTAN na Europa a partir de 1999. A sua incorporação, além da República Tcheca e da Hungria, permitiu que ampliasse o seu raio de influência política e militar para o Leste Europeu. As relações políticas com a Rússia alteravam-se entre momentos de reconciliação e de tensão e esfriamento nas relações devido aos antecedentes históricos, questões que dificultaram para que houvesse chances de uma possível parceria de caráter militar, ou mesmo que poloneses e russos desenvolvessem uma espécie de aliança militar. Diante desses fatos, os temores de que a Polônia pudesse se tornar novamente uma zona de influência russa diminuí as chances de uma possível aliança militar entre a Polônia e a Rússia, razão pela qual o governo polonês optou pela ampla parceria política e militar com o Ocidente, notadamente com os Estados Unidos e a OTAN.

5.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este capítulo procurou analisar as relações políticas da Polônia com a União Soviética no intervalo de 1989 até 1991, e a partir de 1992 até 1999 com a Federação Russa, Estado sucessor dos soviéticos. Além disso, procurou analisar por que a Polônia não optou pela estratégia de *bandwagoning* em relação às políticas russas, e de que modo as relações entre poloneses e russos foram conduzidas durante a década de 90, após a Polônia readquirir a sua plena soberania em 1989. O período de 1989 até 1993 marcou relações políticas entre poloneses e soviético-russos que principalmente visavam à retirada total das

tropas soviéticas, um interesse do governo da Polônia em readquirir totalmente a soberania de seu território.

Em 1996, Andrei Kozyrev foi substituído por Evgeny Primakov no cargo de ministro das Relações Exteriores da Rússia, promovendo uma guinada na política exterior russa. Esta fase coincidiu com a decisão de expandir a OTAN para a Europa Central e a Oriental, projeto contra o qual a política de Primakov se opôs. É importante mencionar que a chegada de Primakov nas relações exteriores da Rússia impacta para a escolha da estratégia – *balancing* ou *bandwagoning* – que a Polônia resolve adotar. Infere-se que a Polônia tinha a intenção por utilizar o *bandwagoning* como estratégia para adesão na OTAN; no entanto, frente aos interesses de Primakov por reerguer a Rússia, se unir ao lado da potência mais forte – neste caso os Estados Unidos como o país líder da OTAN –, mudou o direcionamento teórico para a estratégia de *balancing*, reinserindo-a no Sistema Internacional como um grande ator político.

Por fim, ao aderir à OTAN em 1999 (além de Hungria e da República Tcheca), a Polônia reorientou a sua estratégia para um *balancing*. A Rússia, no final de 1999, almejou pela sua reemergência no Sistema Internacional, o que denotou num temor da Polônia diante de um ceticismo, caso a Rússia pudesse restabelecer o Leste Europeu como a sua influência política.

6 À GUIA DE CONCLUSÃO: A ADMISSÃO DA TERCEIRA REPÚBLICA DA POLÔNIA NA ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DO ATLÂNTICO NORTE (OTAN) EM 1999

Este trabalho teve por objetivo analisar sobre qual conceito teórico que mais se encaixou para explicarmos a admissão da Polônia na OTAN: *balancing* ou *bandwagoning*. O passo inicial dado pela Polônia em prol de sua futura filiação na Aliança Atlântica iniciou após as mudanças políticas que ocorreram na Polônia em 1989, pois a partir deste ano os poloneses readquiriram a sua plena soberania política no Sistema Internacional. O caminho em direção à aliança ocidental iniciou em 1990, ano em que a Polônia estabeleceu os primeiros contatos políticos com a OTAN.

Sobre a delimitação temporal, este trabalho analisou o período entre 1989 até 1999, partindo de uma análise inicial sobre o processo de transição política da Polônia em 1989, e o processo político polonês que oficializa sua entrada na OTAN em 1999. Nesta análise temporal, procuramos analisar a política externa polonesa na década de 90, através dos governos de Lech Walesa (1990-1995) e do primeiro mandato presidencial de Aleksander Kwasniewski (1995-2005). Além da análise referente aos presidentes poloneses, exploramos as posições políticas dos poloneses que fizeram parte dos cargos de ministro da Defesa, primeiro-ministro e de ministro das Relações Exteriores. É imprescindível mencionarmos que a análise destes demais cargos políticos consiste pelo fato de explorarmos o aprofundamento da pesquisa sobre de que maneira os políticos poloneses elaboraram a agenda política orientada para as relações com Ocidente, notadamente com a OTAN.

Como parte integrante da hipótese deste trabalho, a Aliança Atlântica tornou-se como uma estratégia prioritária de política externa para a Polónia pós-1989, pois ao ingressar na aliança ocidental, os poloneses permaneceriam sob a égide da OTAN. A questão prioritária para a Polónia era a sua segurança, um tema que se tornou um grande problema nacional desde meados do final do século XVIII, período que a Polónia enfrentou uma longa fase de ocupação e partilha de seu território entre as grandes potências da Europa (Império Russo, Austríaco e Prússia; depois Alemanha). É importante mencionar que a localização geográfica da Polónia está no centro da Europa, além de estar situada entre duas grandes potências: a Rússia e a Alemanha.

Percebemos que o passado histórico da Polónia remonta há séculos de ocupação e consequente partilha de seu território entre as grandes potências da Europa. Entre o período

de 1795 até 1918, o Estado polonês esteve ocupado entre três grandes potências: Império Russo, Austríaco e o Prussiano (a partir de 1871, Alemanha). No início do século XX, a Polônia reconquistou a sua plena soberania em 1918 (após o término da Primeira Grande Guerra). A sua independência, contudo, durou pouco tempo, pois em 1939 o território polonês foi novamente ocupado pelas potências Europeias – neste caso pela Alemanha e a União Soviética. Entre o fim da Segunda Grande Guerra até 1989, a Polônia esteve atrelada à influência soviética, vindo a readquirir a sua independência somente a partir de 1989.

Por fim, por quase 200 anos, entre 1795 até 1989, a Polônia usufruiu por pouquíssimo tempo de sua independência como nação soberana. Constatou-se que o tema da segurança nacional era – e ainda é até os dias atuais –, um assunto de extrema preocupação para o povo polonês; assim, com o início dos laços políticos com a OTAN em 1990, a Aliança Atlântica tornou-se como uma meta estratégica nacional polonesa.

A criação da Cortina de Ferro separou a porção da Europa Oriental do restante do continente europeu como uma zona de influência soviética logo no final da década de 40, permanecendo, portanto, como uma região atrelada aos interesses políticos e ideológicos de Moscou durante toda a Guerra Fria. Em 1989, com o advento das revoluções políticas que se espalharam para todos os países satélites, a influência soviética no Leste Europeu chegava ao seu término. Estes eventos políticos iniciam na Polônia, e logo depois se espalham para as demais repúblicas satélites, eventos estes caracterizados pelo término dos governos comunistas, que gerou na transição de governos comunistas (e pró-Moscou) para governos democráticos, e sem a interferência política e ideológica da União Soviética. O termo cunhado de “zona cinzenta” foi pelo fato de o Leste Europeu, após 1989, estar sob um vácuo de poder, visto que estes Estados readquiriram a sua plena independência após quase cinco décadas de influência soviética. Percebe-se que esta região necessitou readequar as suas políticas internas e externas, as relações em inúmeras áreas e de caráter regional, bem como manter a região estabilizada e incólume sob alguma iminência de um conflito.

O processo de transição política na Polônia iniciou com as conversações da “mesa redonda” em 1989, evento político que permitiu a realização das primeiras eleições livres num Estado satélite que estava próximo de readquirir a sua independência política da União Soviética. Essa conquista da Polónia acelerou o processo de transição de um governo comunista para um governo democrático e soberano no Sistema Internacional. Essas eleições democráticas ocorreram no final de 1989, e Lech Wałęsa tornou-se o primeiro

presidente para governar a nação polonesa em 1990, estabelecendo, portanto, as suas diretrizes políticas para a Terceira República da Polônia.

Constatamos que a OTAN surgiu como um grande objetivo estratégico e de governo logo no início do mandato presidencial de Wałęsa, assim como teve o envolvimento do ministro para os assuntos externos Krzysztof Skubiszewski, e o primeiro-ministro Tadeusz Mazowiecki como parte constituinte para trabalharem conjuntamente em prol das relações da Polônia com a Aliança Atlântica. Por fim, infere-se que os interesses da Polônia para as relações políticas com a OTAN foi mantido durante toda a década de 90: com a eleição vencida em 1995 por Aleksander Kwasniewski, o novo presidente prosseguiu com a agenda política pautada para a pró-candidatura da Polônia na OTAN.

No campo das relações regionais, a Polônia cooperou para a criação do “grupo dos três de Visegrad” em 1991, uma parceria junto com a Tchecoslováquia e a Hungria. Este grupo, contudo, a partir de 1993 recebeu uma nova nomenclatura, basicamente Grupo de Visegrad, pois passava a ser constituído por quatro países: Polônia, Hungria, República Tcheca e a Eslováquia. As relações regionais da Polônia são também reorientadas para demais Estados vizinhos, por exemplo, com a Bielorrússia, Ucrânia, Repúblicas Bálticas, Alemanha e a Federação Russa.

Destaca-se a importância da normalização das relações regionais da Polônia em prol da resolução de alguns litígios pendentes da Guerra Fria. Em primeiro lugar, constatou-se a importância das conversações do acordo “2+4”, cujo objetivo consistia na resolução da fronteira geográfica existente entre a Alemanha e a Polônia. Em segundo lugar, houve o pedido do governo polonês para que a União Soviética iniciasse o processo de transferência de seus militares que estavam na Polônia para que retornassem para a União Soviética. Esse debate político entre poloneses e soviéticos iniciou em 1989 e se arrastou até o fim de setembro de 1993, coincidindo com eventos políticos que impactaram no Leste Europeu entre 1989 a 1993.

Em 1991, houve três grandes eventos políticos: a tentativa de golpe de Estado em Moscou em agosto de 1991, a dissolução do Pacto de Varsóvia, e por fim a dissolução da União Soviética em dezembro de 1991. Mesmo com a ocorrência desses eventos políticos, a retirada total dos militares russos do território polonês teve um capítulo final somente no fim de 1993.

Além dos debates políticos para que ocorresse a plena retirada dos militares russos, poloneses e russos tentam reatar as suas relações bilaterais, através de um acordo criado em 1990, que foi assinado e oficializado em 1992, através do Tratado de Amizade e Relações

de Boa Vizinhança, um passo inicial em prol da estabilidade nas relações tensas e polarizadas entre poloneses e russos nos últimos séculos.

É preciso lembrar que, no período de 1989 até 1993, houve certo grau de estreitamento nas relações entre poloneses e soviético-russos, além de um estranhamento nas relações devidas ao impasse pela retirada total dos militares soviéticos. Esse curto período histórico pode ser caracterizado como de um avanço pífio pela normalização das relações entre a Polônia e a atual Federação Russa. Em 1993, Yeltsin declarou que o interesse do governo de Varsóvia ingressar na OTAN não impactaria na geopolítica do Leste Europeu, ou mesmo nas relações com a Federação Russa. Constatou-se que essa declaração, entretanto, foi amplamente criticada em Moscou, principalmente entre políticos e militares, ocasionando um grau de tensões nas relações políticas entre os governos de Varsóvia e Moscou.

Complementa-se que o período constituído entre 1994 até 1997 marcou a tentativa de uma aproximação entre a OTAN e a Rússia, através do programa Parceria para a Paz. A Rússia participou deste programa, convicta de que as relações políticas pudessem se desenvolver até ao ponto de poder adquirir uma oportunidade de fazer parte da Aliança Atlântica.

Outro ponto importante a ser mencionado é que, durante o período de divulgação do programa para a paz, o presidente americano Bill Clinton afirmou que a OTAN não incorporaria futuramente as repúblicas do Leste Europeu. A partir de 1995, com os estudos em desenvolvimento para o projeto estratégico de expansão da aliança militar, as relações políticas com a Rússia sofrem um grande impacto, o que ocasionou numa fase de desconfianças por parte de Moscou.

Enquanto isso, a Polónia acelerava o seu relacionamento com a zona atlântica, além de se mostrar cética diante da participação da Rússia no programa para a paz, temerosa de que houvesse uma nova e hipotética divisão na Europa, deixando-a, portanto, sob a ameaça de que ocorresse uma nova ocupação de seu território. Ficou claro que esse risco não ocorreria, tanto que é preciso destacar que, antes do estabelecimento dos estudos em prol do alargamento da OTAN, o presidente Lech Wałęsa, pioneiro no relacionamento com a OTAN e um tanto temeroso se a Aliança Atlântica seria ou não alargada, em 1992 tentou desenvolver um projeto que logo foi caracterizado como polémico pelas demais repúblicas de Visegrad.

A “OTAN-bis” surgia como um projeto de carácter político e de segurança para o Leste Europeu, uma proposta que tchecos e húngaros rechaçaram, pois o lema de “retornar

à Europa” era o grande objetivo do grupo de Visegrad. Por fim, constatamos que este projeto da “OTAN-bis” foi uma mera estratégia política de Lech Wałęsa, com interesse de por pressionar a Aliança Atlântica para que decidisse expandir o seu relacionamento com a Polônia e as demais nações de Visegrad.

Entre o período de 1996 até 1999, constatam-se dois eventos políticos que afetaram as relações entre poloneses e russos. Em primeiro lugar, a ascensão em 1996 de Evgeny Primakov nas relações exteriores da Rússia e a mudança de postura de Moscou nas suas relações externas. Em segundo lugar, a cúpula de Madrid realizada em 1997 formalizou a candidatura para que os poloneses, tchecos e húngaros ingressassem na OTAN. Primakov rechaçava a expansão da OTAN, bem como almejava contrabalançar a hegemonia dos Estados Unidos no Sistema Internacional. Para isso, Primakov declarava a importância da reemergência da Rússia no tabuleiro geopolítico mundial, na retomada das relações com o antigo espaço soviético, além de reerguer a economia russa. Por fim, poloneses e russos caminharam para lados opostos. A Polônia ingressou na OTAN em 1999 e aprofundou as suas relações em inúmeras áreas com o Ocidente; enquanto a Rússia, após Vladimir Putin substituir Bóris Yeltsin, investiu em uma política externa russa direcionada mais para o Oriente, notadamente para as relações com a China, Ásia Central e a região do Cáucaso.

Infere-se aqui que, sob um olhar teórico, analisamos a escola Neorrealista das Relações Internacionais, trazendo a teoria de Kenneth Waltz (A Balança de Poder entre os Estados), além da teoria da Balança de Ameaças de autoria de Stephen Walt para analisarmos de que modo os Estados interagem através do estabelecimento de alianças, ou mesmo da criação de um equilíbrio de poder no Sistema Internacional diante de uma grande ameaça externa.

Analisamos os conceitos de *balancing* e de *bandwagoning*, conceitos que tiveram um grande papel para explicarmos sob uma lente teórica os objetivos do ingresso da Polônia na OTAN.

A constatação desse trabalho é que houve uma mudança na perspectiva teórica de *bandwagoning* para o *balancing* como uma melhor explicação referente ao processo de admissão da Polônia na no bloco militar atlântico. A mudança de postura teórica foi em relação à chegada de Evgeny Primakov para o cargo de Ministro das Relações Exteriores da Rússia a partir de 1996. Primakov almejou reerguer a Rússia como um grande ator no tabuleiro geopolítico das relações internacionais, além de retomar o crescimento da economia e restabelecer as relações russas em inúmeras áreas com o antigo espaço soviético. O impacto da nomeação de Primakov para a condução da política externa russa

gerou no seu ceticismo perante da existência da unipolaridade americana no Sistema Internacional, assim como o processo em andamento para que a OTAN admitisse as repúblicas do Leste Europeu. Logo, essa reemergência russa na política exterior reacendeu os temores dos poloneses em virtude de seu passado histórico, como já mencionamos.

Portanto, o conceito teórico de *bandwagoning* não sustenta mais a análise sobre a Polônia se unir à Aliança Atlântica, uma instituição de segurança forte e liderada pelos Estados Unidos. A inclinação ocorreu porque os poloneses não desejavam somente ficar ao lado da potência mais forte (neste caso, a Aliança Atlântica), e sim desenvolver vínculos como um Estado aliado. Com isso, essa mudança de perspectiva teórica reverberou no momento em que a Polônia almejou não apenas ser admitida na Aliança Atlântica, como também aprofundar as suas relações políticas e militares com a OTAN, caracterizado como a criação de uma aliança militar, ou seja, o *balancing* leva os Estados a perpetuarem alianças militares.

Conclui-se que o conceito de *balancing* se encaixou melhor para analisarmos a admissão da Polônia na Aliança Atlântica; ao optar pelo *balancing*, um Estado procura se unir com um ou mais Estados para estabelecer uma aliança militar com o objetivo estratégico de contrabalançar a ameaça existente. Neste caso, é importante mencionarmos que o interesse estratégico inicial partia da Polônia. Como o processo de ratificação da Polônia na Aliança Atlântica estava em andamento a partir da metade da década de 90, a entrada oficial na Aliança Atlântica permitiria criar um vínculo político e militar entre a Polônia e a OTAN, além de desenvolver um equilíbrio de forças no Leste Europeu, um objetivo estratégico e militar claro do governo de Varsóvia.

Foi possível perceber que o *bandwagoning* é um conceito cujo objetivo principal condiz quando um Estado procura se aliar com uma grande potência, em detrimento da alternativa de aderir ao lado mais forte. O objetivo principal desta estratégia é de evitar que a grande potência ameaçadora decida tomar alguma atitude de caráter militar contra o Estado que optou ficar do seu lado. Particularmente, esta estratégia é realizada por Estados que possuem pouca força militar, e mesmo recursos escassos, não havendo, portanto, possibilidades de combater militarmente uma grande potência vizinha. Com isso, o Estado *bandwagoner*, ao se sentir ameaçado diante de uma grande potência vizinha, opta por ficar ao seu lado, além de cooperar militarmente e politicamente, pois há também o objetivo estratégico do *bandwagoner* pela participação dos ganhos (seja território, riquezas) junto com a grande potência.

A OTAN tornou-se, portanto, no grande objetivo estratégico da Polônia: além de pertencer como país-membro da aliança ocidental e orientar a nação polonesa pelo seu “retorno à Europa”, a OTAN forneceria a plena segurança do Estado polonês. Assim, a Polônia se encaixa no conceito de *balancing* com os Estados Unidos (o país líder da OTAN) e com a própria instituição de segurança do ocidente, através da criação de um vínculo político e militar. Não há dúvidas de que o direcionamento da Polônia para o Ocidente baseou-se em perpetuar um estabelecimento de uma aliança militar com os Estados Unidos e a OTAN, estratégia direcionada para equilibrar qualquer tentativa de um ressurgimento político e militar proveniente de Moscou no Leste Europeu.

No entanto, a orientação da Polônia em prol de um *bandwagoning* com a Rússia revela que havia uma possibilidade pífia devido aos antecedentes históricos sobre séculos de conflitos armados entre poloneses e russos, tais como a participação do Império Russo na partição do território polonês entre o século XVIII e XIX, e no século XX a retomada da invasão militar e consequente ocupação do território polonês durante a Segunda Grande Guerra Mundial, e o longo período na Guerra Fria em que a Polônia esteve sob influência política, estratégica e ideológica pela União Soviética.

Logo, o argumento polonês perante a Rússia pós-soviética era de relativa “ameaça” e riscos de uma “reemergência russa” no Leste Europeu. Embora poloneses e russos se esforçassem para reatar as suas relações bilaterais, o grau de animosidade e as desconfianças por parte de Varsóvia a Moscou dificultaram as possibilidades da realização de um possível *bandwagoning* da Polônia com a Rússia.

Discutimos que as relações políticas da Polônia com a OTAN ocorreram nas cúpulas oficiais da Aliança Atlântica, e que as etapas das relações políticas iniciaram em 1990, mesmo ano em que a Aliança Atlântica realiza sua cúpula em Londres – foi nessa cúpula que se decidiu que a “mão de amizade da OTAN” seria estendida para as repúblicas do Leste Europeu. Esse termo foi uma declaração proferida pelo antigo secretário geral Manfred Woerner, que assumiu esse compromisso da Aliança Atlântica.

A partir daqui, mencionamos as cúpulas que a Aliança Atlântica realizou na década de 90: Roma (1991), Bruxelas (1994), Madrid (1997) e Washington (1999). Constatamos que a participação da Polônia se dirigiu para o desenvolvimento de suas relações políticas com a OTAN durante estas reuniões, ainda mais com a realização da reunião de Bruxelas (1994), e da criação do Programa Parceria para a Paz, uma iniciativa de caráter militar e destinada a realizar uma participação conjunta em exercícios militares entre os países-membros da OTAN com demais Estados. A partir desse momento, o governo da Polônia

avançava nos requisitos que eram indispensáveis para a sua candidatura como um futuro país aspirante na aliança militar.

Os referidos requisitos baseavam-se no estabelecimento de um governo democrático, na ausência de conflitos armados no seu entorno regional, numa economia estável ou em processo de crescimento, além de que o controle das Forças Armadas estivesse sob administração política civil. Essas questões foram amplamente trabalhadas na Polônia logo após retomar a sua independência política em 1989. Os esforços por parte do governo de Varsóvia são atingidos em 1997, ano em que a OTAN realizou a sua reunião em Madrid, declarando que a Aliança Atlântica admitiria a Polónia, República Tcheca e a Hungria para configurarem como os primeiros Estados em que a candidatura para ingressar na OTAN no pós-Guerra Fria estava em processo de andamento. Por fim, a Polónia atingiu o seu objetivo estratégico e político em 1999, quando a OTAN oficializa o ingresso de poloneses, tchecos e húngaros como novos países-membros da aliança militar ocidental. Além disso, destacamos que a reunião realizada em Washington (1999) simbolizou a comemoração dos 50 anos de criação e permanência da OTAN.

A partir daqui, conclui-se que a Polónia entrou numa nova fase na sua história política, militar e de segurança para o seu território; com a adesão na OTAN, o balanceamento perpetuado pelos poloneses com os Estados Unidos e a Aliança Atlântica possibilitou desenvolver uma parceria política e militar na modernização de suas Forças Armadas, na qualificação profissional dos militares, além de reequipar totalmente a Marinha, Exército e a Aeronáutica.

No campo estratégico, conclui-se que a Polónia estabeleceu uma agenda política em prol de sua cooperação na área da segurança internacional ao lado dos interesses dos Estados Unidos e da OTAN para os novos desafios securitários para o século XXI.

REFERÊNCIAS

ANANICZ, Andrzej *et al.* Poland-NATO report. **European Security**, London, v. 5, n. 1, p. 141-166, Spring 1996.

ARMS CONTROL ASSOCIATION – ACA. **NATO issues three invitations; signs separate charter with Ukraine**. Washington, 2019. Disponível em: <https://armscontrol.org/act/1997-06/press-releases/nato-issues-three-invitations-signs-separate-charter-ukraine>. Acesso em: 2 dez. 2019.

ASMUS, Ronald D.; SZAYNA, Thomas S.; KLISZEWSKI, Barbara. **Polish national security thinking in a changing Europe**: a conference report. Santa Monica: RAND, 1991.

BANDEIRA, Luiz A. M. **A segunda Guerra Fria**: geopolítica e dimensão estratégica dos Estados Unidos. 2nd ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

BIENIEK, Piotr. **Polish defense policy in the context of national security strategy**. Monterey: Naval Postgraduate School, June 2006.

BRONISLAW KOMOROWSKI INSTITUTE. **Bronislaw Komorowski**. Warsaw, 2019. Disponível em: <http://bronislawkomorowski.org/bronislaw-komorowski-en/>. Acesso em: 27 nov. 2019.

BROWN, Bernard E. Reinventing NATO. **American Foreign Policy Interests**, [s.l.], v. 21, n. 1, Feb. 1999.

BRZEZINSKI, Zbigniew K. **The grand chessboard**. New York: Basic Books, 1997.

BURCHILL, Scott *et al.* **Theories of international relations**. 3rd ed. [S.l.]: Palgrave Macmillan, 2005.

CALVOCORESSI, Peter. **Política mundial a partir de 1945**. 9. ed. Porto Alegre: Penso, 2011.

CLADI, Lorenzo; LOCATELLI, Andrea. Bandwagoning, not balancing: why Europe confounds realism. **Contemporary Security Policy**, [s.l.], v. 33, n. 2, p. 264-288, Aug. 2012.

CHELMINIAK, Marcin; KOTOWICZ, Wojciech. **The foreign policy of Poland and the Kaliningrad Region in 1989-2012**. International Cooperation. Olsztyn: Institute of Political Science, University of Warmia and Mazury, Jan. 2012.

CORRÊA, Fernanda das Graças. A balança de poder sob a ótica de Kenneth Waltz: uma discussão da teoria sistêmica. **InterAção**, Santa Maria, v. 11, n. 11, p. 38-50, jul./dez. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/interacao/article/view/29398/16450>. Acesso em: 2 dez. 2019.

CRAGG, Anthony. The combined joint task force concept: a key component of the alliance's adaptation. **NATO Review**, Brussels, v. 44, n. 4, p. 7-10, July 1996. Disponível em: <https://www.nato.int/docu/review/1996/9604-2.htm>. Acesso em: 30 jul. 2019.

DAEHNHARDT, Patrícia; FREIRE, Maria Raquel. **A política externa russa no espaço Euro-Atlântico: dinâmicas de cooperação e competição num espaço alargado**. Coimbra: Coimbra Press University.

DALL'AGNOL, Augusto C. Debate (meta) teórico entre o realismo neoclássico e os realismos estruturais nas relações internacionais. **Revista Perspectiva**, Porto Alegre, v. 8, n. 14, p. 9-21, 2015. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/RevistaPerspectiva/article/view/71231/40430>. Acesso em: 2 dez. 2019.

DW. **O dia em que as tropas soviéticas se retiraram da Polônia**. Bonn, 2018. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/o-dia-em-que-as-tropas-sovi%C3%A9ticas-se-retiraram-da-pol%C3%B4nia/a-45524741>. Acesso em: 19 jan. 2020.

DW. **1945: Conferência de Ialta selava ordem do pós-Guerra na Europa**. Bonn, 2018. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/1945-confer%C3%A2ncia-de-ialta-selava-ordem-do-p%C3%B3s-guerra-na-europa/a-1478863>. Acesso em: 7 fev. 2020.

ENCYCLOPEDIA BRITANNICA. **Poland**. London, 2020. Disponível em: <https://www.britannica.com/place/Poland>. Acesso em: 11 mar. 2020.

EUROPEAN ACADEMY OF DIPLOMACY – EAD. **Andrzej Krzeczunowicz**. Warsaw, 2019. Disponível em: <https://diplomats.pl/member/krzeczunowicz-andrzej/>. Acesso em: 23 jul. 2019.

FEDOROWICZ, Krzysztof. National interest and national interest in Polish Eastern policy, 1989-2004. **Nationalities papers**, [s.l.], v. 35, n. 3, July 2007.

FILIPOV, David. These maps show how Russia has Europe spooked. **The Washington Post**, Washington, 23 Nov. 2016. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/news/worldviews/wp/2016/11/23/these-maps-show-how-russia-has-europe-spooked/>. Acesso em: 11 mar. 2020.

GALLIS, Paul E. **The unification of Germany: background and analysis of the two-plus-four talks**. Washington: Congressional Research Service. The Library of Congress, 16 Apr. 1990.

GRAJEWSKI, Przemyslaw Zurawski vel. **History and contemporary politics of Poland 1939-2003**. Lodz: Faculty of International and Political Studies, University of Lodz, 2015.

GROSSE, T. G. Poland's geopolitical strategy (2004-2015). **International Relations**, Vestnik of Saint Petersburg University, v. 11, n. 2, p. 171-183, 2018. Санкт-Петербургский государственный университет, 2018.

HAMILTON, Daniel S.; SPOHR, Kristina. **Open door**. NATO and Euro-Atlantic security after the Cold War. Baltimore: Paul H. Nitze School of Advanced International Studies, Johns Hopkins University, 2019.

HANSON, Marianne. Russia and NATO expansion: the uneasy basis of the founding act. **European Security**, London, v. 7, n. 2, p. 13-29, Summer 1998.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IAN, Chong Ja. **Revisiting responses to power preponderance**: going beyond the balancing-bandwagoning dichotomy. Singapore: Institute of Defence and Strategic Studies, Nov. 2003.

JAGODZINSKI, Andrzej. **The Visegrad Group**: a Central European constellation. Bratislava: International Visegrad Fund, 2006.

JAWORSKI, Adam; GALASINSKI, Dariusz. Unilateral norm breaking in a presidential debate: Lech Walesa versus Aleksander Kwasniewski. **Research on Language & Social Interaction**, [s.l.], v. 33, n. 3, p. 321-345, July 2000.

KAMINSKI, Łukasz; KORKUC, Marceij. **Guia pela história da Polônia de 966 a 2016**. Varsóvia: Ministério dos Negócios Estrangeiros da República da Polónia, Departamento de Diplomacia Pública e Cultural, 2016.

KISSINGER, Henry. **Diplomacia**. São Paulo: Saraiva, c1994, 2012.

KITCHEN, Nicholas. Systemic pressures and domestic ideas: a neoclassical realist model of grand strategy formation. **Review of International Studies**, Cambridge, v. 36, p. 117-143, 2010.

KORYBKO, Andrew. Hybrid Wars 5. Breaking the Balkans (II). **Oriental Review**. [s.l.], 13 May 2016. Disponível em: <https://orientalreview.org/2016/05/13/hybrid-wars-5-breaking-the-balkans-ii/>. Acesso em: 11 mar. 2020.

KOSUDA, Agata Ewa. **The nature of Polish-Russian relationships after the year of 1989**: the legacy of the past. Ames: Iowa State University, 2007.

KRAMER, Gene. Foreign minister says Poland ready to join NATO. **AP News**, New York, 25 Apr. 1995. Disponível em: <https://apnews.com/df4caaa6aa34ec249087dc252ad80aa7>. Acesso em: 19 dez. 2019.

KRAMER, Mark. The collapse of East European communism and the repercussions within the Soviet Union (part 3). **Journal of Cold War Studies**, Cambridge, v. 7, n. 1, p. 3-96, Winter 2005.

KUCHARCZYK, Jacek. **Sharp power**: rising authoritarian influence. Washington: National Endowment for Democracy, Dec. 2017.

KUPCHAN, Charles A. The origins and future of NATO enlargement. **Contemporary Security Policy**, [s.l.], v. 21, n. 2, p. 127-148, 2000. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13523260008404259>. Acesso em: 19 dez. 2019.

KUPIECKI, Robert. **Poland and NATO after the Cold War**. Warsaw, 2019.

KUZNIAR, Roman. A primavera dos povos de 1989. A transformação dos princípios fundamentais da política externa polaca. **Relações Internacionais**, Lisboa, n. 23, p. 21-37, set. 2009. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992009000300002. Acesso em: 19 dez. 2019.

KWAŚNIK-CIĄGŁO, Ewa. Twenty-five years ago Poland elected its first non-communist prime minister after WWII. **Poland.Pl**, Warsaw, 1 Oct. 2014. Disponível em: <https://polska.pl/history/history-poland/twenty-five-years-ago-poland-elected-its-first-non-communist-pri/>. Acesso em: 3 jul. 2019.

LARABURU, Paulo. A contribuição do realismo neoclássico para a compreensão do comportamento decisório de Obama na Crise Síria. **Revista Mundorama**, Brasília, fev. 2014. Disponível em: <https://mundorama.net/?p=13672>. Acesso em: 19 dez. 2019.

LARABELLE, Marlene; RIVERA, Ellen. **Imagined geographies of Central and Eastern Europe: the concept of intermarium**. Ottaa: Institute for European, Russian, and Eurasian Studies, Mar. 2019.

LATAWSKI, Paul. The Visegrad Group: aims and evolution. **Whitehall Papers**, London, v. 28, n. 1, p. 14-32, 1994.

LATAWSKI, Paul. Definite reform?: plan 2012. **Whitehall Papers**, London, v. 46, n. 1, p. 37-60, 1999.

ŁAZOR, Jerzy; MORAWSKI, Wojciech. The memory of communist Poland in the Third Polish Republic: a tentative systematisation. **Warsaw School of Economics**, Warsaw, v. 4, n. 12, 2016.

LEVY, Jack S. The causes of war and the conditions of peace. **Annual Review of Political Science**, [s.l.], v. 1, p. 139-165, June 1998. Disponível em: <https://www.annualreviews.org/doi/pdf/10.1146/annurev.polisci.1.1.139>. Acesso em: 19 dez. 2019.

LEVY, Jack S. The causes of war: a review of theories and evidence. *In*: TETLOCK, Philip E. *et al.* (ed). **Behavior, society and nuclear war**. New York: Oxford University Press, 1989. p. 209-333.

LIEBER, Keir A.; ALEXANDER, Gerard. Waiting for balancing: why the world is not pushing back. **International Security**, Cambridge, v. 30, n. 1, p. 109-139, Summer 2005.

LISIAKIEWICZ, Rafał. Poland's conception of European security and Russia. **Communist and Post-Communist Studies**, Amsterdam, v. 51, n. 2, p. 113-123, June 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.postcomstud.2018.04.001>. Acesso em: 19 dez. 2019.

LOBELL, Steven E.; RIPSAN, Norrin M.; TALIAFERRO, Jeffrey W. **Neoclassical realism, the State, and foreign policy**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

LOWE, Norman. **História do mundo contemporâneo**. 4. ed. Porto Alegre: Penso, 2011.

LUSSIER, Danielle N. From Solidarity to division: an analysis of Lech Walesa's transition to constituted leadership. **The Leadership Quarterly**, Amsterdam, v. 21, p. 703-715, 2010.

MADRID Summit: NATO invites Czech Republic, Hungary, and Poland to begin accession talks. **Foreign Policy Bulletin**, Cambridge, v. 8, n. 5, p. 33-53, Oct. 1997. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/foreign-policy-bulletin/article/madrid-summit-nato-invites-czech-republic-hungary-and-poland-to-begin->

accession-talks-signs-charter-on-distinctive-partnership-with-ukraine/200C75B9F4E318CE22EECEE6192E342C. Acesso em: 23 jul. 2019.

MATTOX, Gale A. NATO enlargement: a step in the process of alliance reform. **Contemporary Security Policy**, [s.l.], v. 21, n. 2, p. 107-124, 2000. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13523260008404258>. Acesso em: 23 jul. 2019.

MEARSHEIMER, John J. **A tragédia da política das grandes potências**. Porto Alegre: Gradiva, 2007.

MIESZKOWSKA, Katarzyna M.; GAJOWNICZEK, Tomasz. **The attitude of poles to NATO in the context of a changing political reality**. Olsztyn: Institute of Political Science, University of Warmia and Mazury, 2018.

MILLARD, Frances. Presidents and democratization in Poland: the roles of Lech Walesa and Aleksander Kwasniewski in building a new polity. **Journal of Communist Studies and Transition Politics**, London, v. 16, n. 3, p. 39-62, Sept. 2000.

MODRZEJEWSKI, Arkadiusz. **Presidency of Aleksander Kwasniewski in Poland (1995-2005): competence, decision-making, and political thought**. Rethinking the presidency: challenges and failures. Trnava: Faculty of Social Sciences, University of Ss. Cyril and Methodius, 2015.

MOURITZEN, Hans; WAEVER; Ole; WIBERG, Hakan. **European integration and national adaptations**. a theoretical inquiry. New York: Nova Science, 1996.

MOWLE, Thomas S.; SACKO, David H. Global NATO: bandwagoning in a unipolar world. **Contemporary Security Policy**, [s.l.], v. 28, n. 3, p. 597-618, Dec. 2007.

NELSON, Daniel N.; SZAYNA, Thomas S. NATO's metamorphosis and its new members. **Problems of Post-Communism**. London, v. 45, n. 4, p. 32-43, July/Aug. 1998. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/10758216.1998.11655797>. Acesso em: 23 jul. 2019.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. **Teoria das relações internacionais: correntes e debates**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION – NATO. **1990 Summit: a turning point in 'East-West' relations**. Brussels, 18 Dec. 2014. Disponível em: https://www.nato.int/cps/en/natohq/news_116133.htm?selectedLocale=en. Acesso em: 18 jul. 2019.

NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION – NATO. **Address by Aleksander Kwasniewski, President of the Republic of Poland at the welcoming reception at the presidential palace**. Brussels, 23 Sept. 2002. Disponível em: https://www.nato.int/cps/en/SID-BF6418D6-B559288E/natolive/opinions_19725.htm. Acesso em: 4 dez. 2019.

NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION – NATO. **Address by Bronislaw Geremek**. Brussels, 12 Mar. 1999. Disponível em: <https://www.nato.int/docu/speech/1999/s990312d.htm>. Acesso em: 3 dez. 2019.

NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION – NATO. **The alliance's new strategic concept:** agreed by the heads of state and government participating in the meeting of the North Atlantic Council. Brussels, 7 Nov. 1991. Disponível em: https://www.nato.int/cps/en/natohq/official_texts_23847.htm?. Acesso em: 18 jul. 2019

NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION – NATO. **Declaration of the heads of State and Government:** participating in the meeting of the North Atlantic Council ("The Brussels Summit Declaration"). Brussels, 11 Jan. 1994. Disponível em: https://www.nato.int/cps/en/natohq/official_texts_24470.htm?mode=pressrelease. Acesso em: 30 jul. 2019.

NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION – NATO. **Euro-Atlantic Partnership Council.** Brussels, 2019. Disponível em: https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_49276.htm. Acesso em: 2 dez. 2019.

NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION – NATO. **Membership Action Plan.** Brussels, 2019. Disponível em: https://www.nato.int/cps/en/natolive/topics_37356.htm. Acesso em: 26 jul. 2019.

NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION – NATO. **NATO-Russia relations: the background.** Brussels, Apr. 2018. Disponível em: https://www.nato.int/nato_static_fl2014/assets/pdf/pdf_2018_04/20180426_1805-NATO-Russia_en.pdf. Acesso em: 23 jan. 2020.

NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION – NATO. **North Atlantic Cooperation Council (NACC) (Archived).** Brussels, 30 Jan. 2017. Disponível em: https://www.nato.int/cps/en/natolive/topics_69344.htm. Acesso em: 23 jul. 2019.

NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION – NATO. **Permanent representative of Poland to NATO.** Brussels, 25 Feb. 2002. Disponível em: <https://www.nato.int/cv/permrep/pl/towpik-e.htm>. Acesso em: 4 dez. 2019.

NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION – NATO. **Speech by Aleksander Kwasniewski, President of the Republic of Poland.** Brussels, 23 Apr. 1999. Disponível em: https://www.nato.int/cps/en/natohq/opinions_27584.htm?selectedLocale=en. Acesso em: 4 dez. 2019.

NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION – NATO. **Statement by the Polish Minister of Foreign Affairs, H. E. Dariusz Rosati.** Brussels, 11 Dec. 1996. Disponível em: https://www.nato.int/cps/en/natohq/opinions_25087.htm?selectedLocale=en. Acesso em: 19 dez. 2019.

NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION – NATO. **Strategic concepts.** Brussels, 12 June 2018. Disponível em: https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_56626.htm. Acesso em: 1 fev. 2020.

NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION – NATO. **A transformação da OTAN.** Brussels, 2004.

NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION – NATO. **Visit by the Polish Prime Minister, Mr. Włodzimierz Cimoszewicz, to NATO on 21 February.** Brussels, 21 Feb. 1997. Disponível em:

https://www.nato.int/cps/en/natohq/news_25395.htm?selectedLocale=en. Acesso em: 19 dez. 2019.

NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION – NATO. **Washington Summit**.

Brussels, 23 Apr. 1999. Disponível em:

https://www.nato.int/cps/en/natohq/news_27286.htm?selectedLocale=en. Acesso em: 3 dez. 2019.

NOWAK, Agnieszka; KOBRINSKAYA, Irina. **Polish-Russian/Russian-Polish rapprochement: a long-awaited decisive move**. Barcelona: CIDOB, Dec. 2010. p. 23-24. (Notes internacionais).

O'HANLON, Michael E. **Beyond NATO: a new security architecture for Eastern Europe**. Washington: Brookings Institution, 2017.

ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DO ATLÂNTICO NORTE – OTAN. **A transformação da OTAN**. Bruxelas, 2004.

ORNATOWSKI, Cezar M. Into the breach: the designation speech and expose of Tadeusz Mazowiecki and Poland's transition from communism. **Advances in the History of Rethoric**, London, v. 11-12, n. 1, p. 359-427, 2008. Disponível em:

<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/15362426.2009.10597390>. Acesso em: 3 dez. 2019.

OSICA, Olaf. In search of a new role: Poland in Euro-Atlantic relations. **Defense Studies**, London, v. 2, n. 2, p. 21-39, 2002. Disponível em:

<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/14702430208405023>. Acesso em: 3 dez. 2019.

PARÍZKOVÁ, Nikola; KOSINSKI, Daniel. A estratégia de integração militar do Grupo de Visegrad ao Ocidente à luz das suas condições geopolíticas e experiências históricas recentes. **Oikos**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 86-97, 2017. Disponível em:

<http://revista.oikos.org/seer/index.php/oikos/article/viewArticle/470>. Acesso em: 3 dez. 2019.

PARTOS, Gabriel. Jan Nowak-Jezioranski. **Independent**, London, 27 Jan. 2005.

Disponível em: <https://www.independent.co.uk/news/obituaries/jan-nowak-jezioranski-16933.html>. Acesso em: 20 dez. 2019.

PAUL, T. V.; WIRTZ, James J.; FORTMANN, Michael (ed.). **Balance of power: theory and practice in the 21st century**. Stanford: Stanford University Press, 2004.

PERMANENT DELEGATION OF THE REPUBLIC OF POLAND TO THE NATO.

Poland in NATO. The Polish way to NATO. Warsaw, 2012. Disponível em:

https://brukselanato.msz.gov.pl/en/c/MOBILE/poland_in_nato/. Acesso em: 23 jul. 2019.

PIATKOWSKI, Krystian. Outline and timetable for the integration of Poland in NATO (January 1994). **European Security**, London, v. 3, n. 3, p. 501-528, Autumn 1994.

Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09662839408407185>. Acesso em: 23 jul. 2019.

PLOKHY, Serhii. **O último Império**: os últimos dias da União Soviética. São Paulo: LeYa, 2015.

POLAND. Ministry of Foreign Affairs. **Poland's road to NATO**. Warsaw, 2012.

Disponível em:

https://www.msz.gov.pl/en/foreign_policy/security_policy/nato/polands_road_to_nato/?printMode=true. Acesso em: 30 jul. 2019.

POLAND. Ministry of Foreign Affairs. **Visegrad Group**. Warsaw, 2012. Disponível em:

https://www.msz.gov.pl/en/foreign_policy/europe/visegrad_group/. Acesso em: 5 jul. 2019.

POLAND. Ministry of National Defence. **Poland in NATO- 20 years**. Warsaw, 2019.

Disponível em: <https://www.gov.pl/web/national-defence/poland-in-nato-20-years>. Acesso em: 23 jul. 2019.

POLAND. Ministry of National Defence. **Poland's 20th anniversary as a NATO**

member: proud of our past, confident in our future. Warsaw, 2019. Disponível em:

<https://www.gov.pl/web/national-defence/download-more-materials>. Acesso em: 25 jul. 2019.

POLANDIN. **20 years ago Poland joined NATO**. Warsaw, 12 Mar. 2019. Disponível em:

<https://polandin.com/41703806/20-years-ago-poland-joined-nato>. Acesso em: 2 dez. 2019.

PRESIDENT.PL. **Aleksander Kwaśniewski**. Warsaw, 2019. Disponível em:

<https://www.president.pl/en/president/polish-presidents/aleksander-kwasniewski/>. Acesso em: 1 nov. 2019.

RACZYNSKI, Rafał. Polish Diaspora in the USA in the process of Poland's accession to

NATO. **Journal of Political Sciences, Modern History, International Relations,**

Security Studies, [s.l.], v. 21, n. 4, p. 178-207, 2018.

RAS, Maciej. Foreign and security policy in the party discourse in Poland: main futures.

UNISCI Journal, Madrid, n. 43, Jan. 2017.

RAUCHHAUS, Robert W. Explaining NATO enlargement. **Contemporary Security**

Policy, [s.l.], v. 21, n. 2, p. 173-194, 2000. Disponível em:

<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13523260008404261>. Acesso em: 1 nov. 2019.

RICHOVÁ, Blanka; KUBICKI, Radoslaw; WALTER, Aaron (ed.). **Rethinking the**

presidency: challenges and failures. Trnava: Faculty of Social Sciences, University of Ss.

Cyril and Methodius, 2015.

RIPSMAN, Norrin M.; TALIAFERRO, Jeffrey W.; LOBELL, Steven E. **Neoclassical**

realist theory of international politics. Oxford: Oxford University Press, 2016.

ROSE, Gideon. Neoclassical realism and theories of foreign policy. **World Politics**,

Cambridge, v. 51, n. 1, Oct. 1998.

RÜHLE, Michael; WILLIAMS, Nick. Partnership for peace after NATO enlargement.

European Security, London, v. 5, n. 4, p. 521-528, Winter 1996. Disponível em:

<https://doi.org/10.1080/09662839608407286>. Acesso em: 1 nov. 2019.

RUMER, Eugene B. **Russian national security and foreign policy in transition**. Santa Monica: RAND, 1995.

RUPP, Richard. NATO 1949 and NATO 2000: from collective defense toward collective security. **Journal of Strategic Studies**, London, v. 23, n. 3, p. 154-176, 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/01402390008437804>. Acesso em: 1 nov. 2019.

RUTKOWSKI, Major Stefan. **Transformation of Polish air forces**: what is required to meet NATO obligations. Alabama: Air Command and Staff College, Air University, Maxwell Air Force Base, Apr. 2002.

SAROTTE, Mary Elise. How to enlarge NATO: the debate inside the Clinton administration, 1993-95. **International Security**, Cambridge, v. 44, n. 1, p. 7-41, Summer 2019.

SCHWELLER, Randall L. Bandwagoning for profit. **International Security**, Cambridge, v. 19, n. 1, p. 72-107, Summer 1994.

SCHWELLER, Randall L. The balance of power in world politics. **Political Economy, World Politics**, Oxford, May 2016.

SEBESTYEN, Victor. **A Revolução de 1989**: a queda do Império Soviético. São Paulo: Globo, 2009.

SECURITY policy and defence strategy of the Republic of Poland. **European Security**, London, v. 2, n. 2, p. 325-340, 1993. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09662839308407125>. Acesso em: 1 nov. 2019.

SHEVTSOVA, Lilia. The August coup and the Soviet collapse. **Survival**: global politics and strategy, London, v. 34, n. 1, p. 5-18, Spring 1992. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/00396339208442627>. Acesso em: 1 nov. 2019.

SIMON, Jeffrey. **Central European civil-military relations and NATO expansion**. Washington: Institute for National Strategic Studies; National Defense University, Apr. 1995. (McNair paper, 39).

SIMON, Jeffrey. **NATO enlargement & Central Europe**: a study in civil-military relations. Washington: Institute For National Strategic Studies; National Defense University, Oct. 1996.

SKÓRZYNSKI, Jan. A revolução do Solidariedade e o fim da União Soviética. **Relações Internacionais**, Lisboa, n. 33, p. 71-88, mar. 2012. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992012000100006. Acesso em: 1 nov. 2019.

SLIWINSKI, Krzysztof. Polish national security dilemmas: the US missile defence complex and its role in Polish foreign policy. **Democracy and Security**, London, v. 8, n. 2, p. 191-212, Apr. 2012.

SNYDER, Timothy. **The reconstruction of nations**: Poland, Ukraine, Lithuania, Belarus, 1569-1999. New Haven; London: Yale University Press, 2003.

SNYDER, Timothy. **Na contramão da liberdade: a guinada autoritária nas democracias contemporâneas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SOLIDARNOSC. **History in dates**. [S.l.], 2019. Disponível em: <http://www.solidarnosc.org.pl/en/about/history-in-dates>. Acesso em: 2 jul. 2019.

STARZYK, Adam; TOMASZEWSKA, Natalia. Conception of intermarium in Polish foreign policy in XXI century. **Toruń International Studies**, Toruń, v. 1, n. 10, p. 15-28, 2017. Disponível em: <https://apcz.umk.pl/czasopisma/index.php/TSM/article/view/TSM.2017.002>. Acesso em: 1 nov. 2019.

SZAYNA, Thomas S. **The military in a postcommunist Poland**. Santa Monica: RAND, 1991.

SZCZERBIAK, Aleks. Explaining Kwasniewski's landslide: the October 2000 Polish presidential election. **Journal of Communist Studies and Transition Politics**, London, v. 17, n. 4, p. 78-107, Dec. 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/714003588>. Acesso em: 1 nov. 2019.

SZEWCZAK, Andrzej M. The Polish round table 1989: negotiating the revolution. **Journal of Dialogue Studies**, [s.l.], v. 3, n. 2, Autumn 2015. Disponível em: http://www.dialoguestudies.org/wp-content/uploads/2016/02/Journal-of-Dialogue-Studies_Vol-3_No-2_The_Polish_Round_Table_1989_Negotiating_the_Revolution.pdf. Acesso em: 1 nov. 2019.

SPERO, Joshua. The Budapest-Prague-Warsaw triangle: Central European security after the Visegrad Summit. **European Security**, London, v. 1, n. 1, p. 58-83, Spring 1992. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/09662839208407069>. Acesso em: 1 nov. 2019.

TERRY, Sarah Meiklejohn. Poland's foreign policy since 1989: the challenges of independence. **Communist and Post-Communist Studies**, Amsterdam, v. 33, n. 1, p. 7-47, Mar. 2000. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0967067X99000240>. Acesso em: 1 nov. 2019.

TSYGANKOV, Andrei P. Vladimir Putin's vision of Russia as a normal great power. **Post-Soviet Affairs**, London, v. 21, n. 2, p. 132-158, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.2747/1060-586X.21.2.132>. Acesso em: 1 nov. 2019.

WISEGRAD GROUP. **History of the Visegrad Group**. Bratislava, 2019. Disponível em: <http://www.visegradgroup.eu/about/history>. Acesso em: 31 out. 2019.

WISEGRAD GROUP. **Visegrad Group defence cooperation**. Bratislava, 2019. Disponível em: <http://www.visegradgroup.eu/about/cooperation/defence>. Acesso em: 26 ago. 2019.

WALCZAK, Leszek. **NATO enlargement: strategic impact on Poland's security**. CSC Subject Area National Military Strategy. [S.l.], 2004.

WALLANDER, Celeste A. Institutional assets and adaptability: NATO after the Cold War. **International Organization**, Cambridge, v. 54, n. 4, p. 705-735, Autumn 2000.

WALESA, Lech. Tenets of the Polish security policy. **European Security**, London, v. 2, n. 2, p. 320-340, Summer 1993.

WALT, Stephen. Alliance formation and the balance of world power. **International Security**, Cambridge, v. 9, n. 4, Spring 1985. Disponível em: <http://www.rochelleterman.com/ir/sites/default/files/walt%201985.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2019.

WALT, Stephen. **The origins of alliances**. Ithaca: Cornell University Press, 1987.

WALT, Stephen. Who's afraid of a balance of power? **Foreign Policy**, Washington, 8 Dec. 2017. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2017/12/08/whos-afraid-of-a-balance-of-power/>. Acesso em: 20 ago. 2019.

WALTZ, Kenneth. Structural realism after the Cold War. **International Security**, Cambridge, v. 25, n. 1, p. 5-41, Summer 2000. Disponível em: http://www.columbia.edu/itc/sipa/U6800/readings-sm/Waltz_Structural%20Realism.pdf. Acesso em: 20 ago. 2019.

WALTZ, Kenneth. **Teoria das relações internacionais**. Lisboa: Gradiva, 2002.

WALTZ, Kenneth. The origins of war in neorealist theory. **Journal of Interdisciplinary History**, Cambridge, v. 18, n. 4, p. 615-628, Spring 1988.

WALTZ, Kenneth. **Theory of international politics**. Berkeley: University of California, 1979.

WARSAW SECURITY FORUM. **Aleksander Kwasniewski**. Warsaw, 2019. Disponível em: <https://warsawsecurityforum.org/speaker/kwasniewski-aleksander/>. Acesso em: 1 nov. 2019.

WHITE BOOK. **On national security of the Republic of Poland**. Warsaw, 2013.

WHITE BOOK ON NATIONAL SECURITY OF THE REPUBLIC OF POLAND. **The National Security Bureau**. Warsaw, 2013.

WHITE PAPER. **The Ministry of National Defence**. Ministerstwo Obrony Narodowej. Warsaw, 2001.

WHITE, Stephen; KOROSTELEVA, Julia; ALLISON, Roy. NATO: the view from the East. **European Security**, London, v. 15, n. 2, p. 165-190, June 2006.

WIVEL, Anders. Balancing against threats or bandwagoning with power? Europe and the transatlantic relationship after the Cold War. **Cambridge Review of International Affairs**, Cambridge, v. 21, n. 3, p. 289-305, Sept. 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/09557570802253419>. Acesso em: 20 ago. 2019.

WÖRNER, Manfred. NATO transformed: the significance of the Rome Summit. **NATO Review**, Brussels, v. 39, n. 6, p. 3-8, Dec. 1991. Disponível em: <https://www.nato.int/docu/review/1991/9106-1.htm>. Acesso em: 29 jul. 2019.

ZAGORSKI, Andrei. **Russia and East Central Europe after the Cold War: a fundamentally transformed relationship**. Prague: Institute of World Economy and International Relations (IMEMO), Russian Academy of Sciences Friedrich-Ebert Stiftung, 2015.

ZAJACZKOWSKI, Johann. Trading solidarity for security?: Poland and the Russian-Ukrainian crisis. **Ideology and Politics**, [s.l.], v. 1, n. 7, p. 168-234, 2017.

ZALEWSKI, Dariusz. **The Polish road to security and stability: crucial role on NATO membership**. [S.l.]: Naval Postgraduate School, Mar. 2000.

ZHEBIT, Alexander. A Rússia na ordem mundial: com o Ocidente, com o Oriente ou um pólo autônomo em um mundo multipolar? **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 46, n. 1, p. 153-181, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-73292003000100008>. Acesso em: 29 jul. 2019.

ZIEBA, Ryszard. Twenty years of Poland's Euro-Atlantic foreign policy. **International Studies**, [s.l.], v. 13, n. 1, p. 11-21, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.2478/v10223-011-0004-2>. Acesso em: 29 jul. 2019.